



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

*Nas entrelinhas da história, memória e gênero. Lembranças  
da antiga Fazenda Jatahy  
(1925-1959)*

**Carmen Silvia Andriolli**

Submetida à defesa em sessão pública  
realizada às 15h no dia 20/02/2006.

Banca Examinadora:  
Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
Dra. Rosa Ester Rossini  
Dra. Heleith Iara B. Saffioti

Homologado pela CPG-PPGCSO na  
111ª. reunião no dia 05/04/2006.

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima  
Coordenador do PPGCSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

São Carlos – SP  
Fevereiro/2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A573ne

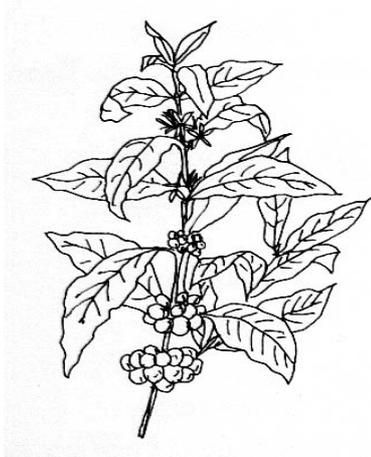
Andriolli, Carmen Silvia.

Nas entrelinhas da história, memória e gênero.  
Lembranças da Fazenda Jatahy / Carmen Silvia Andriolli. --  
São Carlos : UFSCar, 2006.  
227 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2006.

1. São Paulo (Estado) - imigração. 2. Sociologia rural. 3.  
Trabalho feminino. 4. Memória. 5. Fazendas de café. 6.  
Unidades de conservação I. Título.

CDD: 325.8161 (20<sup>a</sup>)



Ao meu pai Cláudio,  
à minha irmã Marina  
e ao meu irmão Paulo,  
pela compreensão e carinho.  
À minha mãe Maria Luzia (in memoriam)  
Ao Tião, o Tiãozinho do Jataí,  
pela paciência, ensinamentos e amizade.

## **Banca Examinadora**

Profª. Drª. Maria Aparecida de Moraes Silva – Presidente e Orientadora	Ciências Sociais/ UFSCar-SP
Profª. Drª. Heleieth Iara B. Saffioti	Ciências Sociais/ PUC-SP
Profª. Drª. Rosa Ester Rossini	Geografia/ USP-SP
Profª. Drª. Maria Inês Rauter Mancuso – Suplente	Ciências Sociais/ UFSCar-SP

## Agradecimentos

Às minhas narradoras e narradores que,  
ao compartilharem suas lembranças,  
me possibilitaram construir esse estudo.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria Aparecida de Moraes Silva  
pelo exemplo do que é ser uma orientadora, professora e  
amiga. Obrigada pela compreensão e paciência, pela  
dedicação e carinho, pelos conselhos profissionais e pessoais.

Às Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heleieth I. B. Saffioti e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Ester Rossini,  
componentes da banca examinadora,  
por aceitarem contribuir com este trabalho.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Inês Rauter Mancuso e ao  
Prof. Dr. Karl Monsma pelas contribuições na banca de qualificação.

À minha família, que compreendeu meus desaparecimentos  
quando da realização da pesquisa de campo, minhas conversas monotemáticas,  
sempre me apoiando e incentivando.

Ao Paulo Sérgio Maroti, Teó, pelo companheirismo,  
carinho e amizade, pela ajuda com as imagens  
e na pesquisa de campo. Obrigada por sempre me incentivar.

Aos meus amigos e amigas do grupo de estudo  
da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Aparecida pelos diálogos sempre  
construtivos e pela amizade. Rodrigo, Ocada, Stela, Adriana, Bia,  
Claudirene, Andréa, Francisco, Juliana, Andréa Apolinário e Rubinho.

À Andréa Apolinário, Bia e Juliana pela ajuda  
com a catalogação dos documentos em São Simão. Ajuda preciosa!

Ao Rodrigo e à Márcia, hoje em Paris,  
pelas conversas que esclareceram muitas dúvidas e pelo companheirismo.

Às minhas amigas e amigos de São Carlos,  
que me apoiaram ao longo desses três anos, alguns com  
paciência para discutir meu tema de pesquisa, outros dando  
carona para Luiz Antônio e outros, ainda, sempre dispostos a me ouvir.  
Carol, Sabrina, Guilherme, Aline, Nani, Renata, Paulinho,  
Maria Alice, Fernanda Néri, Paulo Paraná.

Às minhas amigas e amigos dos outros lugares,  
por entenderem minha ausência, meus esquecimentos em telefonar  
ou em enviar um e-mail. Obrigada por me estimularem e me lembrarem  
que tudo daria certo ao final. Miranda, Thaísi, Marja, Mirelli, Eduardo.  
Obrigada Edu e Mirelli pela ajuda com o abstract e o apoio na reta final!

À Ana e Ana Virgínia da secretaria da Pós-Graduação em Ciências Sociais por me socorrerem sempre quando lhes pedia algum documento de última hora! Obrigada pelo carinho e dedicação.

À Juraci Carreon Beraldi pela preciosa revisão, pelo incentivo a quem está começando e pela amizade que se está construindo.

Ao pessoal da Associação Ambiental Amigos do Jataí, amigos e companheiros no trabalho de dialogar com a comunidade de Luiz Antônio sobre as questões históricas e ambientais “do Jataí”.  
Ranquinho, Tiãozinho, Carlos, Adriano, Quilma, Rose, Ricardo, Zezé, Stefaneli, Fernandinha e os demais associados que passaram pela ong nesses quatro anos de atuação.

À Maria Villarino Perez, que veio trabalhar como voluntária na Associação Ambiental Amigos do Jataí pelo Programa de Voluntariado Europeu, Universidad Autónoma de Madrid, União Européia. Obrigada pela ajuda na catalogação dos documentos e com as fotografias.

À Fundação Cultural Simonense e ao Sr. Luiz Antônio Nogueira pelo apoio na pesquisa documental.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, pela bolsa concedida.

À administração da Estação Ecológica de Jataí e ao Instituto Florestal, que me concederam a licença para percorrer a área das antigas colônias localizadas na Estação Experimental de Luiz Antônio e Estação Ecológica de Jataí.

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
Retrato dos narradores e narradoras	20
A pesquisa empírica	26
<b>Capítulo I. História e Memória</b>	<b>37</b>
1.1 Um pouco da história regional e local	38
1.2 A Expansão dos Trilhos e a Chegada dos Imigrantes	43
1.3 O Trabalho nas Fazendas de Café: o regime de colonato	53
1.4 A história documentada e as (re)significações da memória	58
<b>Capítulo II. A Floração das Memórias Femininas</b>	<b>94</b>
2.1 Do trabalho encoberto ao descortinado	95
2.2 A revelação da sexualidade	120
2.3 Da fuga ao batom: a explosão do contra-poder	127
2.4 O enovelar do gênero, da raça/etnia e das classes sociais	141
<b>Capítulo III. Os Lugares da Memória</b>	<b>147</b>
3.1 Caminhando e (re)encontrando a memória	148
3.2 Do trabalho ao não-trabalho e a memória enquadrada.	173
<b>Considerações Finais</b>	<b>189</b>

Glossário	194
Bibliografia	195
Apêndice I	202
Apêndice II	221
Anexos	226

## Lista de Figuras

<b>Figura 1.</b> Representação esquemática dos limites entre a Estação Experimental de Luiz Antônio (EELA) e a Estação Ecológica de Jataí (EEJ).....	14
<b>Figura 2.</b> Reprodução do mapa da malha férrea da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.....	46
<b>Figura 3.</b> Transcrição da Composição Amigável e Instituição de Juízo Arbitral. Ação Possessória de 1924.....	67
<b>Figura 4.</b> Fluxograma.....	78
<b>Figura 5.</b> Mapa dos Quinhões de Divisão do Imóvel Cafundó.....	89
<b>Figura 6.</b> Representação esquemática do trajeto realizado com seu José pelas antigas colônias da Fazenda Jatahy.....	150
<b>Figura 7.</b> Foto aérea da Colônia da Rua de Cima e da Colônia da Rua de Baixo, que compunham a Colônia da Reforma. Representação esquemática dos locais do Mapa Afetivo I e do Mapa Afetivo II e das antigas colônias.....	169
<b>Figura 8.</b> Cartaz de divulgação do <i>Museu Itinerante do Jatahy</i> .....	180
<b>Figura 9.</b> Painel 1. Museu Itinerante do Jatahy.....	181
<b>Figura 10.</b> Painel 2. Museu Itinerante do Jatahy.....	181
<b>Figura 11.</b> Painel 3. Museu Itinerante do Jatahy.....	182
<b>Figura 12.</b> Painel 4. Museu Itinerante do Jatahy.....	182
<b>Figura 13.</b> Painel 5. Museu Itinerante do Jatahy.....	183

<b>Figura 14.</b> Painel 6. Museu Itinerante do Jatahy.....	183
<b>Figura 15.</b> Painel 7. Museu Itinerante do Jatahy.....	184
<b>Figura 16.</b> Painel 8. Museu Itinerante do Jatahy.....	184
<b>Figura 17.</b> Painel 9. Museu Itinerante do Jatahy.....	185
<b>Figura 18.</b> Painel 10. Museu Itinerante do Jatahy.....	185

## Lista de Fotografias

<b>Foto 1.</b> <i>Igaçaba</i> (urna funerária) da tribo Paianguá (a); Detalhes da <i>Igaçaba</i> (b).....	31
<b>Foto 2.</b> As caixas de documentos empilhadas no corredor (A); Detalhe mostrando a desorganização em que encontramos os documentos (B).....	32
<b>Foto 3.</b> Plantação de pino e eucalipto.....	112
<b>Foto 4.</b> Mulheres no eito.....	133
<b>Foto 5.</b> Alicerce do antigo armazém que o bandoleiro Dioguinho freqüentava. Ele foi “tocaiado” no rio Mogi-Guaçu em 1897. Não encontraram seu corpo.....	151
<b>Foto 6.</b> Cruz do Diogo localizada na Lagoa do Diogo na atual Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio/SP.....	156
<b>Foto 7.</b> Antiga sede na serra antes de 1925, quando a fazenda pertencia ao senhor Frederico Branco. Localizava-se mais ao alto do terreiro de café.....	159
<b>Foto 8.</b> Tanque da antiga sede da Fazenda Jatahy (antes de 1925).....	163
<b>Foto 9.</b> Antiga colônia do mato onde o avô do seu José morava.....	164
<b>Foto 10.</b> Museu Itinerante do Jatahy. Seu José relatando aos alunos as histórias da fazenda Jatahy.....	187
<b>Foto 11.</b> Museu Itinerante do Jatahy.....	187

## Lista de Mapas Afetivos

<b>Mapa Afetivo I.</b> Produzido por seu José.....	167
<b>Mapa Afetivo II.</b> Produzido por seu José.....	168

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Extratos de documentos pertencentes ao Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle.....	75
<b>Tabela 2:</b> Extratos de documentos pertencentes à família Rocha.....	76
<b>Tabela 3:</b> Extratos de documentos pertencentes à firma Francisco & Gomes.....	77
<b>Tabela 4:</b> Porcentagem do total das terras (1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> ) em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	84
<b>Tabela 5:</b> Porcentagem do total das terras por categoria em alqueires.....	85
<b>Tabela 6:</b> Porcentagem do total de terras de 1 <sup>a</sup> categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	86
<b>Tabela 7:</b> Porcentagem do total de terras de 2 <sup>a</sup> categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	87
<b>Tabela 8:</b> Porcentagem do total de terras de 3 <sup>a</sup> categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	88

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Porcentagem do total das terras em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	84
<b>Gráfico 2:</b> Porcentagem do total das terras por categoria em alqueires.....	85
<b>Gráfico 3:</b> Porcentagem do total de terras de 1ª categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	86
<b>Gráfico 4:</b> Porcentagem do total de terras de 2ª categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	87
<b>Gráfico 5:</b> Porcentagem do total de terras de 3ª categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó.....	88

## RESUMO

Este estudo analisa as lembranças de trabalhadoras e trabalhadores de uma antiga fazenda cafeeira do Nordeste Paulista, a Fazenda Jatahy, município de Luiz Antônio/SP. Esta fazenda passou por diferentes formas de apropriação da terra ao longo do século XX. Primeiramente, de 1925 a 1945, foi uma importante fazenda cafeeira do nordeste paulista. Posteriormente, de 1945 a 1959, foi comprada pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que substituiu o cultivo do café pelos de pinos e eucaliptos. Em 1959, esta área passou a ser gerida pelo Governo do Estado de São Paulo, que a transformou em uma estação experimental, intensificando a silvicultura. Atualmente, grande parte da área da antiga fazenda é uma estação ecológica estadual, onde apenas são permitidas as pesquisas científicas e atividades de educação ambiental monitoradas. Após essas diferentes formas de apropriação da terra – fazenda cafeeira, estrada de ferro e, atualmente, área de preservação estadual – os moradores e moradoras, que ali viviam à época do café, aos poucos abandonaram a área em virtude da diminuição da oferta de trabalho. Entretanto, as (re)significações da atual área de preservação centram-se, sobretudo, na sociabilidade de outrora, quando a área era uma fazenda cafeeira. A partir desta constatação, objetivou-se reconstruir a memória coletiva desses trabalhadores e trabalhadoras. Utilizam-se como categorias de análise o trabalho, compreendido em suas múltiplas dimensões – o trabalho nas esferas pública e privada –, a memória e o gênero, especificamente o patriarcado. Por conseguinte, visa-se a elencar as diferenças de gênero existentes na memória feminina e na masculina. A reconstrução das experiências dessas colonas e colonos por meio do trabalho é o ponto central para a compreensão da sociabilidade, das representações e das múltiplas (re)significações da vida individual e coletiva. Ademais, o crivo de gênero permite retirar da invisibilidade o trabalho, a história e o contra-poder femininos, analisando as construções e (re)construções do patriarcado, desmistificando, assim, seu caráter a-histórico. O recorte temporal abrange o período da fazenda cafeeira e da Companhia Mogiana (1925 a 1959). A metodologia utilizada é a história oral, que permitiu registrar tais lembranças. Somada a ela, fontes documentais foram utilizadas. O diálogo entre as fontes oral e escrita possibilitou realizar a relação entre memória e história, centrando-se, entretanto, na historiografia local e regional. A reconstrução da memória coletiva desses colonos e colonas edificou-se ainda por meio de fontes iconográficas, concebidas como detonadoras de lembranças, e de mapas afetivos.

**Palavras-chave:** Memória e História – Gênero e Patriarcado – Trabalho Rural – Trabalho feminino – Colonas e Colonos.

## ABSTRACT

This study presents the remembrances of female and male coffee-farm workers from the Jatahy Farm, located at the Luiz Antonio County, Northeastern region of the São Paulo State, Brazil.

The Jatahy Farm was a property that along the 20<sup>th</sup> century had been through several manners of seizure; from 1925 to 1959 the farm was bought by the Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, that extinguished the coffee plantation and in its place had started the pines and eucalyptus cultivation. In 1959 the Jatahy Farm had become a São Paulo State property and most of its area was turned into an experimental station focused on its local forest studies, resulting nowadays on an ecological station in which scientific researches and assisted environmental education are the only activities allowed.

Although, thanks the seizure changes – coffee farm to railway company property and then to a conservation area – the working offers decreased and the Jatahy Farm's residents established out there since the time of coffee cultivation, soon by soon started leaving the place they used to live in. However, the multiplicity of meanings applied to the Jatahy Farm at the present, resulting from the effort on its conservation, are centered most on the sociability experienced in the past, when Jatahy Farm was a coffee farm.

From that point on, this study is due to rebuild the collective memory of female and male Jatahy Farm's coffee workers, understanding Work in its multiple dimensions – the work experienced in public and private circles – as an analytical category, as way as Memory, Gender and, specifically, the Patriarchy concept. Consequently, this dissertation aims to discuss the gender differences existing on female and male memories, also considering the tenant farmers' experiences as Italian immigrants.

Reconstructing their life experiences throughout the Work as an analytical category is faced here as the ground zero for understanding sociabilities, representations and the multiplicity of meanings conferred to individual and collective life. Furthermore, the Gender category allows taking work, history and female opposed-power out off the invisibility, exploring the Patriarchy constructing and reconstructing process throughout time and, for that reason, its a-historical character.

The time cut selected (1925-1959) is intended to include the periods in which Jatahy Farm was both a coffee farm and a Companhia Mogiana Railway property. The adopted research method was Oral History, by the possibilities it offers on registering and understanding remembrances, combined to other kinds of documents. The dialogue established amongst the variety of sources, oral and written, enhanced the relations on memory and history, which was focused on the local and regional historiography. The reconstruction of tenant farmers' collective memory was also possible thanks to photographic sources, understood as a support for memories and the elaboration of affective maps by the deponents.

**Key-words:** Memory and History; Gender and Fatherhood; Country Work; Female Work; Tenant Farmers.

## INTRODUÇÃO

### Memória

Amar o perdido  
deixa confundido  
este coração.

Nada pode o olvido  
contra o sem sentido  
apelo do não.

As coisas tangíveis  
tornam-se insensíveis  
à palma da mão.

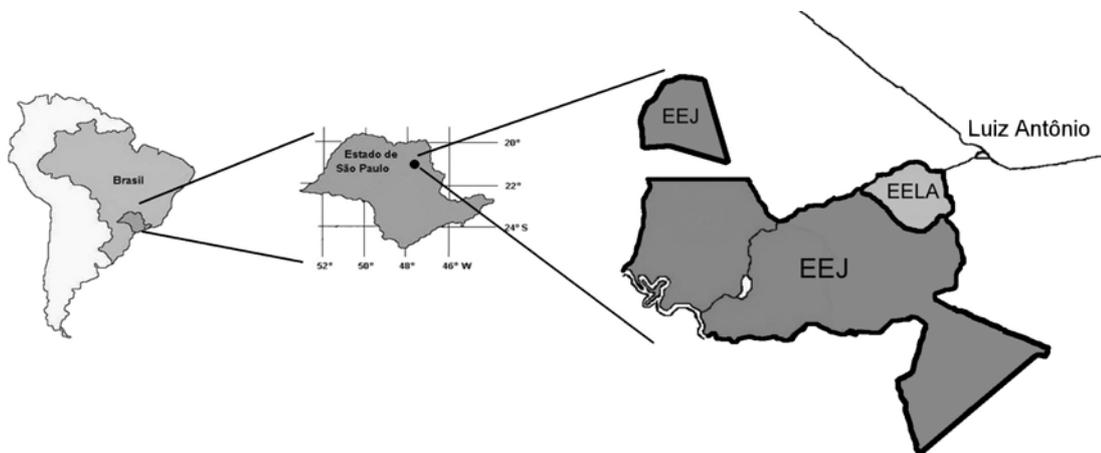
Mas as coisas findas,  
muito mais que lindas,  
essas ficarão.

Carlos Drummond de Andrade

O presente trabalho visa ao estudo das lembranças de antigas colonas e colonos que viveram na Fazenda Jatahy, uma importante fazenda cafeeira da região de Ribeirão Preto/SP, no período de 1925 a 1959.

O interesse em estudar os antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy iniciou durante a graduação e teve origem nas indagações formuladas a partir do conhecimento da história da Fazenda Jatahy. Hoje, a área da antiga fazenda pertence ao governo do Estado de São Paulo, que criou, em 1959, a Estação Experimental<sup>1</sup> de Luiz Antônio/SP e, em 1982, a Estação Ecológica<sup>2</sup> de Jataí, uma unidade de conservação estadual.

**Figura 1:** Representação esquemática dos limites entre a Estação Experimental de Luiz Antônio (EELA) e a Estação Ecológica de Jataí (EEJ)



Fonte: Disponível em <[www.amigosdojatai.org.br](http://www.amigosdojatai.org.br)> Acessado em 16 jun. 2004

<sup>1</sup> Estação experimental é uma categoria de manejo caracterizada como área de domínio público, denominada como Reserva de Preservação Permanente. É considerada uma unidade voltada à produção vegetal e/ou animal (AGUIAR, 1994 apud MAROTI et al., 1998). É permitida a presença e moradia de pessoas.

<sup>2</sup> Estação ecológica é uma das categorias de unidade de conservação mais restritivas. Admite-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, a realização de pesquisas básicas e aplicadas e a visitação pública limitada somente às atividades educativas monitoradas. O objetivo básico é a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites. Dessa forma, não há indivíduos habitando essa área (BRASIL, 2000). A maioria dos estudos sobre a estação ecológica de Jataí, realizados desde 1987, limita-se aos aspectos biológicos que, se propõem, devam ser preservados.

O primeiro contato com as moradoras e moradores da Estação Experimental de Luiz Antônio foi em 2001, por intermédio de colegas pesquisadores da área de Ecologia que desenvolviam seus trabalhos de pós-graduação na Estação Ecológica de Jataí. Neste período, iniciou-se o trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais. Notou-se o quanto essas pessoas, em sua maioria filhos dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy, referiam-se às marcas apagadas da antiga fazenda – as festas, as colônias, os caminhos que levavam a essas, o terreiro de café, os córregos e a cruz do Diogo – justiceiro que atuou na região nas últimas décadas do século XIX. Entretanto, as únicas marcas visíveis no espaço físico que um dia foi uma fazenda de café eram a Casa do “Conde”, como chamavam o proprietário da fazenda, Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, e a colônia da Reforma (ou da Sede). Olhava-se ao redor e se viam apenas árvores do cerrado, bioma que prevalece nessa região do Estado de São Paulo.

Os pesquisadores da área da Ecologia pediam auxílio a essas pessoas para desenvolverem suas pesquisas, coletarem seus dados sobre determinada espécie de planta ou de animal, principalmente para os chamados mateiros. Os pontos de referência dos mateiros para os levarem em busca das informações almejadas eram sempre os espaços físicos das colônias, retiros, olarias e córregos – espaços invisíveis. Questionou-se, então, se havia trabalhos sobre a população que residia/residiu naquele local. Soube-se de dois trabalhos de Antropologia lá desenvolvidos, realizados por Varalda (2000 e 2004) e três na área da Etnoecologia: Simões (1998); Castelucci (1995) e Thé (1995). Outra questão que se colocou foi a respeito dos significados/(re)significados daquela área para a população após sua transformação em estação ecológica e em estação experimental. Faziam referência à primeira como reserva e à segunda como fazenda, mas, havia indícios de que não possuíam uma identidade com a área após tais transformações. A partir dessas questões e conhecimentos, foi

realizada a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais<sup>3</sup>. Com a finalidade de dar continuidade ao trabalho iniciado na graduação, já que se percebeu que muitas histórias havia por serem contadas, o presente trabalho foi estruturado.

O objetivo deste estudo é o de realizar, por meio das lembranças individuais das antigas trabalhadoras e trabalhadores – colonos e diaristas – a construção da memória coletiva desses dois grupos sociais, a partir das suas experiências enquanto homens e mulheres, analisando as diferenças de gênero existentes na memória feminina e masculina. Para tanto, categorias de análise como a memória, o trabalho e o gênero, especificamente o patriarcado, são utilizadas como ferramentas para a compreensão desta realidade. O gênero é também compreendido neste estudo como categoria histórica, por se tratar de uma construção social do masculino e do feminino.

O trabalho é analisado em suas múltiplas dimensões: o trabalho na esfera pública – enquanto colonos e diaristas da fazenda – e o trabalho na esfera privada, o trabalho doméstico, o cuidado com o quintal, a criação de porcos, galinhas e a horta – enquanto moradores da fazenda. O trabalho também é visto como categoria histórica, já que no universo dos entrevistados e entrevistadas encontram-se descendentes de imigrantes italianos e de indígenas e afro-brasileiros.

O processo de reconstrução da vida e das experiências dessas pessoas a partir do trabalho é o ponto central para a compreensão da sociabilidade, das representações e das múltiplas (re) significações da vida individual e coletiva, por um lado; o crivo de gênero, por

---

<sup>3</sup> Título: Mulheres do Jataí: Representações do cotidiano e de suas transformações. Trabalho desenvolvido no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, com bolsa da Pró Reitoria de Extensão (ProEx) e da Pró Reitoria de Graduação (ProGrad), sob a orientação da Professora Dra. Maria Inês Rauter Mancuso. Analisaram-se as representações sociais de antigas trabalhadoras da Fazenda Jatahy sobre o cotidiano da casa, do trabalho, da família e do meio-ambiente. A metodologia utilizada foi a história oral por meio da recolha de histórias de vida, e a amostra utilizada foi do tipo acidental, isto é, a amostra que se teve à disposição conforme foi se conhecendo, de maneira mais profunda, a região e, com isso, se obtendo referências de seus antigos/as trabalhadores/as. Na monografia foram utilizadas fontes orais e fotos. As últimas apenas ilustraram o trabalho.

outro, permite retirar da invisibilidade o trabalho feminino, além de contribuir para o entendimento do caráter histórico do patriarcado.

Visa-se, por conseguinte, a reconstruir as trajetórias dessas trabalhadoras e trabalhadores no mundo do trabalho, bem como incluí-las na história da Fazenda Jatahy, contribuindo, portanto, para o aprofundamento dos estudos da história regional e local, para os estudos sobre o trabalho feminino, sobre gênero e patriarcado. Para tanto, as categorias teóricas História, Memória e Gênero foram essenciais. Contudo, para esse diálogo, houve a necessidade da incursão na história local e regional<sup>4</sup>.

A metodologia da história oral foi utilizada para o desenvolvimento desta dissertação, pelo fato de não haver documentação sobre a história dessas antigas trabalhadoras e trabalhadores, os quais fazem parte das “pequenas histórias”. Entretanto, a história oral enquanto metodologia não descartou o uso de fontes documentais e iconográficas.

As técnicas de pesquisa abrangeram as histórias de vida, os relatos orais, os diálogos, os documentos, a interpretação de fotografias das narradoras e narradores e das realizadas com eles e a elaboração de mapas afetivos. Visa-se, a partir dessa variedade de técnicas, a construção de um diálogo entre as mesmas para, com isso, aprofundar a análise da relação entre memória e história.

Para realizar o diálogo entre as diversas técnicas de pesquisa, especificamente entre as fontes escritas e orais, um sistema de análise dos documentos<sup>5</sup> e uma forma de resumir as diversas informações que neles eram apresentadas foram desenvolvidos. Com o intuito de resumir as transações de compra/venda de terras realizadas por cada condômino mencionadas em um dos documentos foram estruturadas **tabelas**, que auxiliaram na análise do documento; um **fluxograma**, que ilustra como ocorreu a fragmentação da terra pela venda, compra, herança, dação e permuta, e posterior concentração pela compra realizada pelo Conde

---

<sup>4</sup> Não se objetiva adentrar a bibliografia da historiografia do café, mas centrar nos estudos sobre o trabalho no café, no período das primeiras décadas do século XX até meados deste.

Joaquim Augusto Ribeiro do Valle; e **gráficos**, que forneceram dados quantitativos sobre essa concentração de terras, e das melhores terras, nas mãos do Conde. A análise também se realizou por meio de **transcrições**<sup>6</sup> de alguns documentos manuscritos e nesses um amplo trabalho<sup>7</sup> com a imagem do documento foi realizado, disponibilizando em conjunto com a imagem do documento o trecho transcrito.

Ainda no contexto da diversidade de técnicas de pesquisa utilizadas nesta dissertação, é importante ressaltar que as fotografias não foram utilizadas como ilustrações, mas como “muletas da memória”, isto é, como estímulos para a floração das lembranças. As fotografias expressam um momento isolado do tempo presente, que se passa com grande rapidez para um passado. A imagem fixada na fotografia representa um elo, que é preciso ligar a outras imagens, a lembranças, para da primeira extrair um conteúdo menos efêmero, com significados e condições de desdobramentos. Na superfície reduzida do papel, procura-se identificar a codificação dos elementos que configuram a forma e o conteúdo da imagem fotográfica. Ao ler as fotografias, busca-se o que é visível, além de tentar compor o que não é imediatamente visível, para refletir sobre o que é possível concluir da experiência e da familiaridade com situações, relações, objetos e pessoas. Portanto, a ordem do processo de leitura é invertida, com o objetivo de verificar o alcance dessa alteração (LEITE & VON SIMSON, 1992, p. 132).

No que tange aos mapas afetivos, que igualmente compõem o diálogo entre as técnicas de pesquisa, resalta-se que são criações/recriações, por meio das lembranças individuais, dos territórios vividos, dos sons, cheiros e sabores. A reconstrução da memória coletiva desses grupos sociais (colonos e diaristas) está reforçada, principalmente, nesses mapas afetivos, que reconstruíram – por meio das lembranças – percursos em espaços públicos ou privados e

---

<sup>5</sup> A seguir, no subitem “A Pesquisa Empírica”, explicitará como foi o achamento desses documentos.

<sup>6</sup> Procurei ser o mais fiel possível, nessas transcrições, muito embora tenha encontrado dificuldades para ler os manuscritos.

<sup>7</sup> Esse trabalho com as imagens dos documentos foi realizado por Paulo Sérgio Maroti.

atividades desempenhadas, que não estavam disponíveis em mapas físicos, climáticos, econômicos ou hidrográficos.

O período estudado inicia-se em 1925, quando a fazenda foi comprada pelo Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e vai até 1959, quando os colonos foram implicitamente expulsos em razão da entrega das terras pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro ao governo do Estado de São Paulo, o que ocasionou uma diminuição da oferta de trabalho, forçando-os a buscar empregos em outras fazendas.

A fim de dar ao leitor um panorama dos entrevistados e entrevistadas, apresenta-se, em seguida, de forma resumida, um retrato de suas trajetórias.

## **Retrato dos narradores e narradoras**

Neste estudo, as antigas trabalhadoras e trabalhadores são considerados narradores e narradoras, tomando-se a definição de Benjamin (1975), isto é, conselheiras e conselheiros do seu ouvinte. Narram suas histórias de acordo com suas próprias experiências ou de outros – que lhes foram transmitidas – contando-as em formas de conselhos, os quais não são respostas a perguntas, mas propostas de continuidade da história, que está se narrando. Isto ocorre porque a narrativa, diferentemente do romance, não tem fim, já que quem narra está sempre adicionando algo de sua experiência. Contudo, para formular esses conselhos é preciso, primeiramente, saber narrar estórias, conhecimento que se adquire em um longo processo – o da existência vivida (BENJAMIN, 1975, p. 65).

O ato de narrar pode advir de duas modalidades de narradores: dos viajantes/marinheiros (quem narra é quem viaja, traz muitas informações) e do artesão, do camponês (que era um artesão, pois a lã era tecida na própria casa do camponês). Neste narrar, por um lado, há o trabalho da voz, enunciando, o das mãos, dos olhos e da alma. As mãos referem-se ao eito, os olhos ao ouvinte e a alma à sensibilidade para a audição. Por outro lado, essa arte de narrar só existe se houver um ouvinte. A modernidade, no entanto, banuiu os conhecimentos que não vêm da razão, as experiências narradas, a oralidade, assim como o ato de lembrar, a memória, que estavam associados à tradição (BENJAMIN, 1975, p. 80).

Além disso, a narrativa sugere inquietações. Nela não somente os atores, mas os ouvintes têm um papel, pois cada ouvinte pode passá-la com uma interpretação diferente. O passado revivido nessa narrativa, seu significado, é algo que ilumina, já que apenas se pode

fazer uma revolução conhecendo o vivido, que é, para o narrador, um tempo nostálgico, puro. É reconstruído de uma forma nostálgica, sem conflitos.

Para interpretar esse passado nostálgico é preciso perceber a interligação entre os três tempos: passado, presente e futuro. No presente, olha-se para o passado e se fazem projeções para o futuro. Muitas vezes, a visão do passado, o seu relato, serve para minimizar o presente se este não estiver agradável ao narrador, ficando no passado a nostalgia, a compensação, ou seja, o passado não é descrito da forma como aconteceu, pois ele é recriado a partir do presente.

Outros pontos da narrativa são: a relação entre verdade e mentira, que são fatos que não existem, que não se pode julgar; o alívio causado para essas narradoras e narradores ao contarem histórias, a partir do momento em que têm essa oportunidade, cabendo ressaltar que o ouvinte é indispensável; e o silêncio, que também é um modo de falar, de sobreviver e, por isso, deve ser respeitado (BENJAMIN,1975, p. 67-81).

A partir dessas considerações acerca do narrador/narradora e da narrativa, apresenta-se, a seguir, os retratos dos narradores e narradoras<sup>8</sup>, esclarecendo que, durante esse ato de narrar, os tempos de cada um deles, o vai e vem da memória, a formação dos quadros sociais da memória foram respeitados (HALBWACHS, 1990). A escuta é primordial, o que não significa que o ouvinte emudeceu neste processo, mas sim que o narrador foi quem conduziu a fala; foi inquirido apenas para esclarecer alguma situação ou alguma palavra que não foi compreendida ou cujo significado se desconhecia.

---

<sup>8</sup> Os nomes utilizados neste trabalho para identificar os narradores e narradoras são fictícios.

**M**aria – 91 anos. Nasceu na Fazenda Santa Zulmira, perto de São Simão/SP, no dia 16 de setembro de 1914. Começou a trabalhar no café com dez anos, na Fazenda Nova Junqueira. Mudou-se para a Fazenda Jatahy com 17 anos e continuou a carpir café. Morava na colônia do Doze, onde havia seis famílias. Seu pai e sua mãe eram italianos de Pádua e de Roma, respectivamente. Emigraram para o Brasil quando crianças e aqui se conheceram e se casaram. Tiveram nove filhos, cinco mulheres e quatro homens. D. Maria era a mais velha. Aos 22 anos casou-se e também teve nove filhos, mas o primeiro nasceu morto. Nessa época mudou-se para a casa de sua sogra, na colônia da Reforma. Em 1972, ficou viúva. Continuou morando na Fazenda Jatahy, agora pertencente ao governo do Estado de São Paulo, até 1973, totalizando 42 anos. Hoje, mora em Luiz Antônio/SP, com uma de suas filhas, D. Verônica, também narradora deste estudo.

**A**ntônia – 91 anos. Nasceu no Rio Grande do Sul, em um navio que estava indo para a Argentina, no dia 23 de agosto de 1914. D. Antônia e sua família permaneceram oito meses na Argentina e, depois, retornaram para o Brasil, para a Fazenda Nova Junqueira. Mudou-se para a Fazenda Jatahy com 13 anos. Seus pais eram italianos e tiveram 12 filhos. Morreram três, criaram nove. D. Antônia morou na Olaria e na colônia do Oito. Casou-se com seu Pedro e foi morar na colônia da Reforma na Fazenda Jatahy, na Fazenda América e, depois, retornaram para a colônia do Oito na Fazenda Jatahy. Também tiveram 12 filhos, mas dois morreram ainda bebês e uma morreu há seis anos. Foram casados durante 74 anos. Hoje, em Luiz Antônio/SP, mora com uma de suas filhas.

**P**edro nasceu na Fazenda Jatahy no dia 17 de julho de 1909. Morou na Fazenda Nova Junqueira, que pertencia ao sogro do Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle –

Coronel Luiz Antônio Junqueira. Morou também na Fazenda América. Seu irmão mais velho era casado com a irmã mais velha da D. Antônia. Foi carroceiro, colono e depois, já à época da Companhia Mogiana, foi feitor. Faleceu em maio de 2002.

**J**oão – 87 anos. Nasceu em 5 de novembro de 1918, mas foi registrado no dia 25 do mesmo mês. Frequentou a escola, que havia na Fazenda Jatahy, durante um mês. Morou na colônia da Reforma e ajudou a construir a nova sede da fazenda, localizada nessa colônia. Era o candeeiro de boi. “Puxava” pedras e tijolos para a construção dessa sede. Trabalhou na máquina de limpar café, foi balanceiro, tratador de porco (porqueiro), plantou café, mas nunca colheu. Colono ele não foi. Mudou-se para São Paulo/SP, onde ainda mora.

**E**mília – 85 anos. Nasceu em 19 de fevereiro de 1921. Morava na colônia do Doze e seus pais eram italianos. Foi muito amiga de D. Maria. Mais velha de todos os filhos, casou-se com seu João e tiveram seis filhos. Trabalhou durante muitos anos carpindo café. Atualmente mora em São Paulo/SP.

**J**osé – 56 anos. Afro-brasileiro, nasceu em 11 de novembro de 1949 em São Simão/SP. Mudou-se para a Fazenda Jatahy com um ano de idade. Morou na colônia do Mato e da Reforma. Estudou até a 4ª série primária. Começou a trabalhar na fazenda com 16 anos, em 1965, na plantação de pino e eucalipto, época em que o governo do Estado de São Paulo já havia comprado a antiga fazenda e a transformado em estação experimental. Trabalhou 37 anos para o Instituto Florestal de São Paulo de auxiliar de pesquisa, popularmente conhecido como mateiro. Em 2002, em virtude de sua aposentadoria, mudou-se para Luiz Antônio/SP.

**J**oana – 78 anos. Filha de italianos, nasceu em 09 de abril de 1927. É irmã de seu João. Trabalhou com seu pai, irmãos e tio, no corte de lenha, carpindo café, roçando pasto, fazendo cerca, apagando fogo na beira do rio. Estudou até a 3ª série. Fugiu para poder se casar com seu Antônio. Tiveram quatro filhos. Hoje, mora em Luiz Antônio/SP.

**A**ntônio – 86 anos. Afro-brasileiro, nasceu em 13 de junho de 1919. Não morou na Fazenda Jatahy, mas em terras divisas, exatamente no Retiro do Estrela. Perdeu sua mãe aos sete anos e seu pai aos quinze. Tinha mais três irmãos. Coursou o móbrol e trabalhou de empreitada principalmente na retirada de madeira para dormentes e lenha. Atualmente mora em Luiz Antônio/SP.

**J**uvenal – 89 anos. Nasceu em 5 de agosto de 1916 no norte de Minas Gerais. Também não morou na Fazenda Jatahy, mas trabalhou como empreiteiro, retirando madeira dessa fazenda. Trabalhou, ainda, como lavador de defunto e cozinheiro, na prefeitura de Luiz Antônio/SP. Viúvo, sabe ler e escrever. Hoje mora em Luiz Antônio/SP.

**A**parecido – 83 anos. Nasceu em Ribeirão Preto/SP, em 11 de novembro de 1922. Filho de pai e mãe indígenas migrados do Mato Grosso, morou na Colônia do Mato e foi pajem do neto do Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle – seu Vitor. Viúvo, atualmente mora em Luiz Antônio/SP.

**V**itor – 76 anos. Nasceu em 3 de fevereiro de 1930. Advogado, fazendeiro e neto do Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle. Possui uma grande fazenda na região da área de estudo desta pesquisa, na qual se dedica à pecuária e ao arrendamento de terras para o plantio de cana-de-açúcar. Possui outras duas fazendas: uma na região norte do país e outra na região centro-oeste. Atualmente, mora na fazenda que possui em Luiz Antônio/SP.

**C**onceição – 57 anos. Seu pai era campeiro e sua mãe trabalhava no café. Sobrinha de D. Emilia e seu João e de D. Joana e seu Antônio, casou-se com seu Paulo, atual administrador da Estação Experimental de Luiz Antônio (EELA). Devido a isso possuem uma casa grande e confortável na EELA. Tiveram um casal de filhos. D. Conceição trabalhou na formação dos viveiros de pino e eucalipto, no final da década de 1950. Atualmente, mora no município de Luiz Antônio/SP.

**V**erônica – 57 anos. Filha de D. Maria, começou a trabalhar aos onze anos. Trabalhou na colheita de café, na plantação de mandioca, no abalar e na formação dos viveiros de pino e eucalipto. Casou-se com seu Fernando, um dos atuais mateiros que auxiliam os pesquisadores da área da Ecologia em suas pesquisas, com quem teve duas filhas. Atualmente, mora em Luiz Antônio/SP, e sua mãe, D. Maria, vive com ela.

## **A Pesquisa Empírica**

As entrevistas realizadas durante a pesquisa para a monografia foram retomadas para este estudo, já que se recolheram muitas informações das quais grande parte não foi analisada no primeiro trabalho. Naquele momento, entrevistou-se uma senhora viúva – D. Maria – e um casal – D. Antônia e seu Pedro – todos com mais de 80 anos. Foram realizadas seis entrevistas com a primeira e três com o casal, sempre na casa dos/as narradores/as, no município de Luiz Antônio/SP. Para chegar até eles, foi utilizada a pesquisa em rede.

Primeiramente, fez-se contato com D. Ana, 68 anos, ex-secretária da Estação Experimental de Luiz Antônio, à época ainda secretária. Nascida na Fazenda Jatahy, D. Ana tinha os contatos de vários antigos trabalhadores e trabalhadoras. Pretendiam-se entrevistar, de acordo com o recorte temporal da pesquisa, as pessoas que trabalharam na Fazenda Jatahy quando esta pertencia ao Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e permaneceram no local quando a fazenda foi vendida para a Companhia Mogiana, ou seja, pessoas que residiram lá entre os anos de 1925 e 1959. Tomando-se tais delimitações, D. Ana forneceu nomes e endereços de D. Maria, D. Antônia e seu Pedro.

A primeira entrevista foi com D. Maria. Ela reside com uma de suas filhas – D. Verônica, também narradora – casada com seu Fernando, um mateiro que auxilia os trabalhos dos pesquisadores da área de Ecologia desenvolvidos na Estação Ecológica de Jataí. Pelo fato da narradora possuir apenas 20% de visão, a pesquisadora não pôde utilizar fotos no decorrer do trabalho de monografia e de dissertação, levá-la até os locais citados por ela e tampouco usar a elaboração de mapas afetivos, recursos que serviriam como “muleta da memória”, isto é, auxiliariam no trabalho de lembrar. Muito falante, as entrevistas com D. Maria tinham um tempo médio de 2h e 30 minutos. Dos oito filhos que D. Maria tem, cinco foram conhecidos e apreciaram muito a relação amigável estabelecida por ela na situação de entrevista.

D. Antônia e seu Pedro foram indicados por D. Ana, posteriormente, também por D. Maria. O casal, por estar com problemas de saúde, principalmente seu Pedro, encontrava-se sempre junto na realização da entrevista. Apenas uma entrevista – a última – teve somente a participação da D. Antônia, pois seu Pedro estava internado no hospital com pneumonia. Somente neste momento, a memória feminina aflorou, anteriormente abafada pela memória do marido. D. Antônia, quando acompanhada por seu Pedro, nomeava, a todo momento, suas lembranças como “baboseiras” e sempre afirmava que não tinha nada de interessante para contar sobre sua vida e seu trabalho. O casal utilizava andadores para se locomover, o que impossibilitou a visita aos locais citados durante as entrevistas. Foi possível, portanto, entrevistá-la separadamente somente uma vez, já que logo após a última entrevista, seu Pedro foi internado com pneumonia e faleceu. Realizaram-se algumas visitas informais a ela, mas D. Antônia já estava com a memória um pouco debilitada por conta da idade.

Em 2003, início da pesquisa de mestrado, entrevistou-se D. Emilia e seu João, conhecidos a partir de D. Conceição – sobrinha do casal, narradora desta pesquisa e moradora da Estação Experimental de Luiz Antônio. O casal reside em São Paulo, onde se realizou a primeira entrevista. A segunda ocorreu na Estação Experimental de Luiz Antônio, na casa de D. Conceição. Apenas quem falou, durante as duas entrevistas, foi seu João. D. Emília ficou sentada ao seu lado olhando para ele. Às vezes, parecia que queria falar, mas ou não queria interrompê-lo, ou não falava por “respeito” a ele. Quando a pergunta era dirigida a ela, seu João prontamente respondia e ela repetia em seguida o que ele havia dito. Poucas vezes falou além do que seu João falara, o suficiente para ele mudar de assunto e retomar a palavra.

Realizou-se, ainda neste ano de 2003, um registro fotográfico e a elaboração de mapas afetivos com seu José. Mateiro, auxiliar de pesquisa aposentado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo e o mais jovem dos entrevistados, seu José ofereceu-se, devido ao seu ofício de mateiro, para conduzir a pesquisadora até às antigas colônias (colônia da Serra, Oito,

Doze, Divisa, Reforma e Mato), hoje demolidas, descrevendo todo o espaço físico: onde e como eram as casas, a sede da fazenda antes de 1925 e a sede posterior, o primeiro e o segundo terreirão de café, as canaletas que levavam até esses, os tanques, as minas d'água, os caminhos, o antigo armazém que o famoso bandoleiro da região, o Dioguinho, freqüentava. Foi também relatando suas lembranças, muitas vezes a memória herdada. As falas de seu José durante o percurso foram gravadas, digitalizadas e transcritas. Realizaram-se, ainda, fotografias do antigo espaço das colônias e do armazém a partir de suas explanações.

Após esse registro fotográfico, seu José elaborou dois mapas afetivos. Explicou o que cada um representava e tal explicação igualmente foi gravada, digitalizada e transcrita.

Também em 2003, buscou-se na Fundação Pró-Memória de São Carlos informações sobre a Fazenda Jatahy e sobre a família proprietária – os Ribeiro do Valle, jornais antigos e/ou documentos. Entretanto, os recortes de jornais existentes neste arquivo somente se relacionavam às fazendas do município de São Carlos. O pesquisador responsável pelo acervo explicou que esse tipo de material encontra-se, geralmente, no município da respectiva fazenda. No caso da Fazenda Jatahy deveria constar no município de Luiz Antônio. No entanto, este não possui uma fundação como a de São Carlos.

Em 2004, a biblioteca municipal de Luiz Antônio foi, então, consultada, à busca de jornais antigos e/ou documentos da década de 1920 e 1930. A bibliotecária responsável informou que tais jornais existiam; entretanto, estavam no arquivo morto da prefeitura e que somente seriam disponibilizados após as eleições municipais. Com essa informação, as buscas por jornais antigos e/ou documentos sobre a Fazenda Jatahy ou sobre seu antigo proprietário, Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, foram direcionadas ao Fórum da cidade de São Simão/SP<sup>9</sup>, onde informaram a existência de documentação sobre compra e venda de escravos

---

<sup>9</sup> A Lei 63, de 12 de maio de 1877, criou a Comarca de São Simão, 1ª Entrância, instalada em 20 de dezembro de 1878, compreendendo as vilas de Serra Azul, Santa Rosa de Viterbo e Jatahy, atualmente município de Luiz Antonio. A Lei Municipal nº 15, de 04 de março de 1895, elevou a Comarca à categoria de cidade. Disponível em: <<http://www.butoh.com.br/saosimao/judiciario.html>> Acessado em 20 de jan. 2006.

do final do século XIX, compra e venda de terras e processos crimes do bandoleiro Dioguinho. Uma carta foi enviada à juíza responsável, solicitando a permissão para a pesquisa, a qual foi concedida. Porém, quando se foi pesquisar tal documentação, após duas semanas do recebimento da permissão, uma nova informação foi anunciada: todo o acervo documental deste Fórum fora transportado para uma fundação particular do município, o Museu Histórico Simonense “Alaur da Matta”. Contatou-se, então, o responsável, Luiz Antônio Nogueira, que não pôde permitir a consulta, porque realizaria uma cirurgia no dia seguinte. Solicitou, por conseguinte, que o retorno se efetivasse em janeiro de 2005, embora informara que ainda precisaria organizar o acervo.

Ainda no ano de 2004, foram realizadas, em São Paulo, entrevistas com D. Emília e seu João, e, em Luiz Antônio, com seu Vitor, neto do Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle; com D. Joana e seu Antônio; com seu Aparecido e com seu Juvenal, todos indicados por seu José. Além dessas entrevistas, pediu-se para que D. Conceição (sobrinha de D. Emília e de seu João e de D. Joana e seu Antônio) mostrasse suas fotografias familiares sobre a Fazenda Jatahy, com a intenção de utilizá-las como “muletas da memória”. D. Conceição convidou D. Verônica para juntas efetivarem o trabalho de lembrar. Ambas se ofereceram, ainda, para caminhar com a pesquisadora pelos espaços das antigas colônias. Entretanto, não foi possível conciliar uma data em que todas pudessem realizar esse trabalho de caminhar em busca das lembranças. Foi pedido, então, que D. Conceição e D. Verônica elaborassem mapas afetivos<sup>10</sup>. Aceitaram em fazer. Diziam, freqüentemente, que os fariam. No entanto, após o questionamento da pesquisadora sobre a elaboração dos mesmos, responderam que não tiveram tempo para realizá-los. Não foi possível, portanto, registrar em mapas afetivos a memória feminina, assim como foi feita com a masculina.

---

<sup>10</sup> A elaboração de mapas afetivos foi pedida somente a seu José, D. Conceição e D. Verônica por serem os entrevistados mais jovens, os que estavam em condições físicas, principalmente a visão, apropriadas a este trabalho.

Em 2005, procurou-se novamente o responsável pelo Museu Histórico Simonense “Alaur da Matta”, Luiz Antônio Nogueira, que concedeu o acesso aos processos judiciais, dentre os quais processos de compra e venda de terras, compra e vendas de escravos e os processos crimes relacionados ao bandoleiro Dioguinho.

O achamento dos processos judiciais analisados no presente estudo representou uma garimpagem, uma extração de pedras preciosas que se encontravam em meio a uma montanha de caixas desorganizadas, sujas e jogadas em um canto do referido museu.

A princípio, essas caixas de processos judiciais que se encontravam no Fórum de São Simão, iriam para o Museu da Ferrovia em Jundiaí, como todas as demais documentações existentes nos diversos municípios do Estado de São Paulo referentes ao período da cafeicultura e da ferrovia. O objetivo do Governo do Estado de São Paulo, de acordo com a responsável pelo Museu da Ferrovia em Jundiaí, era concentrar, em um único espaço, essa ampla documentação. No entanto, o responsável pelo Museu Histórico Simonense “Alaur da Matta”, uma fundação particular como foi dito anteriormente, utilizou-se de suas influências políticas no município e seguiu esta documentação em sua fundação, alegando que em Jundiaí seriam incineradas. O responsável pelo Museu fretou um caminhão e transportou toda a documentação, depositando-a em um corredor de mais ou menos três metros de extensão por dois de largura.

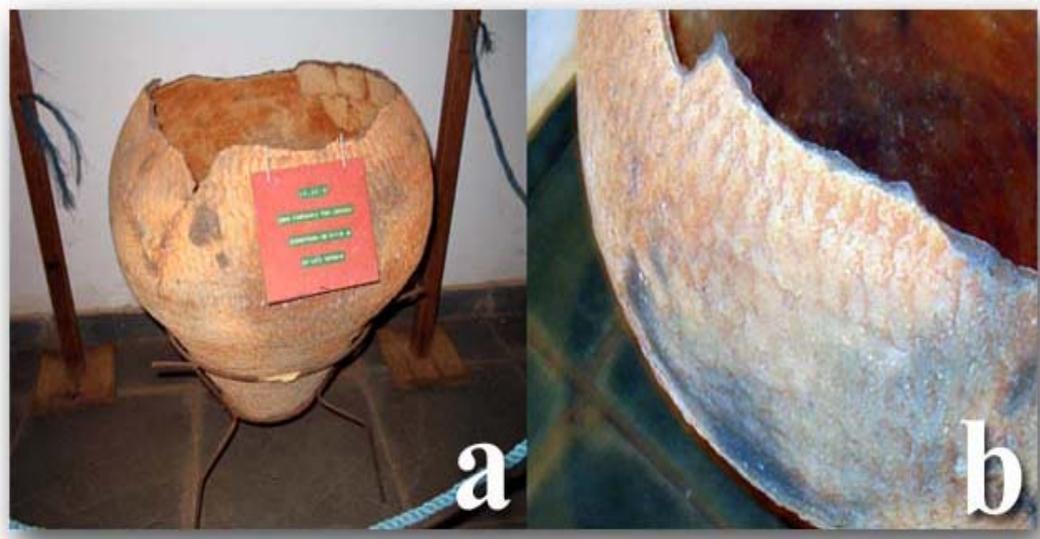
Na primeira visita ao Museu<sup>11</sup>, explicou-se o propósito do presente estudo ao responsável: buscar jornais e/ou documentos sobre a antiga Fazenda Jatahy ou sobre seu antigo proprietário, o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle. O responsável, seu Luiz Antônio Nogueira, mostrou, a partir de então, todos os acervos que constituíam o Museu Histórico Simonense “Alaur da Matta”. Objetos como urnas funerárias, lanças indígenas, pedras que eram utilizadas como ferramentas, pertencentes à tribo que habitou grande

---

<sup>11</sup> A orientadora responsável por este estudo esteve presente na primeira visita ao Museu Histórico Simonense Alaur Da Matta.

extensão dessa região – os *Paianguá*<sup>12</sup> – estão ali disponibilizados. Tais objetos foram encontrados por uma pesquisa arqueológica realizada na região na década de 1980, inclusive na área da antiga Fazenda Jatahy. No entanto, o descaso e a falta de cuidado com esses objetos tomam conta do ambiente.

**Foto 1.** *Igaçaba* (urna funerária) da tribo Paianguá (a); Detalhes da *Igaçaba* (b)



Fotos realizadas pela pesquisadora. 2005

O responsável pelo Museu mostrou, em seguida, o local em que estavam os documentos que há pouco tinha recebido do Fórum de São Simão: mais ou menos 200 caixas empilhadas em quatro fileiras de sete caixas de altura cada uma, sem catalogação alguma, apenas com a indicação no lado exterior das caixas dos anos dos documentos que continha cada caixa.

Foram abertas algumas caixas e encontradas traças, cupins, poeira, além de se perceber que a indicação referente aos anos dos documentos que continham cada caixa não

<sup>12</sup> “As tribos da região eram as Tupi-Guarani, da tribo Paianguá ou Paiaguá. Essa tribo dominou extensa área de cerca de 11.000 k m<sup>2</sup>, envolvendo terras dos atuais municípios de Mogi-Mirim, Mogi-Guassu, Pirassununga, Vassununga, Leme, Araras, Analândia, Rio Claro, Piracicaba. Esse índio conhecia a natureza e vivia em função das suas necessidades básicas, em forma de um bom lugar para viver, com água, peixes e animais de caça; com os recursos da mata e do campo cerrado”. Godoy, M.P. “Impacto antrópico nas comunidades de peixes nas bacias hidrográficas brasileiras: o caso da bacia do rio Mogi Guassu”. Mimeografado, 26 pág., 2002.

necessariamente estava correta. Conversando com seu Luiz Antônio Nogueira sobre a possibilidade de pesquisar a documentação, implicitamente foi respondido, em meio a todo um discurso sobre as dificuldades que o Museu enfrentava, financeira inclusive, que se necessitaria de apoio para a catalogação daquele material, já que ele havia se responsabilizado em encaminhar ao Ministério da Cultura em Brasília, uma relação completa com todos os documentos ali presentes. Sugeriu então que durante a realização da pesquisa, uma catalogação do material fosse realizada. A princípio acreditava-se que seria possível realizar tal catalogação. No entanto, se deparou com uma realidade mais delicada do que já se imaginava quando foram abertas aquelas primeiras caixas. Seriam necessárias medidas que envolveriam um grande investimento para a catalogação: a higienização dos documentos e posterior microfilmagem e de meses para uma simples organização. Mesmo cientes destas dificuldades, a proposta de seu Luiz Antônio Nogueira foi aceita.

**Foto 2:** As caixas de documentos empilhadas no corredor (A); Detalhe mostrando a desorganização em que encontramos os documentos (B)



Fotos de Paulo Sérgio Maroti. 2005<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Paulo Sérgio Maroti realizou mestrado e doutorado na Estação Ecológica de Jataí pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da UFSCar. Auxiliou a pesquisadora na catalogação dos documentos, no registro fotográfico e no trabalho gráfico das imagens.

Para a realização desta pesquisa, obteve-se o auxílio de um mutirão de pesquisadoras e um pesquisador, todos voluntários, dentre os quais bolsistas da orientadora deste trabalho, que se locomoveram até esse município para auxiliar na arrumação e simples catalogação destes documentos<sup>14</sup>.

Conforme as caixas eram abertas se deparava com a riqueza ali desperdiçada; confirmava-se o sentimento de desgosto somado à vergonha, pois aquele era o destino que se dava à história. Via-se em cada documento a importância que tinha para se realizar uma releitura da história daquela região, que foi uma das mais ricas do país.

No primeiro dia de pesquisa, 6 caixas foram abertas. Tais caixas, após suas catalogações, transformaram-se em 28, separadas por temas e com indicação dos anos dos documentos contidos em cada caixa. Esta primeira catalogação totalizou 8 horas de trabalho. No segundo dia, cientes da impotência em organizar minimamente a documentação, foram separadas, do total restante de 194 caixas, somente as que faziam referência ao período de 1900 a 1930. Totalizaram-se, mais ou menos, 40 caixas. Uma por uma foram abertas e apenas catalogadas aquelas que possuíam algum documento ou sobre a Fazenda Jatahy, ou sobre o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e sua família, ou sobre a família da esposa do Conde, os Junqueira. Foram encontrados 4 documentos e, conseqüentemente, 4 caixas foram catalogadas.

As 10 caixas abertas totalizaram 28 temas, 32 caixas e 187 documentos catalogados<sup>15</sup>. Foram entregues cópias da catalogação por escrito e em meio digital para seu Luiz Antônio Nogueira, que disse que buscaria verbas para poder remunerar as pesquisadoras para assim dar continuidade ao trabalho. Isso não ocorreu, pois o recurso oferecido era muito baixo para a quantidade de trabalho. Ademais, o descaso e a sensação de privatização dos documentos ficaram exacerbados. A impressão que se tinha era de que o senhor responsável pelo Museu

---

<sup>14</sup> Reitero meus agradecimentos à Andréa Apolinário, Beatriz, Juliana, Maria Villarino Pérez e Paulo Sérgio Maroti.

havia se apoderado daquela documentação pública, já que foi sugerido a ele que, devido à falta de condições financeiras para realizar uma catalogação adequada, doasse tal documentação a uma universidade pública, a qual facilmente conseguiria recursos, por meio de projetos, podendo, assim, destinar o tratamento ideal para a documentação. Ele não concordou.

Após essas dificuldades para ter acesso e ‘achar’ a documentação que é apresentada neste estudo, foram produzidas fotografias digitais<sup>16</sup> de dois processos judiciais que interessavam à pesquisa, num total de 200 imagens.

É importante ressaltar, sobretudo, que os documentos apresentados nesta dissertação são inéditos. A riqueza de informações encontradas em tais documentos sobre transações de venda e compra de terras e sobre divisões judiciais de fazendas, além da linguagem rebuscada e do uso de termos específicos do Direito e de termos ligados às Ciências Biológicas (espécies da flora do cerrado que demarcavam os limites das fazendas<sup>17</sup>) demandaram várias leituras para a compreensão dos documentos.

Apresenta-se, a seguir, após elucidar o panorama da pesquisa empírica, como se dispõem os três capítulos que compõem essa dissertação.

No **capítulo 1**, intitulado **Memória e História**, são apresentadas, primeiramente, as questões teóricas acerca da história da expansão cafeeira e da ferrovia para o Nordeste Paulista, a substituição dos braços escravos pelas famílias imigrantes, as relações, sob o regime de colonato, entre esses últimos e os cafeicultores, bem como a análise dos dois documentos “achados”. O primeiro, de 1924, constitui-se em uma ação possessória entre o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e sua mulher, antigo proprietário da Fazenda Jatahy e requerente desta ação, e o Cel. Virgílio Venâncio Martins e sua mulher, requerido. O segundo documento, de 1928, constitui-se em uma Ação de Divisão do Imóvel Cafundó entre

---

<sup>15</sup> Ver apêndice I.

<sup>16</sup> Fotos realizadas por Paulo Sérgio Maroti.

Manoel Augusto Fernandes Nogueira, requerente, e o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, requerido. A análise dessa documentação mostra-se de grande relevância para a história local, regional e, mais, para a história da estrutura fundiária desta região. Realiza-se, também a partir dela, a relação entre memória e história, trazendo os relatos dos antigos trabalhadores e trabalhadoras sobre o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle.

No **capítulo 2**, intitulado **A Floração das Memórias Femininas**, centra-se, principalmente, na compreensão do trabalho feminino, da sua invisibilidade e, conseqüentemente, do entendimento das relações de gênero estabelecidas no período do colonato e do trabalho assalariado, sobretudo o patriarcado. Ademais, apresenta-se a análise sobre os conflitos de raça/etnia que existiam no período do colonato e o contra-poder dessas mulheres em ambos os períodos.

No **capítulo 3**, intitulado **Os Lugares da Memória**, a memória coletiva das trabalhadoras e trabalhadores da Fazenda Jatahy é reconstruída, a partir dos *lugares da memória*, ou seja, os espaços físicos das antigas colônias e do antigo armazém que havia na Fazenda Jatahy, bem como os mapas afetivos elaborados por seu José. Posteriormente, analisam-se as (re) significações, para os trabalhadores e trabalhadoras, sobre a área da antiga fazenda, transformada há algumas décadas em uma área de preservação e compreendida como *lugar da natureza*. A partir da análise de tais (re) significações, apresenta-se a importância de se ter estruturado o *Museu Itinerante do Jatahy*, como um trabalho de enquadramento da memória, para a unificação e o reforço das identidades daquelas antigas trabalhadoras e trabalhadores.

Apresenta-se, assim, na dissertação “Nas entrelinhas da história, memória e gênero. Lembranças da antiga Fazenda Jatahy (1925-1959)” a relação entre a Memória e a História, a partir, por um lado, da história oral, que abrangeu os relatos, os diálogos, as histórias de vida,

---

<sup>17</sup> Ver Tabela de Espécies de Árvores no Apêndice II.

as fotografias e os mapas afetivos, e por outro, a análise documental. No esforço em trabalhar com essas duas fontes, foram privilegiadas as histórias femininas, descartadas dos documentos históricos. Ademais, com o intuito de compor um elo entre o conhecimento e a ação política, foi estruturado o *Museu Itinerante do Jatahy*, que se constituiu num produto de uma nova práxis.

## Capítulo I – História e Memória

### O Mineiro e o Italiano – Tião Carreiro e Pardinho

O mineiro e o italiano viviam as portas  
 Dos tribunais em uma demanda de terra  
 Que não deixava os dois em paz  
 Só de pensar na derrota o pobre caboclo  
 Não dormia mais  
 O italiano roncava nem que eu gaste alguns capitais  
 Quero ver esse mineiro voltar de a pé pra Minas  
 Gerais

Voltar de a pé pro mineiro seria feio para os seus  
 parentes  
 Apelou para o advogado fale pro juiz pra ter do da  
 gente  
 Diga que nós somos pobres que meus filhinhos vivem  
 doentes  
 Um palmo de terra a mais para o italiano é  
 indiferente  
 Se o juiz me ajudar a ganhar lhe dou uma leitoa de  
 presente

Retrucou o advogado o senhor não sabe o que está  
 falando  
 Não caia nesta besteira se não nós vamos entrar pro  
 cano  
 Esse juiz é uma fera, caboclo sério e de tutano  
 Paulista da velha guarda família de 400 anos  
 Mandar leitoa para ele dar é dar a vitória pro  
 italiano

Porém chegou o grande dia que o tribunal deu o  
 veredicto  
 Mineiro ganhou a demanda, o advogado achou esquisito  
 Mineiro disse ao doutor eu fiz conforme lhe havia  
 dito  
 Respondeu o advogado que o juiz vendeu e eu não  
 acredito  
 Jogo meu diploma fora se nesse angu não tiver

mosquito

De fato falou o mineiro nem mesmo eu tô acreditando  
 Ver meus filhinhos de a pé meu coração vivia  
 sangrando  
 Peguei uma leitoa gorda foi Deus do céu que me deu  
 esse plano  
 Numa cidade vizinha para o juiz eu fui despachando  
 Só não mandei no meu nome  
 Mandeï no nome do italiano.

## 1.1 Um pouco da história regional e local

O Nordeste Paulista foi povoado ao longo do antigo caminho que ligava a cidade de São Paulo às minas de Goiás. Até o início do século XVIII, era um “sertão desconhecido”. No decorrer do processo histórico de sua ocupação, recebeu várias denominações. Primeiramente foi o sertão do Caminho de Goiás; depois o retalharam segundo os nomes adotados pelas freguesias e vilas que criavam. No final do século XIX, com o avanço da ferrovia, designaram-no como Zona da Mogiana, até ser hoje delimitado como o Nordeste Paulista (BRIOSCHI, 1999, p. 58).

Em 1856, o Nordeste Paulista possuía uma rede fundiária de implantação recente, já que a abertura do Caminho de Goiás, ainda em princípios do século XVIII, não implicara no desbravamento dos vastos territórios às suas margens. Foi no início do século XIX, com uma importante migração de mineiros, que se principiou a desbravar a região. Abriram grandes fazendas ocupadas com a criação de gado, a produção de queijo e o plantio de milho e feijão (BRIOSCHI, 1999, p. 58). “Largas extensões de terras devolutas eram apossadas. O futuro posseiro esticava suas divisas até onde sua visão alcançava, normalmente aproveitando as pequenas bacias hidrográficas como norteadoras dos limites de suas posses” (BRIOSCHI, 1999, p. 65).

Na primeira metade do século XIX, na Capitania de São Paulo, o café superou a economia açucareira. A partir dos arredores do Rio de Janeiro, esse grão espalhou-se pelo Vale do Paraíba, na sua parte fluminense, ultrapassou os limites das duas Províncias e atingiu as vilas paulistas. Até 1848, ano em que o café superou o açúcar, no valor das exportações paulistas, as plantações do Vale do Paraíba eram responsáveis pela quase totalidade dessa produção. A dificuldade que se tinha para expandir os cafezais para o Oeste Paulista era a transposição da Serra do Mar. Inaugurou-se, então, em 1867 pela companhia inglesa *São Paulo Railway*, a Estrada de Ferro “Santos-Jundiaí”. Já no seu primeiro mês de funcionamento, metade da safra embarcada para Santos foi transportada por essa ferrovia. Percebeu-se, pois, que a associação café-ferrovia era a condição de expansão da cafeicultura paulista. A extensão dos trilhos pelo interior paulista proporcionou o avanço da agricultura de exportação – no caso, o café – por áreas anteriormente ocupadas pela economia do excedente. Na segunda metade do século XIX, a expansão do café ao longo do Caminho de Goiás representou superar os limites geográficos anteriormente atingidos pela produção açucareira (BRIOSCHI, 1999, p. 72).

A expansão cafeeira para o Nordeste Paulista exerceu forte pressão, promovendo alterações significativas no mercado fundiário da região, pois, até então, a ocupação e a exploração da terra centravam-se no uso para a subsistência e criação de gado, numa economia pouco capitalizada. O fato de o café necessitar de terras de matas virgens ocasionou uma reviravolta nos padrões de ocupação territorial e, conseqüentemente, nos preços da terra. Essa penetração do café na chamada Alta Mogiana fez com que fazendeiros e o Estado investissem pesadamente na lavoura cafeeira, gerando um notável enriquecimento do Estado de São Paulo. A maioria dos proprietários originais, sem maiores recursos, sem acesso ao crédito e estabelecidos na região, viu-se forçada a vender suas terras ou a se submeter às variadas formas de arrendamento ou serviços (BRIOSCHI, 1999, p. 74).

A Fazenda Jatahy, localizada no Nordeste Paulista, foi uma dentre várias fazendas produtoras de café dessa região, do final do século XIX até meados do século XX. Situada no município de São Simão, próximo a Ribeirão Preto/SP, deu origem ao município de Luiz Antônio. O núcleo original do atual município, fundado em 1892, chamava-se “Vila Jatay”, nome derivado de um porto fluvial do rio Mogi-Guaçu na “fazenda de Jatay”, que foi mantido até 8 de outubro de 1937. Nesta data, tal Vila tornou-se distrito em terras do município de São Simão com a denominação de Luiz Antônio. Em 18 de fevereiro de 1959, conquistou sua autonomia político-administrativa, tornando-se município<sup>18</sup>.

A Fazenda Jatahy representava um importante ponto de trânsito de mercadorias produzidas nas várias fazendas da região, que eram levadas até o Porto Jatahy (construído em 1887 e localizado às margens do rio Mogi-Guaçu dentro da área da antiga fazenda). Até o ano de 1937, quando o Porto Jatahy foi desativado, a Fazenda Jatahy era denominada de Jataizão; e, onde é hoje o município de Luiz Antônio, era chamado de Jataizinho – ponto de encontro de tropas que vinham trazer as mercadorias para serem enviadas via porto fluvial. (BARBATANA, 2000).

De 1925 a 1945 a Fazenda Jatahy pertenceu à Joaquim Augusto Ribeiro do Valle<sup>19</sup>, conhecido como “Conde”. As principais atividades eram a cafeicultura e a pecuária. Havia, também, intensa produção de leite e derivados. A fazenda era habitada por aproximadamente 200 famílias, incluindo adultos e crianças (JESUS, 1993, p.37; SIMÕES, 1998, p.33). Havia seis colônias: Divisa, Doze, Mato, Oito, Reforma (ou Sede) e Serra. Nelas moravam os colonos, que trabalhavam no café (plantação, colheita, carpa...), e os diaristas e mensalistas, que trabalhavam como motorista, ajudante de motorista, camareira da casa do Conde, feitor,

---

<sup>18</sup> Disponível em < <http://www.seade.gov.br> > Acessado em: 07 de jan. 2005.

<sup>19</sup> Nasceu em Guaxupé, Minas Gerais, em 1862. Casou-se com Genoveva Junqueira, nascida em 1869 em São Simão, filha de Luiz Antônio Junqueira. Proprietário de diversas fazendas em Minas Gerais e São Paulo, o Conde dedicava-se à lavoura de café. Foi senador estadual em Minas Gerais e um dos diretores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Faleceu na Fazenda Jatahy em 1941. <[http://www.jbcultura.com.br/gde\\_fam/](http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/)> .Acessado em: 01 de abr. de 2004.

carroceiro, candeeiro e outros. Havia, também, cinco retiros: o da Boa Sorte, o do Cafundó, o do Diolindo, o da Estrela e o da Reforma. Neles se ordenhavam as vacas.

Na área da antiga Fazenda Jatahy, existiam lagoas marginais e três córregos – o Estrela, o Beija-Flor e o Cafundó. Nas margens da lagoa dos Patos, do Sapé e do córrego Cafundó os colonos cultivavam arroz e, nas margens do córrego Beija-Flor, plantavam o milho utilizado para alimentar o gado. Atualmente, na região que era percorrida por esse córrego, encontra-se uma represa (Represa do Beija-Flor) que encobriu parte do velho córrego. Há também a Lagoa do Diogo, local que era utilizado na silvicultura, que subsidiava a produção de dormentes para a estrada de ferro e de mourões para a fazenda (MAROTI & SANTOS, 2001, p.207). O nome dessa lagoa está relacionado ao justiceiro Dioguinho (Diogo da Rocha Figueira ou Diogo da Silva Rocha), que viveu na região na época da expansão cafeeira para o Oeste Paulista, no final do século XIX. O café estava no auge e os coronéis proprietários de grandes fazendas contratavam-no para a realização de crimes. Nesse lugar, Dioguinho sofreu uma tocaia, mas seu corpo nunca foi encontrado, apenas o do seu irmão – Joãozinho – que pertencia ao seu bando. Na margem dessa lagoa existe uma cruz, onde foi enterrado o corpo de seu irmão, mas a denominaram de Cruz do Diogo<sup>20</sup> (MAROTI & SANTOS, 2001, p. 209).

Existia também, no período do Conde, uma olaria entre a Colônia do Oito e a do Mato com a função de retirar argila das margens de um córrego que passava por ali, atualmente extinto, para a confecção de tijolos (MAROTI & SANTOS, 2001, 213).

Entre 1944 e 1945, a fazenda foi vendida para a *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*, que tinha como objetivo a implementação das culturas de pino e eucalipto para a produção de lenha como fonte de combustível para as máquinas, para a produção de dormentes, utilizados na construção de estradas de ferro e como mourões de cercas. As

---

atividades agrícolas e de criação de animais foram reduzidas e, posteriormente, os campos cultiváveis transformados em plantações de eucalipto (JESUS, 1993, p.39 ; SIMÕES, 1998, p.40). As colônias que existiam no período do Conde mantiveram-se, mas os retiros de gado foram abandonados. Os trabalhadores do café, os retireiros, que trabalhavam na retirada de leite e os campeiros, que cuidavam do gado, passaram a trabalhar no plantio do eucalipto ou foram à busca de outras fazendas.

Em 1959 a *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro* perdeu a área, por causa de dívidas, para o governo do Estado de São Paulo, que a transformou em uma unidade de produção em silvicultura (pino e eucalipto) denominada de Estação Experimental de Luiz Antônio (EELA) (decreto lei 35.982 de 17/12/1959, SP), sob a gerência e administração do Instituto Florestal de São Paulo (IF). A criação dessa área está concomitantemente atrelada à intenção, por parte do Estado, de criar inúmeras estações experimentais e florestas estaduais a partir da década de 1940, visando, em uma primeira instância, a produção e pesquisa com florestas implantadas, cuja madeira pudesse atender à demanda existente, diminuindo, dessa forma, a pressão sobre as florestas naturais (RIBEIRO, mimeo apud MAROTI & SANTOS, 2000). A partir daí, as atividades concentraram-se, totalmente, em plantações de pino e eucalipto. Os retiros foram destruídos e as colônias foram reduzidas a três, mantendo apenas as do Oito, do Mato e a da Reforma (ou Sede), sendo, ainda, criadas outras duas: a do Saravá e a da Olaria, no córrego Beija-Flor.

Em 15 de junho de 1982, pelo decreto lei nº 18.997, foram separados 4.532,18 ha, pertencentes, até então, à Estação Experimental de Luiz Antônio, que ficou com uma área de 6.240 ha, para a criação de uma unidade de conservação estadual chamada Estação Ecológica de Jataí, que teve a sua denominação alterada pelo decreto lei 20.809 de 11/03/1983, SP para Estação Ecológica de Jataí “Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Vale”, em homenagem ao

---

<sup>20</sup> A história do justiceiro Dioguinho será retomada no capítulo três.

seu primeiro proprietário. Essa unidade de conservação é uma das poucas no Estado de São Paulo com floresta natural de interesse para a preservação (CONSEMA,1985).

Em 18 de setembro de 2002, pelo decreto lei nº 47.096, ampliou-se a área da Estação Ecológica de Jataí, que passou a deter um território de 9.074,63 ha, enquanto a Estação Experimental de Luiz Antônio foi reduzida para aproximadamente 2.000 ha (DOE, 2002). Atualmente, vivem onze famílias na Estação Experimental de Luiz Antônio, que são funcionários do Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

## **1.2 A Expansão dos Trilhos e a Chegada dos Imigrantes**

O poder monetário e o espírito empreendedor dos ricos fazendeiros, “os do oeste mais do que os do norte”, impulsionaram a participação deles em sociedades ferroviárias por volta de 1870. A construção de estradas de ferro era uma urgência, pois as plantações afastavam-se do litoral e o volume da produção aumentava. O desenvolvimento da cultura cafeeira em torno de Campinas, e além desta cidade, criou uma dupla dificuldade: era preciso que as tropas transpusessem 200 km, bem como se pedia que o porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente de café. Tanto a grande distância quanto o custo elevado que se tinha para transportar o café do Oeste Paulista até Santos exigia a construção de uma estrada de ferro que ligasse Santos a Jundiaí. Ainda não se pensava que o café fosse mais longe, rumo ao interior (MONBEIG, 1998, p.98). Na mesma época, os equipamentos dos fazendeiros estavam em uma fase de grandes progressos técnicos, em relação ao aperfeiçoamento no preparo dos grãos de café. Procuravam-se máquinas de despolar, secadoras artificiais e classificadoras mecânicas, que pudessem tratar rapidamente as volumosas colheitas e que, melhorando ao mesmo tempo a apresentação dos grãos, permitissem tirar deles um preço mais elevado. Todavia, restringia-se, cada vez mais, o comércio de negros e o problema da mão-de-obra começava a preocupar os fazendeiros.

---

A companhia inglesa *São Paulo Railway* iniciou, em 1860, a construção da estrada de ferro ligando Santos a São Paulo. Em 1866, a linha chegara a São Paulo e, em 1867, a Jundiaí. A companhia inglesa não se interessou pelo prolongamento de suas linhas além de Jundiaí, já que tinha, até 1930, o monopólio, com o sistema São Paulo-Santos, dos transportes ferroviários entre o litoral e o planalto. Isso obrigava qualquer estrada, que fosse construída no interior, pagar tributos a ela. Desse modo, fazendeiros, capitalistas e homens públicos de São Paulo viram-se obrigados a estender os trilhos para as áreas que já estavam sendo dominadas pela “onda verde” dos cafezais (MATOS, 1990, p.74-78).

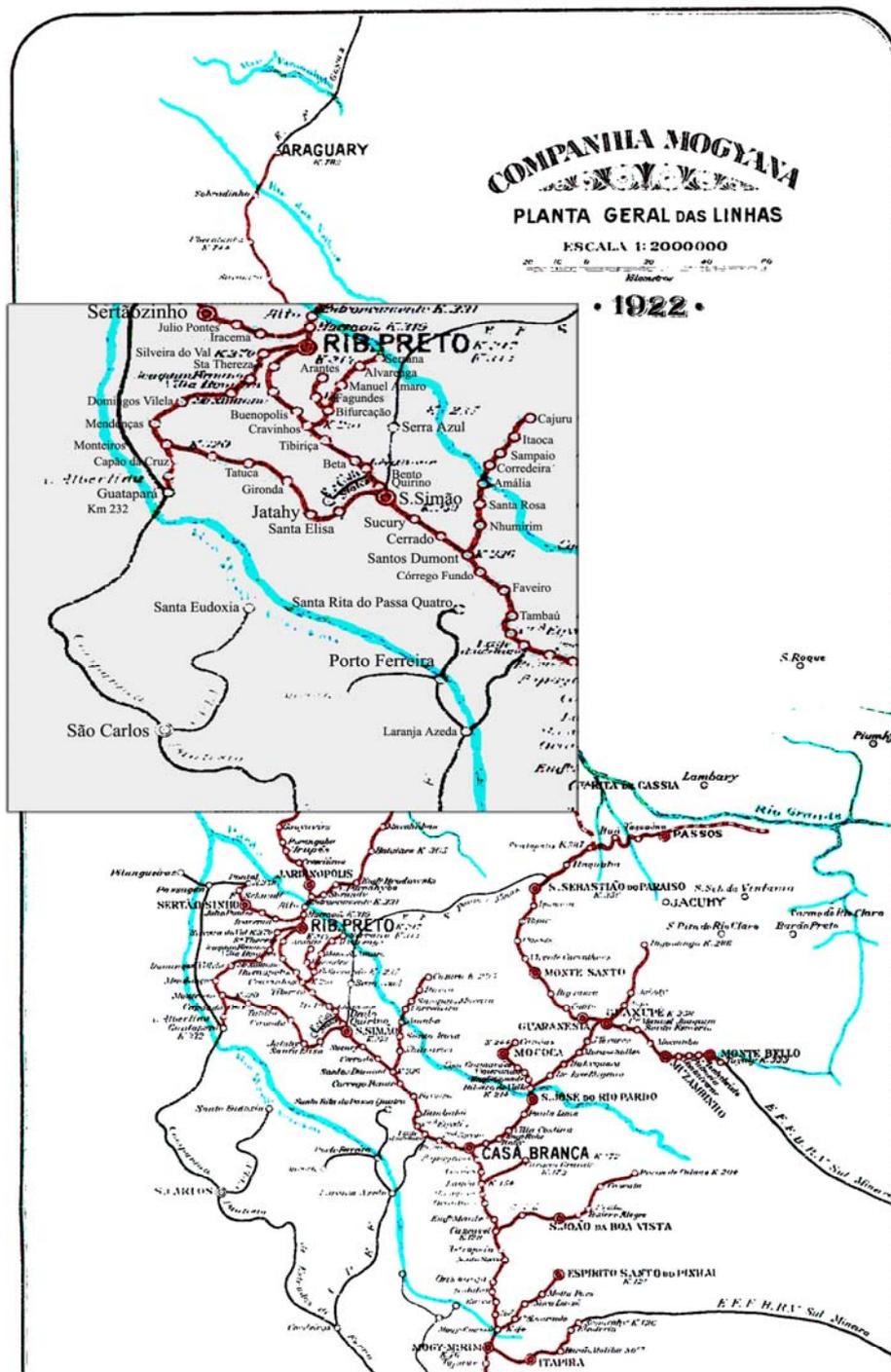
Em 1868, fundou-se, por iniciativa de Saldanha Marinho, presidente da província de São Paulo à época, a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Jundiaí a Campinas*, popularmente conhecida por *Paulista* e, em 1872, o trecho Jundiaí-Campinas (MATOS, 1990, p.78-80). O nome primitivo da *Paulista* remetia ao entendimento de que o objetivo da empresa era a construção da estrada somente entre Jundiaí e Campinas. Entretanto, a ampliação desse trecho impôs-se logo após a sua concretização, já que muitos dos fazendeiros incorporadores da estrada tinham interesses em áreas situadas além de Campinas, como por exemplo, Limeira, Rio Claro e o chamado Vale de Mogi-Guaçu. As próprias cidades interessadas no prolongamento do trecho da *Paulista* organizaram-se para a construção das suas estradas de ferro. Três foram as companhias fundadas, não somente para levar os trilhos de Campinas a outras regiões, mas, também, para ligar outras regiões diretamente com a capital, sem a utilização do tronco inicial da *Paulista* ou da linha de São Paulo à Jundiaí – a *Ituana*, a *Sorocabana* e a *Mogiana*. Em 1876 inaugurou-se o trecho de prolongamento da *Paulista* até Rio Claro e, em 1880 o trecho já alcançava Porto Ferreira, à margem do rio Mogi-Guaçu (MATOS, 1990, p. 82-84).

Em 1872, foi fundada em Campinas a *Companhia Mogiana*. Assim como a *Ituana* e a *Sorocabana*, seus incorporadores eram todos homens ligados ao café. Em 1878 os trilhos da

nova ferrovia chegaram à Casa Branca; em 1883, em Ribeirão Preto; em 1887, em Franca e, em 1888, às margens do Rio Grande. Em 1889 incorporou-se à *Companhia Mogiana* a *Companhia Ramal Férreo Rio Pardo*, que desde 1888 responsabilizava-se pelo tráfego de Casa Branca a São José do Rio Pardo, que foi prolongado pela *Mogiana* até Mococa e Canoas. No final do século XIX, a *Mogiana* atingiu as divisas com Minas Gerais, penetrando em território mineiro e articulando com outras ferrovias (MATOS,1990, p.90-100).

Tornou-se, assim, a Mogiana a estrada dos pequenos ramais, que o simples exame de sua linha-tronco nos faz perceber. Logo no início, apenas a 32 quilômetros de Campinas, da estação de Jaguari (atualmente Jaguariúna) saem os ramais de Amparo, Socorro e Serra Negra; de Mogimirim (Km 73), sai o ramal de Itapira, prolongado depois até Eleutério, na divisa de Minas, onde vai articular-se, conforme indicamos, com uma ferrovia mineira; menos de dez quilômetros depois, ou seja de Mogiguaçu, sai o ramal de Espírito Santo do Pinhal, que não teve prolongamento, fazendo desta cidade ponta de trilhos, embora tão próxima da linha tronco; de Cascavel (atualmente Aguaí), Km 125, sai o ramal de Poços de Caldas; pouco mais de vinte quilômetros adiante, na estação Lagoa Branca, deita a Mogiana o ramal de Vargem Grande; quarenta quilômetros além da estação de Casa Branca, sai o ramal de Mococa e Canoas, o qual, através de sub-ramais, vai penetrar em território mineiro, alcançando Guaxupé; em Baldeação (Km 190) articula-se com o ramal de Piraçununga, da Paulista; em Santos Dumont (Km 232) tem início o ramal de Cajuru; em São Simão (pouco mais de vinte quilômetros adiante), inicia-se o ramal Jataí; de Cravinhos (Km 287) partem os ramais de Arantes e Serrana; de Ribeirão Preto, sai o ramal de Sertãozinho e, pouco depois de Ribeirão Preto, bifurca-se a linha uma seguindo por Franca e outra por Igarapava, reunindo-se as duas em Uberaba (MATOS, 1990, p.100).

Figura 2. Reprodução do mapa da malha férrea da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro



Fonte: Museu Virtual da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro - [http://planeta.terra.com.br/arte/mogiana/pp\\_mapa.htm](http://planeta.terra.com.br/arte/mogiana/pp_mapa.htm) Acessado em 1 abr. 2004.

A rede ferroviária paulista, pois, a partir dessa enumeração, foi-se constituindo em um imbricado emaranhado de linhas arquitetadas de acordo com as necessidades momentâneas, com as conveniências e aspirações das localidades interessadas (MATOS,1990, p. 101).

Dos doze ramais da Mogiana, alguns não chegaram a ter vinte quilômetros, enquanto o mais extenso não chega a cem. A grande maioria fica na base de quarenta ou cinquenta quilômetros. Verdadeiras estradas “cata-café” que iam, no seu imediatismo, servir aos interesses das fazendas de uma região que, na época, já se encontrava na vanguarda da produção cafeeira de São Paulo (MATOS,1990, p. 101).

No entanto, o avanço da *Paulista* foi mais notável do que o da *Mogiana*. Em 1892, a *Paulista* atingiu Jaboticabal e iniciou a construção do ramal Mogi-Guaçu partindo de Rincão, em direção às grandes fazendas que ali se abriam. Dessas a mais importante era a Guatapará, que atraiu também os trilhos da *Mogiana*. Os planos da *Mogiana* consistiam na construção de uma ligação com o litoral por meio de uma linha que partisse da estação de Ressaca, hoje Santo Antônio da Posse, distante 50 quilômetros de Campinas e que chegasse a Santos. Tais planos alertaram a *Paulista*, fazendo-a procurar uma forma de atrair para o seu tráfego os ricos municípios de São Simão, Ribeirão Preto e Sertãozinho, por meio de um ramal que partia de Rincão e acompanhava o curso do Mogi-Guaçu até as proximidades de sua confluência com o Pardo. A idéia era que esse ramal substituísse o serviço de navegação do Mogi-Guaçu que a *Mogiana* realizava em situações precárias. Além disso, poderia ser

prolongado até o Rio Grande, acompanhando, assim, sua concorrente. Em 1896, a *Paulista* obteve essa concessão, mas não prolongou seus trilhos além de Pontal; não atingiu o Rio Grande, pois a *Mogiana* havia desistido de chegar até Santos. A *Paulista* não tinha intenção de hostilizar a concorrente, mas somente o propósito de defender a integridade de seu tráfego, quando se viu ameaçada (MATOS, 1990, p. 118).

No final do século XIX, desconsiderando alguns ramais ou sub-ramais de ligação, a *Mogiana* já havia terminado sua rede, enquanto a *Paulista* ainda tinha como tarefa, no século XX, desbravar e conquistar áreas novas, mais para o Oeste do Estado, ou melhorar as já existentes (MATOS, 1990, p. 119). Nas palavras de Matos (1990), a *Mogiana* “avantajando-se a todas as demais estradas, levou mais longe seus trilhos, além do rio Grande, conquistando para São Paulo todo o chamado ‘Triangulo Mineiro’” (MATOS, 1990, p. 122).

No entanto, havia alguns defeitos no traçado original das estradas de ferro. Em relação à *Mogiana*, um grande defeito foi o desvio feito a partir de Casa Branca dirigindo-se para São Simão e Ribeirão Preto ao invés de seguir sua direção natural por Cajuru e Franca. São Simão e Ribeirão Preto, por se encontrarem na direção exata do ramal de Porto Ferreira da *Paulista*, deveriam ser englobados pelo seu prolongamento natural até às margens do Rio Pardo; muito embora, coube ao café trazer para o Brasil as primeiras ferrovias, as quais foram importantes na fixação da população (MATOS, 1990, p. 140-148).

Eis por que em São Paulo – fato único em todo o Brasil – as diversas regiões do Estado são conhecidas pelos nomes das ferrovias que as servem: Zona Paulista, Zona Araraquarense, Zona Sorocabana, Zona Noroeste, Zona Mogiana e, às vezes, com especificações: Alta Paulista, Alta Sorocabana, Média Mogiana etc (MATOS, 1990, p. 148).

O sistema misto de ferrovias e rodovias foi logo necessário e, rapidamente, se expandiu. Entretanto, o sistema misto de ferrovias e vias fluviais não ocorreu. Esse último sistema foi importante nos primórdios do transporte ferroviário no Brasil. A *Sorocabana* e a

*Ituana* articulavam suas ferrovias com a navegação fluvial no Tietê e no Piracicaba, e a *Paulista* no Mogi-Guaçu e no Pardo. Por isso, em certa época, a *Paulista* se denominava *Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais*. Esse sistema obteria ótimos resultados, segundo Matos (1990), se houvesse o mesmo interesse que teve para com a estrada de ferro. No entanto, ocorreu o oposto. Não adaptaram a rede fluvial às condições mais eficientes de articulação, implicando no seu abandono e posterior desaparecimento. “Alguns nomes de portos ainda permaneceram, apenas evocando um passado que, afinal, não é tão distante” (MATOS, 1990, p. 155).

A rota fluvial pelo Rio Mogi-Guaçu, que começava em Pontal dirigindo-se até Porto Ferreira passando pelo Porto Jatahy, auxiliou os fazendeiros no transporte do café até a linha férrea em Porto Ferreira – pertencente à *Paulista* – onde dali seguia até o porto de Santos (MAROTI & SANTOS, 1997).

Concomitantemente a essa expansão ferroviária, outra inovação na estrutura tradicional da lavoura cafeeira ocorria atendendo aos interesses e às conveniências dos fazendeiros – a imigração de trabalhadores rurais.

Os negros eram os trabalhadores por excelência. Primeiramente, foram empregados no trabalho dos engenhos e das lavouras do quadrilátero do açúcar. Depois estavam nas fazendas cafeeiras, formadas ao longo da marcha do café, até a metade do século XIX.

Em 1857 o regime escravista no Brasil começa a declinar, após a promulgação da lei Eusébio de Queiroz em 1850 (TRUZZI, 2000,). Segundo Holanda (1998), a queda súbita que se assinalou no tráfico negreiro no Brasil entre 1849 – quando foram importados 54 mil negros – e 1850 – quando foram importados 23 mil negros – resulta não só da aprovação da lei Eusébio de Queiroz mas, também, da intensificação das atividades britânicas de repressão ao tráfico. O objetivo inglês era expandir seu mercado de exportação.

Como fruto de rebeliões constantes dos negros e pelo crescimento da campanha abolicionista foi promulgada a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei dos Sexágênários, em 1885, ambas responsáveis pelo grosso das alforrias obtidas. Com a primeira, surgiram os escravos livres – os ditos ingênuos. A segunda, embora beneficiasse um número reduzido de escravos, porque a maior parte deles não atingia a idade de 60 anos e, embora os beneficiados, por causa da idade, não representassem nada em termos de potencial produtivo, era encarada pelos fazendeiros como mais um passo que desgastava a sua autoridade moral no interior das fazendas. Neste caso, era comum burlar essa lei para mostrar aos escravos mais rebeldes quem detinha o poder de fato nas propriedades (TRUZZI, 2000, p 48).

Durante os anos que antecederam a abolição (1888), os conflitos aumentaram e as fugas tornaram-se mais freqüentes e planejadas, talvez pelo fato de que os próprios escravos percebessem que a libertação se aproximava. Os fazendeiros do Nordeste Paulista, receosos com a expansão de suas lavouras e a escassez da mão-de-obra escrava, não hesitaram em incentivar a imigração estrangeira, que, em sua maioria, compunha-se de italianos. Esses fazendeiros preferiam a imigração do grupo familiar à de trabalhadores assalariados. As justificativas apoiavam-se em dois argumentos: o trabalho familiar permitiria ao fazendeiro maior exploração sobre a mão de obra, já que se pagavam salários pelas tarefas e não por indivíduos e, ainda, as unidades familiares amenizariam a tendência de abandono do trabalho, garantindo maior estabilidade da mão de obra nas fazendas (ALVIM, 1986).

Essa imigração ocorreu no Estado de São Paulo entre os anos de 1870 e 1920, em três momentos (ALVIM, 1986):

1º) 1870 a 1885, momento caracterizado pela articulação política do grupo do Oeste Paulista, paralelamente à desagregação da mão-de-obra escrava. Foram as primeiras tentativas de se apoiar a produção cafeeira na mão-de-obra livre, mas havia ausência de uma política imigratória definida. Os italianos, nesse momento, não eram a maioria dos imigrantes.

2º) 1885 a 1902, quando se consolidou uma nova facção econômica no poder – os fazendeiros do Oeste Paulista. O mercado de trabalho, de fato, se apoiou na mão-de-obra livre, definindo-se, assim, uma política imigratória calcada nos imigrantes, principalmente italianos.

3º) 1902 a 1920, período em que o novo grupo se manteve inalterado e no qual se consolidou, em todo país, a política imigratória iniciada por São Paulo (ALVIM, 1986, p. 54). Entretanto, o número de italianos que vieram para cá nesse último momento foi menor, pois eram atraídos pelo mercado de trabalho norte-americano, já que no Brasil denunciavam as duras condições de vida que os colonos tinham nas fazendas de café.

O fenômeno migratório italiano decorreu da expansão do capitalismo que induziu a Itália a se desfazer de migrantes temporários e permanentes. No primeiro momento foram os pequenos proprietários, pequenos arrendatários ou meeiros que constituíram o contingente emigratório: vendiam a pouca terra que tinham, somavam-na aos rendimentos da venda dos mantimentos produzidos por eles e conseguiam, assim, emigrar para fugir da proletarização do campo (ALVIM, 1986, p.60).

Em outro momento, a partir de 1885, emigram para o Brasil trabalhadores rurais assalariados, que poderiam ser fixos ou temporários, por meio da política de migração, criada pelos cafeicultores do Oeste Paulista, que conseguiram, então, realizar seu objetivo: ter à disposição mão-de-obra farta e barata. Os imigrantes tinham como promessa, por parte dos cafeicultores, a aquisição de pequenas propriedades e a possibilidade do trabalho familiar, já estabelecido na Itália e que era um valor a ser preservado por esses italianos.

Como na Itália o desenvolvimento industrial foi lento e insuficiente, não conseguindo absorver o excesso de mão-de-obra, o processo de proletarização do campo foi sinônimo de expulsão, levando os italianos a buscarem seu sustento em outros países. No Brasil, em particular, tiveram que se inserir em um mercado de trabalho em fase de transição da mão-de-

obra escrava para a mão-de-obra livre, como assalariados, e que visava apenas ao lucro dos grandes proprietários. As famílias viam, na nova terra, a possibilidade de reconstrução do núcleo familiar, e o trabalho nas fazendas de café proporcionava exatamente isso, já que os fazendeiros do Oeste Paulista preferiam a imigração do grupo familiar à de trabalhadores assalariados. As justificativas apoiavam-se em dois argumentos: o trabalho familiar permitiria ao fazendeiro maior exploração sobre a mão-de-obra, já que se pagavam salários pelas tarefas e não por indivíduos e, ainda, as unidades familiares amenizariam a tendência de abandono do trabalho, garantindo maior estabilidade da mão-de-obra nas fazendas (ALVIM, 1986, p. 84).

### **1.3 O Trabalho nas Fazendas de Café: o regime de colonato**

O colonato abrangeu tanto a cultura do café quanto a do açúcar e se instaurou com a crise do escravismo no final do século XIX. Esse regime caracterizava-se pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal; um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador; e pelo fato de que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar. Essa produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar era, segundo Martins (1979), o que impossibilitava definir essas relações como relações capitalistas de produção.

As relações sociais, que norteavam o fazendeiro-capitalista, não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas, principalmente, as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda, primeiramente com os comissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX, com os exportadores. Em virtude disto, a transformação das relações de trabalho na cafeicultura originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos, que teve seus efeitos mais drásticos a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro. Entretanto, a economia colonial não se definia somente pela prioridade da circulação, mas, também, pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria. O trabalhador escravo, antes de ser produtor direto, era objeto de comércio, obrigado a produzir lucro antes de começar a produzir mercadorias e não apenas depois.

Portanto, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho era regulado, anteriormente, pelas regras de comércio. Por isso, em um primeiro momento, a transformação das relações de produção não foi determinada pelas modificações no processo de trabalho na fazenda de café, mas sim pelas modificações na dinâmica de abastecimento da força de trabalho de que o café necessitava (MARTINS, 1979, p.15 ).

Porém, essas modificações alteraram a qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador, alteraram as relações de produção. A jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador escravo estavam diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro, ou seja, a condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho. Com o trabalhador livre, o patrão dependia de outros mecanismos de coerção para obter a capacidade de trabalho do primeiro, já que esse era juridicamente igual a seu patrão, caracterizando, assim, o regime de colonato (MARTINS, 1979, p.15 ).

Anualmente, o fazendeiro acertava a conta com o trabalhador livre – o colono. Após o término da safra, o chefe da família trabalhadora recebia a quantia que lhe cabia, e aqui se dava a igualdade entre fazendeiro e colono, no plano dos ganhos monetários. Neste plano, o colono era fornecedor de mercadorias e de trabalhos avulsos, que significavam uma parcela mínima de seus rendimentos. O colono era também comprador de mercadorias ou devedor de adiantamentos dados pelo fazendeiro. A maior parte de seu rendimento provinha dos alqueires de café colhidos, dos talhões tratados; também era característica dessa complexa relação a posse de uma caderneta pelo colono, na qual era registrada a sua conta corrente com o fazendeiro. Complexa relação pelo fato da igualdade entre colono e fazendeiro somente representar a simples igualdade entre compradores e vendedores no ato de compra e venda, já que ela “acobertava uma efetiva relação desigual no processo de trabalho” (MARTINS, 1979, p. 80).

Uma pequena parcela dos trabalhadores das fazendas recebia pagamentos em salários. Estavam nesse grupo os que se dedicavam ao benefício do café, à secagem, ao ensacamento e à formação do cafezal. E esses trabalhos já eram realizados por homens livres antes da formalização do fim da escravatura, eram os operários especializados livres. A alteração que ocorreu, pois, com o fim da escravidão limitou-se ao trato e à colheita do café, onde não foi instituído o “salariação” com o trabalho livre. “Era, pois, diretamente no processo produtivo que se travavam relações de trabalho distintas do salariação, que não podiam ser definidas como relações de produção capitalistas” (MARTINS, 1979, p. 81).

No regime de colonato, o colono não era um trabalhador individual, e sim familiar. Marido, esposa, filhos maiores de sete anos trabalhavam, mas preservando sua “individualidade familiar”, diferentemente dos escravos, que socializavam a tarefa. Atribuía-se ao colono uma parcela do cafezal, que deveria ficar livre das ervas-daninhas, o que representava de cinco a seis carpas por ano. Além disso, deveria fazer a colheita do café, onde se intensificava o trabalho familiar, já que o trato era combinado à base de uma determinada quantia de dinheiro por cada mil pés de café tratados. As famílias recebiam uma quantidade de pés de café para tratar, em torno de dois mil pés por trabalhador masculino adulto e às mulheres e crianças em torno de mil pés de café. Na colheita, o pagamento baseava-se em uma quantia determinada por alqueire de 50 litros de café colhido e entregue ao carregador, ou seja, quanto maior o número de trabalhadores, maior seria a quantidade de café colhida pela família. Tanto no trato do café, quanto na colheita deste, o rendimento monetário anual do colono dependia do ritmo do trabalho que podia impor à família (MARTINS, 1979, p. 82).

Ao colono destinava-se, também, a associação da produção do café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Nos cafezais novos, permitia-lhe a plantação de milho e feijão e, em menor escala, de arroz, batatas e legumes. Essa produção pertencia ao colono, que consumia grande parte para a subsistência familiar. O restante era vendido a

comerciantes ou ao próprio fazendeiro. Tal cultura intercalar não era recomendada, quando o cafezal já estava velho, ficando, então, à disposição de cada família de colono um pedaço de terra em outro lugar, geralmente em terrenos baixos, impróprios para o café. Neste caso, havia uma “extensão da jornada de trabalho ou o aparecimento de uma segunda jornada de trabalho do colono na sua própria cultura de subsistência”, já que quando essas culturas eram plantadas intercaladas ao cafezal, poupava-se trabalho do colono, pois ao mesmo tempo em que ele limpava o cafezal, podia cultivar a planta consorciada. “O processo de café era, nesses casos, um processo combinado de cultivo, a um só tempo, de plantas diferentes. Na mesma jornada o colono intensificava o resultado do seu trabalho” (MARTINS, 1979, p. 83).

A alimentação do colono, em grande parte, resultava dessas culturas consorciadas e, trabalhando fora do cafezal para obter sua subsistência, duplicando a jornada de trabalho, a exploração ficava nítida, já que o tempo de trabalho para a reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente, apropriado pelo fazendeiro, não se realizavam em um único processo de trabalho. Mesmo quando o processo de trabalho era único, o tempo de trabalho necessário se concretizava em objetos distintos daquele em que assumia forma o tempo de trabalho excedente, que era o café. Primeiramente, portanto, o fazendeiro retirava o tempo de trabalho excedente, determinando a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono. Posteriormente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário a sua reprodução como trabalhador, aparentando que trabalhava para si mesmo. Entretanto, estava trabalhando ainda para o fazendeiro, garantindo as condições de sua própria reprodução, como produtor de trabalho excedente.

Os colonos podiam, ainda, vender os excedentes da sua produção, e o faziam. No entanto, esses gêneros não tinham custo, sendo vendidos a qualquer preço para completar o rendimento monetário para a aquisição de uma mercadoria qualquer não produzida diretamente ou para pagamentos de aquisições a crédito. Por outro lado, os colonos recebiam

um pagamento em dinheiro pelo café entregue ao fazendeiro, mas esses estavam muito aquém dos salários urbanos. O colono podia trabalhar como diarista para a fazenda, o que, aliás, se previa no contrato, e se obrigava a realizar desde que fosse solicitado. Somado a isso, estava sujeito a realizar trabalhos gratuitos, como por exemplo, consertos de estradas da fazenda à estação ferroviária, limpeza do pasto da fazenda e reparos periódicos nas cercas (MARTINS, 1979, p. 84).

Devido a esses vínculos monetários, não monetários e gratuitos, além do caráter familiar do trabalho do colono é que não se podem definir essas relações de produção do regime de colonato como relações capitalistas, de acordo com Martins (1979)<sup>21</sup>.

No entanto, tais interpretações podem ser rediscutidas à luz de outras reflexões sobre as diferentes formas de reprodução do capitalismo. Historicamente, o capital se amolda às condições encontradas. No processo de reprodução ampliada há a conservação-dissolução. Assim sendo, alguns elementos são mantidos, enquanto outros dissolvidos (BETTELHEIM, 1969).

---

<sup>21</sup> O trabalho feminino no regime de colonato, com os relatos das antigas trabalhadoras, está analisado no capítulo dois.

## **1.4 A história documentada e as (re)significações da memória**

A ocupação das terras, antes de 1850, efetivava-se por duas vias: ou o pequeno lavrador ocupava terras supostamente devolutas, ou o grande fazendeiro conseguia cartas de sesmarias por meios legais, mesmo que nessas áreas já existissem posseiros, pois a carta de sesmaria tinha prioridade sobre a posse da terra. Neste último caso, o fazendeiro poderia agir de três maneiras: comprar a roça do posseiro, o expulsar, ou, ainda, o tornar seu agregado. Neste contexto, por não haver um mercado imobiliário, investir na terra era um risco. Logo, possuía valor o que era comercializável – o escravo – que antes de produzir riquezas por meio do seu trabalho, na produção do café, as produzia por meio de sua própria comercialização, constituindo-se, assim, no principal capital dos fazendeiros, em renda capitalizada, conseqüentemente, no penhor de pagamento dos seus empréstimos (MARTINS, 1979, p. 24-27).

No entanto, com a cessação do tráfico negreiro da África ao Brasil, oficializada em 1850, os preços dos escravos quase duplicaram até 1887 e os fazendeiros visualizaram que a oferta de mão-de-obra a curto prazo seria limitada, ou seja, desproporcional ao crescimento da economia cafeeira. Concomitantemente, o governo criou a Lei das Terras, que prescrevia que somente se poderia adquirir a terra devoluta por meio da compra, o que não foi respeitado. Ademais, em 1854, os ocupantes de terras e possuidores de títulos de sesmarias foram obrigados a legitimar seus direitos por meio do “Registro Paroquial”, o que não impediu a

---

falsificação de títulos de propriedades datados em épocas anteriores e registrados em cartórios mediante suborno de escrivães. Somado a isso, o fazendeiro ainda prosseguia com seu problema: precisava ter uma nova garantia de crédito hipotecário diante da crise do cativo, além de criar uma forma de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre.

A solução encontrada foi a de substituir o escravo, como base do crédito hipotecário, como fonte de capital, pela terra. No entanto, tal substituição somente ocorreria se, além da criação de valor pela agregação do trabalho a terra, fosse criado um mercado de terras por meio da fragmentação da propriedade, visando a estimular a formação de pequenas propriedades, especificamente, por meio de colonos imigrados da Europa que viriam ocupar o lugar dos cativos no trabalho das lavouras cafeeiras, solucionando, também, o problema da mão-de-obra. O fato de aumentar a demanda por terras, conseqüentemente, provocaria uma elevação dos preços das terras (MARTINS, 1979, p. 31). Os fazendeiros, receosos, sugeriram e efetivaram que o acesso à terra, por parte dos imigrantes, se concretizasse por meio do trabalho, isto é, os imigrantes primeiramente necessitariam trabalhar nas fazendas de café para posteriormente se tornarem proprietários.

Invertiam-se, portanto, os elementos de sustentação da economia colonial.

A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. [a renda territorial capitalizada] [...] é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto de expropriação territorial do trabalhador e substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho (MARTINS, 1979, p. 32).

Por conseguinte, a renda territorial capitalizada surgiu como um instrumento de negócio, ocasionando uma transformação histórica: com a libertação do trabalho da condição de renda capitalizada, este não foi mais componente do capital, mas se confrontou com ele, ou seja, libertou-se o trabalhador e, em seqüência, o capital se auto-libertou (MARTINS, 1979, p. 33). Tal transformação ocasionou alterações na dinâmica das fazendas. Anteriormente, com a

renda capitalizada representada no escravo, a ênfase econômica da fazenda estava no trato e na colheita do cafezal, posteriormente, com a metamorfose do capital em renda territorial capitalizada, essa ênfase econômica centrou-se na formação da fazenda, já que seu valor de mercado dependia do que sua área produzisse, de sua produtividade, do trabalho concretizado nas plantações. Em outras palavras, o capital configurou-se, a partir deste momento, no resultado do trabalho e não mais no trabalhador. Assim, o fazendeiro preferia as terras novas, pouco ou nada desmatadas, pois nessas a produtividade do cafezal era maior do que nas regiões anteriormente ocupadas. E isso porque a fonte de lucro do fazendeiro passou a ser a renda diferencial obtida com a maior fertilidade das terras novas (MARTINS, 1979, p. 33).

Neste cenário, a posse da propriedade da terra gerou conflitos entre grandes proprietários e entre esses e os pequenos, como ilustram os documentos “achados” no Museu Histórico Simonense “Alaur da Matta” e a seguir analisados.

Na ação possessória de 1924, o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle<sup>22</sup> e sua mulher diziam-se legítimos possuidores da Fazenda Santa Maria, localizada próxima à Fazenda Jatahy e comprada do Cel. Cláudio Louzada, em 1918. Acusavam o Cel. Virgílio Venâncio Martins e sua mulher, proprietários da Fazenda Tamanduazinho, de turbarem terras da Fazenda Santa Maria. Ambas faziam divisas. Nesta acusação, o Conde Joaquim Augusto requeria, do então Juiz de Direito, mandado de manutenção de posse, exigindo que o Cel. Virgílio Venâncio e sua mulher parassem de turbar suas terras, sob multa de dez contos de réis, que seria revertida à Santa Casa de Misericórdia de São Simão.

Para provar a posse da terra, o Conde Joaquim Augusto apresentou os autos de divisão judicial da Fazenda Bocaina de 1876, da qual se originou a Fazenda Santa Maria, nos quais diziam:

Principia na passagem do Ribeirão Tamanduá estrada de São Simão para Ribeirão Preto onde se fincou com um marco de **pau Candea** [...] segue na direção norte **setenta e cinco (75°) graus e dez minutos oeste, medindo três mil e noventa metros** até um marco de Angico [...]fincado em beirada das cabeceiras do corriguiño. Deste marco segue na **direção norte quarenta e oito graus (48°) oeste** [...]neste marco segue a **esquerda na direção sul sessenta e um graus (61°) oeste**, medindo seiscentos e sessenta e quatro metros até um **marco de Canella Pretta**, fincado junto de uma Canella Pretta e Pindahyba [...]Deste ponto do marco, segue a direita pelo espigão da divisa com a Fazenda do Tamanduá, atravessa a estrada de São Simão para Ribeirão Preto e segue pelo mesmo espigão até a **beira do córrego da cruz, com o Ribeirão Tamanduá**, confrontando até aqui com a mesma do Tamanduá. [...]Neste mesmo lugar **o ribeirão faz uma volta viva** quebrando para a direita de quem sobe. Deste ponto segue em direção **sul trinta e nove graus e quarenta e cinco minutos** [...]ficando junto a um [...]pau de Bálamo encostado a uma pedra grande divisando até aqui com a Fazenda Tamanduazinho. [...]Deste marco volta rapidamente a esquerda **na direção sul treze graus e trinta minutos**. Este segue até o marco de Faveiro fincado a esquerda do caminho do campo alegre para o corguinho. Deste marco quebra a esquerda **na direção sul noventa e três graus** [...]Divisando até aqui com o sócio e herdeiro Gabriel Alfredo Diniz Junqueira. Deste marco segue na mesma direção até o Ribeirão Tamanduá onde fincou-se um marco de Angico na margem direita do mesmo (PROC. AÇÃO POSSESSÓRIA, 1924, p. 25-29, GRIFO NOSSO).

A passagem citada ilustra a riqueza dos cafeicultores à época, pois a partir de 1854, com a regulamentação da Lei das Terras de 1850, foi instituído que, para se legitimar a posse das terras seria preciso regulamentá-las por meio de medições, como as que estão em destaque, e por meio de pagamento de taxas, ambas inacessíveis à maioria dos posseiros (BACELLAR, 1999, p. 97). Esse poderio foi ilustrado no relato do neto do Conde Joaquim Augusto, quando contou como o seu avô iniciou-se na cafeicultura.

*Ele começou a vida dele, começou a fazer a vida dele com 14 anos de idade, que o pai, que era o Barão de Guaxupé, o Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, pegou, quando ele tinha 14 anos, ele começava a comprar café em coco de todo mundo lá em Guaxupé. Beneficiava o café e levava para Casa Branca para botar na estrada de ferro, que era o lugar, que era o único lugar que tinha estrada de ferro lá era Casa Branca, mais perto. E ele começou a ganhar dinheiro com isso. E o pai dele deu dois escravos para ele. Naquele tempo era escravatura. E ele e os dois escravos pegavam o café, traziam para Bocaina, que era a fazenda que tinha sido do [meu] bisavô, do tal Manuel Joaquim, do tal Barão, e o, ele pegava, limpava o café, beneficiava,*

<sup>22</sup> Nos documentos (1924 e 1928), o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle é chamado de Coronel Joaquim Augusto. Neste capítulo o chamaremos de Conde, já que nos capítulos que se seguem, os/as narradores/as assim se referem a ele.

*na máquina do pai lá, punha em lombo de burro e ia embarcar em Casa Branca o café. De Casa Branca ia para Santos, ele acompanhava, para vender o café na hora que chegasse em Santos. E com isso aí, com 14 anos, ele já começou a ganhar muito dinheiro! Então ele teve disponibilidade para abrir. Começar a derrubar a mata, fazer café. Veio a geada de 18, acabou! E aí ele começou a mexer com gado. (SEU VITOR, 76 anos).*

Somados a esses autos de divisão da Fazenda Bocaina de 1876, o Conde Joaquim Augusto anexou a certidão de venda a ele, em 1918, da Fazenda Santa Maria e Santa Tria pelo Cel. Cláudio Louzada e mulher. Nesta certidão o Conde Joaquim Augusto era chamado pelo seu título de Senador e por “capitalista”.

Que tendo contractado vender os dois imóveis retro descripto e confrontados que se compõe de terras de diversas sortes, cultivadas e não cultivadas, pela presente escriptura e na melhor forma de direito vendidos os têm ao outorgado Senador Joaquim Augusto Ribeiro do Valle pelo preço justo e certo de **trezentos e setenta contos de réis** (R\$ 370:000\$000) venda esta feita com todas as benfeitorias existentes nas referidas Fazendas que são as seguintes: **casas de morada, casas para colonos, cafesaes calculados em trezentos e cinquenta mil pés** mais ou menos já formados e **cincoenta mil cafeeiros** mais ou menos **novos, terreiros para secca de café, machinismos para beneficio de café e arroz** e mais outras benfeitorias. (PROC. AÇÃO POSSESSÓRIA, 1924, p. 32-46, GRIFO NOSSO).

Esta certidão de venda das Fazendas Santa Maria e Santa Tria, de 1918, não fez referência ao tamanho da área comprada pelo Conde Joaquim Augusto, somente aos seus limites, a suas benfeitorias e ao seu valor, o que era uma prática na região de São Simão no início de sua ocupação no século XIX e que perdurou até as primeiras décadas do século XX. Segundo Bacellar (1999), nas décadas precedentes à introdução do café no Nordeste Paulista, 60,5% das propriedades em São Simão não declaravam sua área, fosse pela omissão ou pelo desconhecimento do tamanho das mesmas. Ademais, nesta região as glebas eram muito amplas e pouco valorizadas, diferentemente de Batatais e Franca, onde a fragmentação já era maior, por terem sido ocupadas anteriormente (BACELLAR, 1999, p. 98-99).

Com a expansão do café, o preço das terras valorizou, conseqüência da transformação da terra em mercadoria, após a Lei das Terras de 1850. Em 1888, em Ribeirão Preto e São Simão, o hectare de terra de primeira categoria valia 169 mil réis, e em 1896 alcançou o valor

de 826 mil réis em um caso isolado, o que foi impulsionado, também, pela chegada dos trilhos da Mogiana à Ribeirão Preto, em 1893. A partir desta data, o valor do hectare entrou em queda, caindo a 124 mil réis em 1903. De acordo com o mesmo autor, isto era reflexo da crise aguda da cafeicultura após 1896 (BACELLAR, 1999, p. 111).

A partir de meados da década de 1910, o solo do Nordeste Paulista começava a dar sinais de esgotamento com a queda do rendimento das colheitas. Os cafeicultores iniciaram, então, a expansão da frente pioneira rumo ao Oeste. Em 1918, com a grande geada, muitos cafezais foram destruídos e não substituídos posteriormente. Por conseguinte, quem possuía reservas de capital começou a comprar terras a preços em queda, como já havia ocorrido em outros períodos de crise do café. Neste ano, de acordo com os relatos do neto do Conde Joaquim Augusto e dos colonos e colonas, a seguir apresentados, este cafeicultor começou a investir na pecuária, o que ilustra a diversidade de atividades econômicas no Estado de São Paulo durante a República Velha. Tal investimento proporcionou-lhe adquirir novas terras com a crise de 1929, compradas de imigrantes, principalmente italianos, o que elucida, também, a possibilidade que os últimos tinham de adquirir terras (FONT, 1990).<sup>23</sup>

O valor pago pelo Conde Joaquim Augusto pelas duas fazendas em 1918 totalizou 370 contos de réis, o que significava um alto custo para este período de crise, já que nos momentos de valorização do hectare, o preço da terra chegou a 826 mil réis. Não há menção no documento ao tamanho da área, mas, de acordo com o relato do neto do Conde Joaquim Augusto, se supõe que as benfeitorias existentes nas fazendas a valorizaram, tanto as casas de morada e colônias, quanto o maquinário. De acordo com ele a Fazenda Santa Maria era:

*A fazenda que diz que tinha sede melhor aqui [...]A Santa Maria aqui em Bento Quirino. E aí a minha avó ficava na Santa Maria. Esse armário, por exemplo veio da Santa Maria, e feito lá na Santa Maria! Os antigos donos da Santa Maria eram ligados à família Louzada. Foi a família mais importante que tinha em São Simão. E meu avô comprou do velho Louzada a Santa*

---

<sup>23</sup> Nas páginas seguintes mostrar-se-á a aquisição de terras e ilustrar-se-á o processo de concentração de terras nesta região do Estado de São Paulo.

*Maria. E tinha a casa com móveis, deixaram com tudo lá. Então era um negócio diferente da frugalidade, da simplicidade do meu avô. Então ele pegou e instalou a minha avó lá e que era caminho dele sair do Jatahy ir para Guaxupé ele passava por lá pela Santa Maria também. Ficava dois dias lá, um dia lá. Ela ficou, o resto da vida dela ela ficou na Santa Maria! Ele andava, ficava na Santa Maria também. (SEU VITOR, 76 anos)*

O ponto de conflito entre o Conde Joaquim Augusto e o Cel. Virgílio Venâncio referia-se aos reais limites de cada fazenda, o que era muito comum devido à imprecisão dos mesmos e também aos frágeis marcos estabelecidos como divisores de terras, por exemplo, espécies nativas de árvores como o angico, a peroba, o ipê e a candeia<sup>24</sup> (BACELLAR, 1999, p. 95 e 106). A fragilidade de tais marcos naturais orientava os conflitos entre grandes cafeicultores e entre esses e os posseiros pela propriedade da terra. Ademais, estimulava a contratação de capangas para defender ou turbar terras, como por exemplo, o bandoleiro Dioguinho, que atuava nesta região, a mando dos cafeicultores, em meados do século XIX. Tal função do bandoleiro Dioguinho e as disputas dos fazendeiros por terras foram ressaltadas por um dos narradores deste estudo.

*Olha, eu tenho uma recordação do Dioguinho mas no rádio. Mas dizem que ele fez miséria! O que ele fazia? Então, vamos supor, então esse fazendeiro, sitiante não gostava, vamos supor, não gostava dele, o que o fazendeiro fazia? Pegava chamava o Dioguinho. Chamava o Dioguinho, então ele falava para o Dioguinho assim “olha, eu te dou tanto para você ir lá matar fulano.” Então, o que ele fazia? Ele chegava lá, o Dioguinho chegava lá, conversava duas ou três palavras com aquele coitado e matava o coitado. Assim começou! Na fatura de trabalho deles, antigamente, não tinha, vamos supor, não tinha cerca. Era vala, eu ia fazendo vareta, vareta, eu cercava, aquele pedaço ali era meu. Antigamente era assim. A cerca dos fazendeiros era essa. (...)um buraco. Uma vala. (SEU APARECIDO, 83 anos)*

O Cel. Virgílio Venâncio respondeu às acusações do Conde Joaquim Augusto revidando-as, dizendo que quem turbou terras foi este último. Essa contra-acusação elucida que o Cel. Virgílio Venâncio tinha tanto poder quanto o Conde Joaquim Augusto, pois com

---

<sup>24</sup> Ver no apêndice II a tabela contendo as espécies de árvores mencionadas nos documentos judiciais, com seus nomes populares, científicos, local de ocorrência, época de inflorescência, frutificação e usos.

ela conseguiu prolongar essa ação possessória até um acordo entre as partes. Da mesma forma, tal fato salienta o grande poderio desses cafeicultores, já que não era acessível à maioria dos proprietários de terras, legítimos ou posseiros, o pagamento de honorários a advogados.

Foram apresentados, em seguida, pelo Cel. Virgílio Venâncio e sua mulher, os autos de divisão judicial da Fazenda Tamanduazinho, de sua propriedade, datados de 1872, que fazia divisa com a Fazenda Santa Maria de propriedade do Conde. Nestes autos de divisão utilizavam-se como marcações de limites espécies de árvores nativas, os quais além de se deterioraram com o tempo, muitas vezes eram imprecisos em sua descrição, como mostra a seguinte passagem: “rumo a uma cóva que se fez na capoeira ao pé de um tôco alto **com aparência de maracanan**”. Ou ainda, alegavam que “como seus antecessores mantiveram sempre limpa a picada por onde passa a linha divisória” (PROC. AÇÃO POSSESSÓRIA, 1924, p. 48).

Argumentaram ainda com os autos de divisão da Fazenda Bocaina, de 1876, já apresentados pelo Conde Joaquim Augusto, mas com um diferencial: tratava-se do traslado de tais autos.

Após a apresentação desta documentação por parte do Cel. Virgílio Venâncio e sua mulher, na audiência seguinte, realizada em 26 de outubro de 1924, o Conde Joaquim Augusto protestou, representado por seu advogado, e requereu que o juiz consentisse uma prorrogação e estipulasse um prazo para que ele apresentasse as respectivas provas, sob penalidades, contra as acusações feitas pelo Cel. Virgílio Venâncio. O Juiz deferiu o pedido.

Dois dias depois, em 28 de outubro de 1924, o advogado do Cel. Virgílio Venâncio solicitou ao Juiz que convocasse o Conde Joaquim Augusto para prestar um depoimento pessoal, já que se achava “aberta a dilação probatória”. Ademais, requereu ao Juiz que pedisse documento da comarca de Ribeirão Preto e São Joaquim com a finalidade de interrogação de

testemunhas das ditas comarcas e que o Conde Joaquim Augusto comparecesse na primeira audiência para promoverem uma vistoria no lugar de litígio.

O Conde Joaquim Augusto contrargumentou, em 5 de novembro de 1924, o requerimento do Cel. Virgílio Venâncio, ressaltando que ele já havia pedido uma vistoria no lugar de litígio para comprovar o arrancamento das cercas e para verificar a linha divisória entre as áreas. Nesse sentido, ele requereu ao Juiz que esse intimasse o Cel. Virgílio Venâncio para uma audiência especial para, assim, poderem nomear e aprovar peritos e engenheiros para avaliarem o lugar de litígio.

Além disso, pelo fato de o Cel. Virgílio Venâncio ter colocado em dúvida a ação que o Conde Joaquim Augusto movia contra ele, este solicitou ao Juiz de Direito que citasse o Cel. Virgílio Venâncio para assistir ao interrogatório de suas testemunhas.

Após essas confrontações, o Conde Joaquim Augusto e o Cel. Virgílio Venâncio nomearam seus respectivos engenheiros e se encarregaram de pagar os honorários dos mesmos. Ressaltaram que o ponto de dúvida, objeto desse juízo arbitral, era a divergência do traçado da linha demarcatória constante nos autos de divisão das fazendas Tamanduazinho, Bocaina e Córrego Fundo. Sendo assim, com a nomeação dos peritos, o Juiz de Direito solicitou que os mesmos verificassem, a partir das certidões, processos divisórios, documentos, informações e demais provas, qual linha demarcatória era a correta. Com a definição desta linha demarcatória, o Conde Joaquim Augusto e o Cel. Virgílio Venâncio deveriam construir uma cerca divisória de arame farpado, cuja despesa seria paga pelo confrontante vencido, assim como os custos do processo de manutenção de posse que, naquele momento, ficava extinto por acordo. Os peritos foram encarregados de apresentar um laudo em um prazo de cinco dias após o início do trabalho, e o Conde Joaquim Augusto e o Cel. Virgílio Venâncio impedidos de solicitar embargos ou recursos sobre a decisão julgada, sob a multa de 20 contos de réis (20:000\$000). O Juiz de Direito esclareceu, ainda, que a

linha divisória que existia era a mantida pelo Conde Joaquim Augusto, proprietário da Fazenda Santa Maria, e contestada pelo Cel. Virgílio Venâncio. Isto era um lembrete para quem fosse vencido dos custos e despesas que teria que arcar. O Conde Joaquim Augusto e o Cel. Virgílio Venâncio assinaram também um termo de *Composição Amigável e Instituição de Juízo Arbitral*, que dizia:

**Figura 3:** Transcrição da Composição Amigável e Instituição de Juízo Arbitral. Ação Possessória, 1924.

Fonte: Proc. Ação Possessória, 1924, p. 75. Trabalho gráfico de Paulo Sérgio Maroti.

Em 14 de novembro de 1924 os peritos contratados pelo Conde Joaquim Augusto e pelo Cel. Virgílio Venâncio decidiram qual seria a real linha divisória entre as Fazendas Santa Maria e Tamanduazinho, exposta no Laudo Arbitral.

Neste laudo, os peritos concluíram que não havia discordância entre a descrição da linha divisória apresentada pelo Conde Joaquim Augusto e da apresentada pelo Cel. Virgílio Venâncio. Elas coincidiam-se. A divergência existia na **locação** da linha divisória no terreno. A partir disso, os peritos tentaram localizá-la no terreno seguindo as descrições apresentadas pelas partes: a) o início da linha era um ponto que ficava à margem direita do Ribeirão Tamandúá à 3.343 metros e 80 centímetros acima do córrego da Cruz; b) a linha terminava no alto da Serra; c) essa linha tinha a orientação de 39° e 45' SE; d) sua extensão era de 2079 metros e 60 centímetros; e) ela era uma reta.

Foram inúmeras as dificuldades. Primeiramente não conseguiram localizar o ponto de partida por impossibilidade de descobrir qual foi o critério adotado para a medição dos metros e centímetros. Não havia dados precisos.

Nas certidões oferecidas não foram mencionados os rumos adotados para ser feita essa medição, o que dá lugar a que se adotem muitos critérios de medidas sem se chegar a conclusões positivas. (PROC. AÇÃO POSSESSÓRIA, 1924, p. 81)

Posteriormente, os peritos concluíram que, de acordo com as certidões apresentadas pelas partes, não seria possível estabelecer uma linha divisória que não fosse reta.

Constataram, então, que a linha demarcatória que preencheria perfeitamente as certidões das duas partes seria:

1º)Tendo inicio na beira do Ribeirão Tamanduá aonde o mesmo faz uma volta viva quebrando a direita de quem sóbe; 2º) O rumo mencionado pelas certidões é o verdadeiro, pois ficou perfeitamente demonstrada a divergências das declinações magnéticas, de 1876 e presentemente; 3º) A distancia encontrada de 2067 metros é muito aproximada da mencionada 2079,80 das certidões, a diferença encontrada, que é de 0,6%, perfeitamente tolerável, explica-se, levando-se em consideração as dificuldades encontradas para a medição, em terreno, parte muito acidentada; 4º) O Ponto terminal no alto da Serra não pode sofrer contestação como já foi dito. (PROC. AÇÃO POSSESSÓRIA, 1924, p. 82)

Comprovaram, portanto, que o rumo locado por eles no terreno manteve-se sempre dentro de um picadão existente, que constituía justamente a linha divisória que havia motivado a arbitragem. Isto é, o Conde Joaquim Augusto estava correto em suas argumentações.

Chegamos assim a conclusão final que a linha determinada pelo picadão existente é a verdadeira linha demarcatória entre as Fazendas ‘Tamanduazinho’ e ‘Santa Maria’ do trecho que vae do Ribeirão Tamanduá ao alto da Serra, e é a que deve ser mantida pelos dois confrontantes (PROC. AÇÃO POSSESSÓRIA, 1924, p. 83)

Com este laudo, elucida-se que um dos motivos freqüentes dos conflitos por terras era a imprecisão das linhas divisórias, fosse por suas fragilidades em utilizar espécies nativas como marcações, as quais estavam sujeitas à ação do tempo, fosse pelos critérios de medição adotados, que ao longo do tempo variaram, ora ‘testadas’, ora eram utilizadas cordas para a medição (BACELLAR, 1999, 95).

A disputa judicial por terras ilustrou, sobretudo, o período histórico que transformou a terra em mercadoria. Cada metro de terra era incansavelmente defendido. No entanto, quando estas disputas de terras eram travadas entre coronéis e posseiros, os últimos não detinham possibilidades para contratarem advogados e engenheiros. Às vezes herdavam terras de seus pais, que, quando as adquiriram, muitas vezes, não conseguiram demarcá-las ou até mesmo

registrar-las devido às altas taxas estipuladas a partir da regulamentação em 1854 da Lei das Terras de 1850 (BACELLAR, 1999, p.97).

Outro ponto que dificultava a comprovação dos títulos de posse das terras, além dos frágeis marcos utilizados nas demarcações, era a fragmentação das mesmas ao longo das gerações, prática comum herdada do modelo português, que, independentemente do sexo, respeitava o direito de cada herdeiro sobre a terra (BACELLAR, 1999, p.102).

A essas dificuldades – impossibilidade de contratação de advogados e engenheiros, de pagamento das taxas estipuladas a partir de 1854, da utilização de marcos frágeis que causavam dúvidas em relação aos limites de cada fazenda e à fragmentação das terras ao longo das gerações – soma-se, sobretudo, o poder dos grandes coronéis em utilizar o poder estatal para a concretização de interesses privados, como se visualizará no documento de Ação de Divisão do Imóvel Cafundó de 1928 (FAORO, 2001, p. 710).

Nesta ação de divisão do imóvel Cafundó, que fazia divisa com a Fazenda Jatahy, de propriedade do Conde Joaquim Augusto, o condômino<sup>25</sup> Manoel Augusto Fernandes Nogueira requeria a separação de sua parte daquela pertencente aos demais comunheiros, entre eles o Conde Joaquim Augusto. Dizia-se legítimo possuidor de uma parte de terras herdadas de seus pais – Antônio Fernandes Nogueira e Olympia Virginia Nogueira –, que as adquiriram, em 1889, por meio de uma permuta com Manoel Dias do Prado. A área permutada havia pertencido em sua integridade a Francisco Graciano de Macedo e fazia parte da gleba que, na divisão da antiga Fazenda Lageado, coube à Francisco Graciano em pagamento.

O condômino Manoel Nogueira comprovava a posse da sua parte no imóvel Cafundó por meio do inventário que seu pai deixou a sua mãe, no qual constava o que recebeu e os respectivos valores. Manoel Nogueira comprovava, também, a sua posse com os autos de

---

<sup>25</sup> Condôminos ou sócios eram proprietários de algum lote que, “em comum”, fazia parte da fazenda (BACELLAR, 1999, p. 94).

divisão da Fazenda Jatahy-Vassununga. Nestes incluíam-se os autos de medição, divisão e demarcação da Fazenda Lageado, onde se encontrava a escritura de permuta de terras, realizada em 1889, entre Manoel Dias do Prado e mulher e Antônio Fernandes Nogueira e mulher, esses últimos pais do requerente da ação de divisão do imóvel Cafundó, Manoel Nogueira.

Após a apresentação desta documentação por parte do condômino Manoel Nogueira, ele e os demais condôminos realizaram três audiências: 26/12/1928, 02/01/1929 e 15/01/1929. Nesta última, Manoel Nogueira pedia ao Juiz que decidisse uma data para realizarem a *Primeira Diligência Especial* de instalação dos trabalhos para a divisão do imóvel Cafundó. Nesta diligência, no *Auto de Exame e Conferência de Terra* em 23/02/1929, foi dado o prazo de 30 dias para que os condôminos apresentassem seus documentos que comprovassem a posse da terra. Neste mesmo dia realizaram o *Auto de Determinação de Ponto de Partida*, e em 12/03/1929 o engenheiro responsável, José Maximiano Netto, apresentou o *Relatório da Divisão Judicial do Imóvel Cafundó*.

Neste relatório, o engenheiro responsável descreveu o perímetro do imóvel Cafundó e calculou sua área, que totalizou 387 alqueires e 600 milésimos de alqueire de 24,200 m<sup>2</sup> cada um. Relatou que a maior parte do solo era composta por areia e por cerrados danificados pela ação impiedosa do machado dos comunheiros e de outros que se diziam sócios, mas que ainda assim era muito apropriado para forragens e indústria pastoril. Descreveu, também, que havia duas nascentes denominadas de “Infernão” e “Inferinho”, “que produzem ótima água potável de uma limpidez não comum”. Relatou que, ao norte, na divisão do imóvel Cafundó com a Fazenda Jatahy, o imóvel era banhado pelo córrego João Rodrigues, “que possui uma belíssima aguada” (PROC. AÇÃO DE DIVISÃO DO IMÓVEL CAFUNDÓ, 1928, p. 53-54).

Após a apresentação do relatório de divisão do imóvel Cafundó pelo engenheiro, o Conde Joaquim Augusto ofereceu ao Juiz seus títulos do “jus in ré”, que comprovavam a

aquisição das suas partes no imóvel Cafundó. Igualmente, os demais condôminos disponibilizaram seus extratos de documentos, comprovando também a aquisição de suas partes. Pode-se visualizar as compras/vendas de terras descritas nos extratos oferecidos por cada um dos condôminos no fluxograma<sup>26</sup> a seguir, cujo objetivo é o de resumir as transações, ilustrar as fragmentações da terra e sua concentração e, conseqüentemente, sua característica de mercadoria. Para se construir tal fluxograma, estruturou-se, primeiramente, tabelas a partir de cada um dos extratos disponibilizados pelos condôminos, as quais são expostas antecedendo ao fluxograma.

Verifica-se nesse fluxograma que a maior parte das transações de compra e venda de terras ocorreu após 1918, ano da grande geada que causou a queda dos preços das propriedades. A história registra este acontecimento como um dos marcos do declínio da cafeicultura paulista. No entanto, é interessante observar que ao mesmo tempo em que uns vendiam outros compravam, o que mostra que alguns possuíam reservas de capital. No caso do Conde Joaquim Augusto, não houve a fragmentação da propriedade da terra, mas sim o contrário, a concentração.

O fluxograma esclarece, ainda, que os imigrantes também adquiriam terras – os Ripamonte, Salvagno, Rocha, Garcia, Ramos. Tais compras efetuaram-se no início da década de 1910 e ao longo da década de 1920, pois, muito embora a exploração dos imigrantes sob o regime de colonato, com o século XX mudanças econômicas e políticas desafiaram a supremacia do grande cafeicultor. A proliferação dos produtores independentes no café e em outros cultivos, atrelada ao aumento da produção, significou competitividade no mercado, transformando-o e possibilitando a distribuição da terra, do trabalho e do capital (FONT, 1990).

---

<sup>26</sup> Todas as compras, vendas, permutas e dação de terras realizadas estão condensadas neste fluxograma

Entretanto, o poderio dos grandes cafeicultores prevalecia, tanto por meio de compras de terras, que significavam a existência de reservas de capital, quanto pela utilização de suas forças sobre o poder estatal, objetivando o estabelecimento de seus interesses, como praticava o Conde Joaquim Augusto ao sugerir a realização das audiências em sua propriedade. “Obviamente, a linha entre o interesse particular e o público, como outrora, seria fluida, não raro indistinta, freqüentemente utilizando o poder estatal para o cumprimento de fins privados” (FAORO, 2001, p. 711).



**Tabela 1:** Extratos de documentos pertencentes ao Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle

Doc.	Data	Compradores	Vendedores	Títulos	Objeto/valor
1	16/8/1912	Mauro e Natalino Ripamonte	Domingos Salvagno e mulher, Anna Salvagno	Escritura publica	A metade de uma parte de terras de segunda beirando o córrego João Rodrigues até a cabeceira, na Faz. Cafundó = 700\$000
2	10/1/1920	Natalino Ripamonte	Antonio Donato e mulher	Escritura publica	Uma parte de terras no Cafundó, composta de uma casa de sapé e um cercado de arame para animais, terras que se encontram em comum com Domingos Salvagno e os herdeiros de Antonio Fernandes Nogueira =300\$000
3	18/2/1921	Natalino Ripamonte	Getulio Nogueira e mulher, Clory Nogueira e Achilles Guimarães e mulher, Maria Aparecida Azevedo Guimaraes	Escritura publica	Uma parte de terras da Fazenda Cafundó-Sucury = 500\$000
4	23/10/1924	Theodomiros Ramos	Natalino Ripamonte e mulher, Detone Erminia	Escritura publica	Duas partes de terras na Faz. Cafundó = 9:000\$000
5	23/10/1924	Theodomiros Ramos	Natalino Ripamonte e mulher, Detone Erminia, Antonio Coberta, viúvos, e Victorio Zanatti e mulher, Alexandra e Rodolpho Ripamonte solteiros		Três partes de terras abeirando o córrego João Rodrigues até as cabeceiras, em comum com outros na Faz. Cafundó = 5:000\$000
7	28/12/1908	Domingos Salvagno, Mauro e Natalino Ripamonte e Antonio Donatti	Morel Alvaraes Nogueira	Escritura publica	Uma parte de terras nos lugares Vassununga, Cafundó e Sucury 1:000\$000
8	02/12/1920	Achilles Guimaraes	Getulio Nogueira e mulher	Dação (devolução) em pagamento	Terras nas Fazs. Cafundó, Sucury, Lageado e Vassununga
9	13/4/1925	Theodomiros Ramos	José Garcia	Escritura publica	Uma parte de ideal de terras na Faz. pro-indiviso Cafundó, alem de outros bens = 3:000\$000
10	27/3/1924	Theodomiros Ramos	Manoel Garcia de Oliveira	Escritura publica	Uma parte de ideal de terras na Faz. pro-indiviso Cafundó, alem de outros bens = 2:350\$000
11	18/02/1921	Natalino Ripamonte	Getulio Nogueira ,Achilles Guimarães, mulheres	Escritura publica	Uma parte de terras da Faz. Cafundó-Sucury = 500\$000
12	12/7/1922	Theodomiros Ramos	Domingos Salvagni e mulher, Anna Salvagni	Escritura publica	Metade de uma parte de terras da Faz. Cafundó
13	27/3/1924	Theodomiros Ramos	Manoel Garcia de Oliveira e mulher	Escritura publica	Uma parte do imóvel Vassununga = 2:350\$000
13	24/6/1923	Theodomiros Ramos	Antonio Silvério de Alvarenga	Escritura publica	Santa Irene
13	23/10/1924	Theodomiros Ramos	Natalino Ripamonte e mulher	Escritura publica	Imóvel Cafundó = 9:000\$000
13	23/10/1924	Theodomiros Ramos	Natalino Ripamonte e mulher	Escritura publica	Imóvel Cafundó = 3:000\$000
13	04/10/1925	Theodomiros Ramos	Mario Marinho Nogueira	Escritura publica	Parte do imóvel Cafundó, Sucury e Vassununga = 1:800\$000
14	05/1/1923	Theodomiros Ramos	Astolpho Nogueira e mulher	Escritura publica	Uma gleba de terras dos imóveis Vassununga, Cafundó, Sucury 10:000\$000
15	26/10/1927	Cel. Joaquim A Ribeiro do Valle	Theodomiros Ramos e mulher	Escritura publica	Partes que esses possuíam em comum no imóvel Cafundó e na Gleba que pertenceu a José Garcia, além de outros bens = 1.750:000\$000

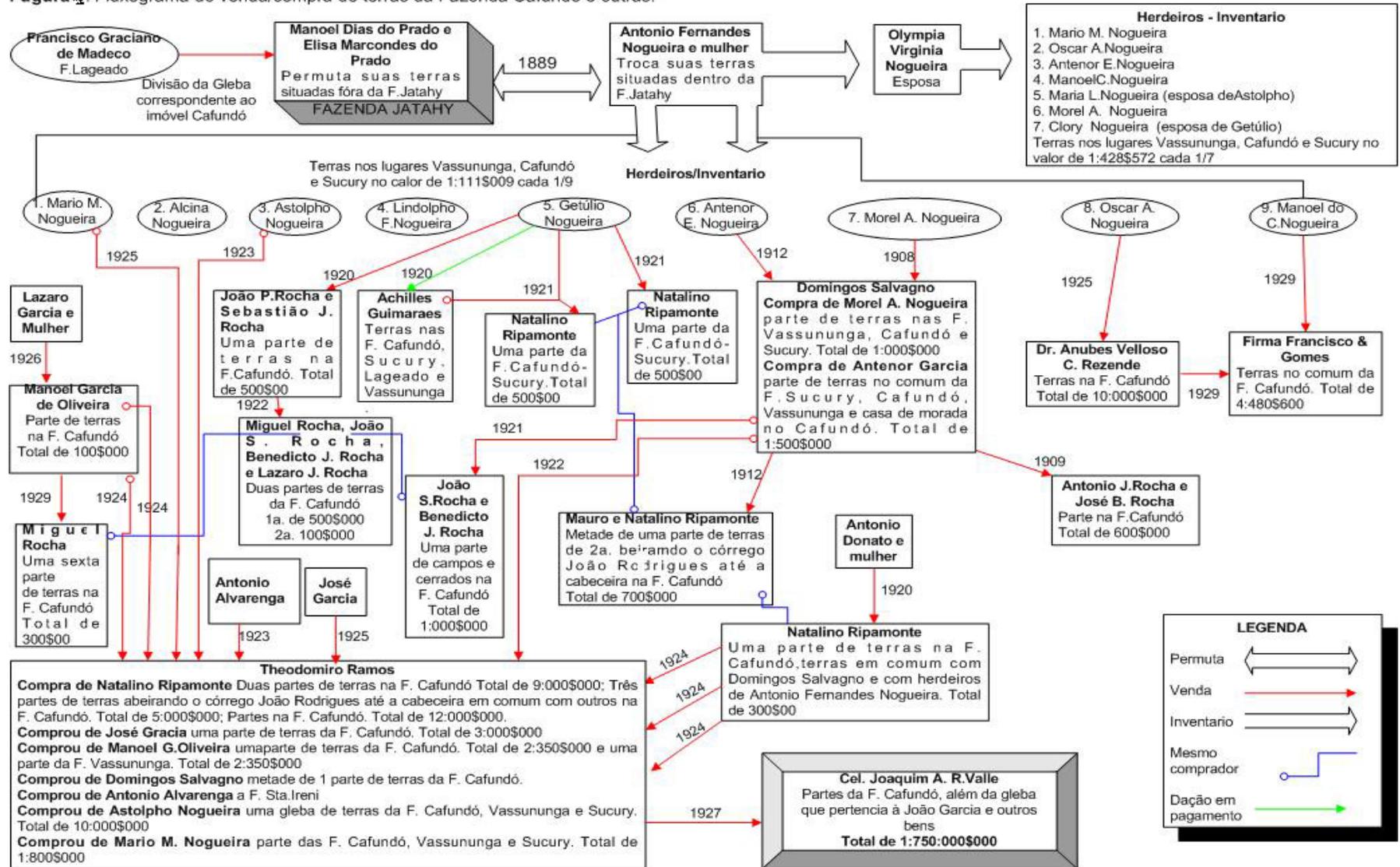
**Tabela 2:** Extratos de documentos pertencentes à família Rocha

Doc.	Data	Compradores	Vendedores	Títulos	Objeto/valor
1	08/4/1912	Domingos Salvagno	Antenor Euclides Nogueira e mulher	Escritura publica	Uma parte de terras no comum dos lugares Sucury, Cafundó, Vassununga e uma casa de morada no lugar Cafundó 1:500\$000
2	18/6/1920	João Paulino da Rocha e Sebastião José da Rocha	Getulio Nogueira e mulher	Escritura publica	Uma parte de terras no imóvel Cafundó 500\$000
3	03/3/1909	Antonio José da Rocha e José Basílio da Rocha	Domingos Salvagno e mulher	Escritura publica	Parte que lhes pertence no lugar Cafundó 600\$000
4	05/3/1921	João Simão da Rocha e Benedicto José da Rocha	Domingos Salvagno e mulher	Escritura publica	Uma parte de terras compostas de campos e cerrados na Fazenda Cafundó 1:000\$000
5	17/7/1922	Miguel Rocha, João Simão Rocha, Benedicto José da Rocha e Lazaro José da Rocha	João Paulino da Rocha e Sebastião José da Rocha	Escritura publica	Uma parte de terras da Fazenda Cafundó 500\$000
6	17/7/1922	Miguel Rocha, João Simão Rocha, Benedicto José da Rocha e Lazaro José da Rocha	D. Maria da Dores de Oliveira Rocha, Antonio Basílio da Rocha e mulher, D. Maria Ângela de Oliveira, Sebastião José da Rocha e João Paulino da Rocha	Escritura publica	Uma parte de terras na Fazenda Cafundó 300\$000
7	14/8/1926	Manoel Garcia	Lazaro Garcia e mulher	Escritura publica	Parte de terras na Fazenda Cafundó 100\$000
8	18/3/1929	Miguel Rocha	Manoel Garcia de Oliveira e mulher	Escritura publica	Uma sexta parte de terras na Fazenda Cafundó 300\$000

**Tabela 3.** Extratos de documentos pertencentes à firma Francisco & Gomes

Doc.	Data	Compradores	Vendedores	Títulos	Objeto/valor
1		Esposa: Olympia Virginia Nogueira	Antonio Fernandes Nogueira (falecido)	Inventario	Lugares no Vassununga, Cafundó e Sucury = 10:000\$000 (total valia 20:000\$000)
1		Herdeiros: 1.Mario Marinho Nogueira, 2.Alcina Nogueira, 3.Astolpho Nogueira, 4.Lindolpho de Faria Nogueira, 5.Getulio Nogueira, 6.Oscar Augusto Nogueira, 7.Manoel do Carmo Nogueira, 8.Morel Alvaraes Nogueira, 9.Antenor Euclides Nogueira	Antonio Fernandes Nogueira (falecido)	Inventario	Lugares no Vassununga, Cafundó e Sucury = 1:111\$009 cada um (total valia 10:000\$000)
2		1. Morel Alvaraes Nogueira, 2. Antenor Euclides Nogueira, 3.D. Maria de Lurdes Nogueira casada com Astolpho Nogueira, 4.D. Clory casada com Getulio Nogueira, 5.Oscar Augusto Nogueira, 6.Manoel do Carmo Nogueira, 7.Mario Marinho Nogueira	Olympia Virginia Nogueira(falecida)	Inventario	Uma sétima parte cada um de terras no Vassununga, Cafundó e Sucury no valor de 1:428\$572 (total valia 10:000\$000)
3	21/2/1925	Dr. Anubes Velloso C. Rezende	Interdicto Oscar Augusto Nogueira e mulher	Escritura publica	Terras na Fazenda Cafundó além de outras = 10:000\$000
4	05/3/1929	Francisco &Gomes	Interdicto Manoel do Carmo Nogueira e mulher, D. Alice Vieira de Araújo Nogueira	Dação em Pagamento	Legítimas terras no comum da Fazenda Cafundó = 4:480\$600
5	05/3/1929	Francisco &Gomes	Dr. Anubes Velloso C. Rezende e mulher	Escritura publica	Partes de terras no imóvel Cafundó 2:000\$000

**Figura 4.** Fluxograma de venda/compra de terras da Fazenda Cafundó e outras.



Um dos narradores deste estudo também destacou a concentração de terras pelo Conde Joaquim Augusto, considerando, no entanto, o seu ponto de vista em relação à imagem do antigo patrão, uma das marcas da memória individual, imagem esta diferente da apresentada nos documentos. Nas páginas que se seguem esta imagem do Conde Joaquim Augusto sobressai-se novamente nos relatos dos demais colonos e colonas e se concretiza, portanto, na memória coletiva do grupo, enquanto colonos e colonas, que recuperou acontecimentos, pessoas e, sobretudo, sua a identidade (HALBWACHS, 1990).

*Essa fazenda aí, eu nem sei se eles falavam que era de um tal de Frederico Branco.[...]Porque essa fazenda do conde aí, quando ele comprou era do Frederico Branco. Esse conde era muito rico, não é?...]Nossa Senhora! Esse homem eu nunca vi. Diz que daí pra baixo era tudo: São Luis, Nova Junqueira, São Joaquim, Bocaina, Santa Maria do Conde, Limoeiro... Isso era tudo dele, tudo dele.[...] Foi um homem muito bom. [...] bom patrão! Bagunceiro que nem o diabo! [risos] Bagunceiro. Depois que a vêia morreu, que a condessa morreu, ele era bagunceiro. Ele era de uma perna de ferro. [...] Bagunceiro atrás de mulher. [...]Gostava de tocar um violão... “Eh, seu Conde!” Eh, conde véio... Era muito bom de baile. O Mané Penha era motorista dele, o Mané Penha. Então naquela época eu estava serrando madeira no mato, eu e Chico Garcia, serrando madeira para fazer retiro. Ele falava: “Oh, Mané, vamos levar um saco de laranja lá para o serrador.” Que era eu e o Chico Garcia, nós estávamos lá naqueles meios, daquele capão escuro, lá para aqueles fundão serrando madeira. Eh, conde véio... Ele era bom.[...]Ele levava! Na serra da madeira para fazenda, para fazer retiro para o gado, para tirar leite... (SEU JUVENAL, 89 anos)*

O depoimento de D. Maria, a seguir, é mais comedido no que tange à imagem de “bagunceiro” do Conde. Ela relata os bailes realizados pelo Conde, o convite dele a ela e às demais colonas, reforçando desta maneira a memória coletiva desse grupo. No entanto, uma música em especial que tocava na vitrola do patrão a faz passar a limpo sua memória individual, sua memória enquanto esposa, enquanto mãe, ou seja, a memória coletiva de outro grupo – de sua família.

*O Conde velho! (risos) Mancava de uma perna. Ainda chamava as moças para ir dançar lá. Levava umas moças assim meia rica e chamava nós também para ir. Quando nós já estávamos moças. Lá na fazenda. Um dia a*

*minha irmã foi, eu não fui, eu falei assim “eu não, não vou dançar com aquele velho manco!” (risos) [...]O Conde tinha uma vitrola [...] e tocava bonito! Aquelas modas, modas antigas, bonito tocava! [...]Uma porção eu lembro! [...]Tem uma porção de musica antiga, agora eles estão tocando, toca, essas músicas, canta... [...]Agora eu não lembro muito bem, aquela, cidade maravilhosa... [...] de encantos mil, cidade maravilhosa, coração do meu Brasil! (risos) Eu tenho uma raiva dessa música! Porque uma vez teve uma brincadeira na casa do vizinho e veio uma mulher [...]Ai quando estava tocando essa música cidade maravilhosa, a mulher não conhecia ninguém, que estava lá na casa da, conhecia só um. Um moço lá. Ai ela foi tirar o meu marido para dançar...Ai eu fui embora para a minha casa. Era parede e meia, eu fui embora. [...]O Evaristo Penha, que era filho do administrador. Ele que era o tocador! Ele tocou uma música curtinha porque ele não gostou, que a mulher foi tirar o meu marido para dançar! Eu tinha a minha filha mais velha pequena ainda. Estava sentando já, a minha filha mais velha. [...]Então eu fiquei com raiva e fui embora para casa. (D. MARIA, 91 anos)*

Nesses dois depoimentos, atrelados às passagens dos documentos até então apresentadas, a relação entre memória e história vem à tona. Enquanto a história caracteriza-se pela aglutinação dos fatos que ocuparam maior espaço na memória dos homens e os separa em períodos ao longo dos séculos, os quais são considerados como um todo, independentemente daquele que o precede ou daquele que o seguirá, a memória coletiva não constrói essas linhas de separação. Nela, presente e passado se misturam, porque o indivíduo parte do presente para relembrar o passado e projetar o futuro. Ela retém do passado o que ainda permanece vivo ou o que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, não ultrapassando, sobretudo, os limites desse grupo. Afinal, a memória coletiva caracteriza-se por várias memórias, não numa somatória, mas cada uma com um suporte em um grupo limitado no espaço, no tempo; cada um desses grupos possui uma história, com imagens e acontecimentos distintos (HALBWACHS, 1990, p. 80-84).

No entanto, o que caracteriza cada grupo são as semelhanças que afloram na memória coletiva de cada grupo. E este, ao considerar seu passado, sente que continua o mesmo e, através do tempo, percebe sua identidade. Nesses depoimentos, a memória coletiva do grupo de colonos e colonas aflorou, na medida em que se recordaram de imagens semelhantes – o Conde manco que adorava bailes. A memória coletiva de outro

grupo também desabrochou – a dos trabalhadores que recebiam laranjas, bananas do Conde, a qual será reforçada mais adiante por outro narrador. Da mesma forma, a memória coletiva da família de D. Maria desenrolou-se.

Logo, a distinção entre memória e história talha-se nesse aspecto: enquanto a história é longa, exterior ao grupo e dividida em períodos, vistos cada qual como um todo, a memória é a vida dos grupos vista de dentro e se prolonga até quando o grupo perdurar (HALBWACHS, 1990, p. 84-88).

Nas passagens dos documentos apresentados até o presente momento e nas seguintes, outra característica da história sobressai e as domina – a memória oficial – a dos grandes cafeicultores. É a história desse grupo que está registrada nestes documentos, que, compreendidos como monumentos, expressam o produto de uma sociedade que os fabricara de acordo com o poder que possuía; construiu-se em uma roupagem de acordo com seus interesses. Neste sentido, é preciso descosê-la<sup>27</sup> (LE GOFF, 2003, p.536-538).

Nas páginas que se seguem, apresenta-se o desfecho da ação de divisão do imóvel Cafundó e as novas relações entre a história registrada nos documentos e a memória subterrânea das antigas colonas e colonos (POLLAK, 1989).

Após a apresentação dos extratos que comprovavam a aquisição de suas partes do imóvel Cafundó por cada condômino, o advogado de Manoel Nogueira, Dr. Anubes que também era condômino, além de ser advogado do Conde Joaquim Augusto, apresentou ao Juiz, juntamente com o agrimensor, um histórico da divisão do imóvel Cafundó, partindo da permuta realizada entre Antônio Fernandes Nogueira (pai do condômino Manoel Nogueira) e Manoel Dias do Prado. Esse histórico comprovava que as partes do espólio dos herdeiros de Antônio F. Nogueira, incluindo o condômino Manoel Nogueira, requerente da Ação de Divisão do Imóvel Cafundó, foram praticamente vendidas. Tal

---

<sup>27</sup> Não temos a pretensão de que este fim realizar-se-á nesta dissertação.

histórico demonstrava quais partes cada um dos atuais condôminos comprara, seus respectivos valores e quem as vendera. Apareceu como condômino, dentre outros, o Conde Joaquim Augusto, mas o requerente da ação de divisão do imóvel Cafundó, Manoel Nogueira, não se encontrava. O que ocorreu foi a “Liquidação dos Títulos” da família Nogueira, partindo do inventário do pai, seguido pelo da mãe. O advogado e o agrimensor demonstraram, então, que o valor da parte da família Nogueira foi liquidada entre os condôminos apresentados. Em outras palavras, o requerente da ação de divisão do imóvel Cafundó, condômino Manoel Nogueira, não tinha direito a parte alguma no referido imóvel.

A Ação de Divisão do Imóvel Cafundó exemplifica as conseqüências causadas pela ampla fragmentação das terras, datadas desde meados do século XIX. Os herdeiros, ao longo do tempo, após vendas de partes de seus espólios, permutas, dação perdem a noção do todo (BACELLAR, 1999, p.102). No entanto, não se pode descartar o peso econômico e político dos grandes cafeicultores, que possuíam capital para contratar advogados para defender suas terras, buscando informações em outras comarcas ou realizando as audiências em sua propriedade, fato que não demonstra neutralidade do poder judiciário. Tal fato elucidou, sobretudo, a privatização dos poderes estatais pelos interesses dos coronéis<sup>28</sup> (FAORO, 2001, p, 711).

Após a comprovação de que o requerente da Ação de Divisão do Imóvel Cafundó, Manoel Nogueira, não possuía direitos sobre partes do mesmo imóvel, os condôminos do referido imóvel realizaram uma diligência especial, da qual saiu o laudo sobre a avaliação, classificação das terras e o cálculo das áreas de cada gleba classificada, distintamente, para

---

<sup>28</sup> Acreditava-se, após leituras e releituras dessa Ação de Divisão do Imóvel Cafundó de 1928, que se tratava de uma disputa entre um coronel, o Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, e um posseiro, o condômino Manoel Nogueira. No entanto, após reler o estudo de Carvalho (1988), referenciado em profundidade no capítulo três desta dissertação, notou-se, de acordo com as evidências, a menção ao pai do condômino Manoel Nogueira – Antonio Fernandes Nogueira – o qual é citado como o dono de quase um quinto do atual município de São Simão. Sem pretensões de adentrar a essa investigação, sobretudo por estar impossibilitada

a formação e atribuição dos quinhões aos condôminos. Este laudo classificava e valorava as terras em 1ª, 2ª e 3ª categoria, como demonstra a passagem abaixo:

Comparecem os peritos [...] e por elles foi dito que, tendo percorrido e examinado minuciosamente o immovel dividendo e tendo em consideração as qualidades diferentes das terras, sua conformação e attitude, as classificam em tres categorias distinctas, a saber: **terras em cerrados de primeira categoria**, que avaliam em **setenta mil réis o alqueire** (70\$000), **terras em cerrado de segunda categoria**, que avaliam em **cincoenta mil réis o alqueire** (50\$000), terras de **cerrado de terceira categoria**, que avaliam em **quarenta mil réis o alqueire** de vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados. (PROC. AÇÃO DE DIVISÃO DO IMÓVEL CAFUNDÓ, 1928, p. 89 grifo nosso)

Na última audiência, de 05/04/1929, os condôminos decidiram em Juízo o *Orçamento*, detalhando quantos hectares de terras ficariam para cada um em relação a cada categoria. Tabulando este orçamento em porcentagem e o ilustrando em gráficos apresentados a seguir, conclui-se que 45,9% do total das terras, em Réis, de 1ª, 2ª e 3ª categorias do imóvel Cafundó ficaram com o Conde Joaquim Augusto. Do total das terras em alqueires, 46% representavam terras de 1ª categoria, dos quais 75,2% ficaram com o Conde Joaquim Augusto. Em relação às terras de 2ª categoria, que representavam 50% do total de terras, aproximadamente 11% ficaram com o Conde Joaquim Augusto e, em relação às terras de 3ª categoria, que representavam 4% do total de terras, aproximadamente 3%. Após a apresentação das tabelas e gráficos segue o mapa da divisão dos quinhões, extraído da Ação de Divisão do Imóvel Cafundó<sup>29</sup>.

---

devido ao tempo para ter contato com os documentos que se referem a este prospero cafeicultor, registro essa observação.

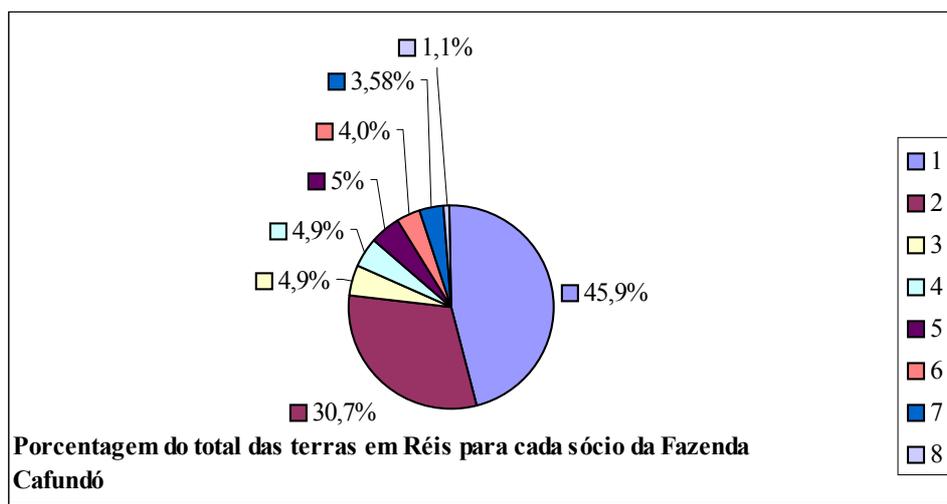
<sup>29</sup> Este mapa passou por um amplo trabalho gráfico, que reforçou as colorações originais e refez a legenda. Este trabalho foi realizado por Paulo Sérgio Maroti.

**Tabela 4:** Porcentagem do total das terras (1ª, 2ª, 3ª) em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó

Sócios	Réis	%
1. Cel. Joaquim A.R.do Valle	10:450\$440	45,93
2. Francisco & Gomes	6:983\$008	30,69
3. João S. da Rocha	1:116\$686	4,91
4. Benedicto J. da Rocha	1:116\$686	4,91
5. Lázaro J. da Rocha	1:116\$686	4,91
6. Espólio Fortunato P. e Silva	902:982	3,96
7. Miguel J. da Rocha	815\$692	3,58
8. José B.da Rocha	252\$831	1,11
<b>TOTAL</b>	<b>22:755\$000</b>	<b>100</b>

Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Gráfico 1:** Porcentagem do total das terras em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó

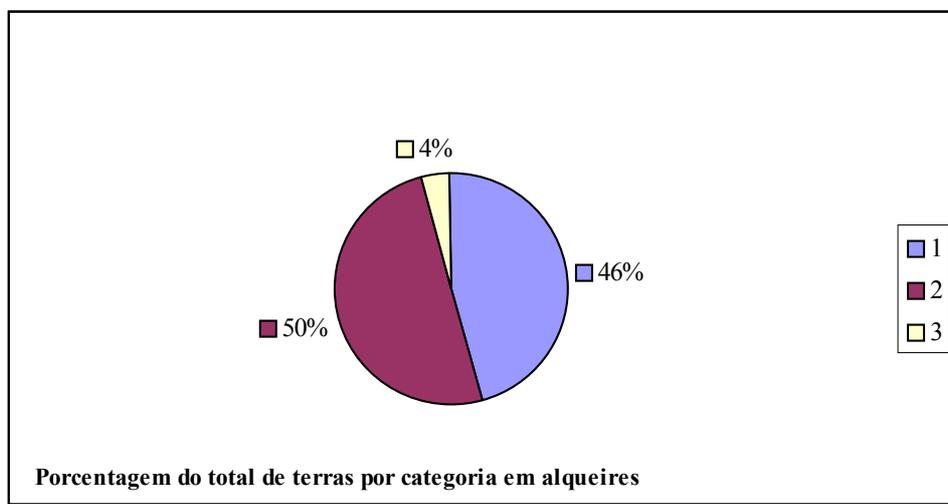


Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Tabela 5:** Porcentagem do total das terras por categoria em alqueires

Terras	Réis	Alqueire
1. Primeira Categoria	12:355\$000	176.500
2. Segunda Categoria	9:780\$011	195.500
3. Terceira Categoria	620\$000	15.500
<b>TOTAL</b>	<b>22:755\$000</b>	<b>387.500</b>

Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Gráfico 2:** Porcentagem do total das terras por categoria em alqueires

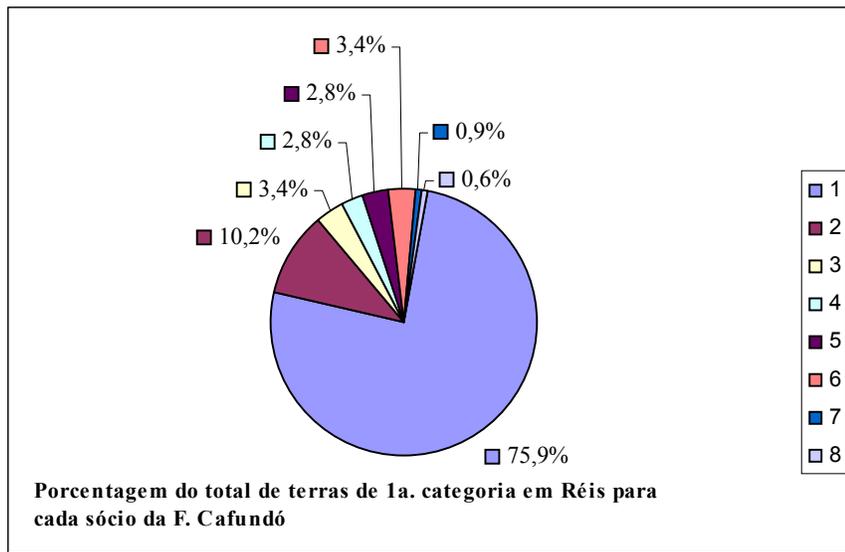
Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Tabela 6:** Porcentagem do total de terras de 1ª. categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó

Sócios	Réis	%
1. Cel Joaquim A.R. Valle	9:380\$000	75,92
2. Francisco & Gomes	1:260\$000	10,2
3. João S. da Rocha	420\$000	3,4
4. Benedicto J. da Rocha	350\$000	2,83
5. Lázaro J. da Rocha	350\$000	2,83
6. Espólio Fortunato P. e Silva	420\$000	3,4
7. Miguel J. da Rocha	105\$000	0,85
8. José B.da Rocha	70\$000	0,57
<b>TOTAL</b>	<b>12:355\$000</b>	<b>100</b>

Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Gráfico 3:** Porcentagem do total de terras de 1ª. categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó



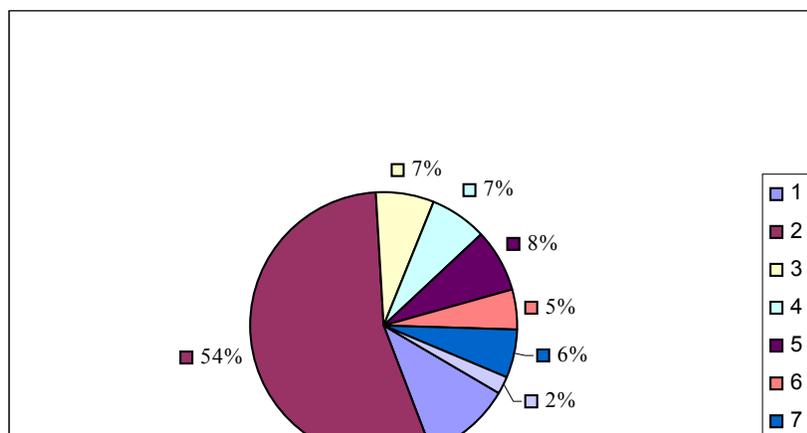
Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Tabela 7:** Porcentagem do total de terras de 2ª. categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó

Sócios	Réis	%
1. Cel Joaquim A.R. Valle	1:050\$440	10,74
2. Francisco & Gomes	5:383\$008	55,04
3. João S. da Rocha	676\$686	6,92
4. Benedicto J. da Rocha	686\$686	7,02
5. Lázaro J. da Rocha	746\$686	7,64
6. Espólio Fortunato P. e Silva	482\$982	4,94
7. Miguel J. da Rocha	570\$692	5,83
8. José B.da Rocha	182\$831	1,87
<b>TOTAL</b>	<b>9:780\$011</b>	<b>100</b>

Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Gráfico 4:** Porcentagem do total de terras de 2ª. categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó



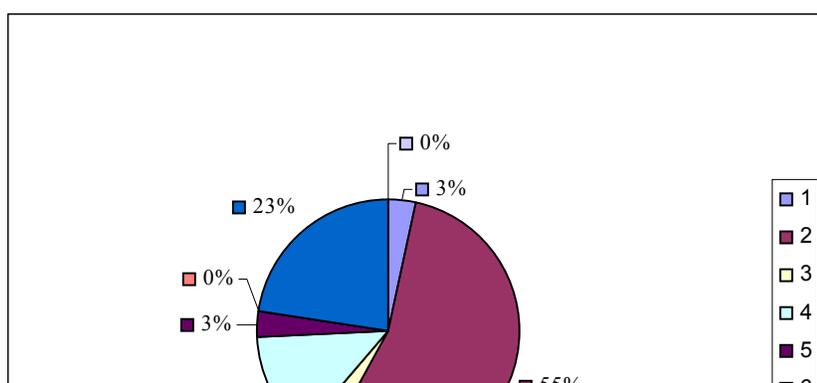
Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Tabela 8:** Porcentagem do total de terras de 3ª. categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó

Sócios	Réis	%
1. Cel Joaquim A.R.Valle	20\$000	3,22
2. Francisco & Gomes	340\$000	54,85
3. João S. da Rocha	20\$000	3,22
4. Benedicto J. da Rocha	80\$000	12,9
5. Lázaro J. da Rocha	20\$000	3,22
6. Espólio Fortunato P. e Silva	0	0
7. Miguel J. da Rocha	140\$000	22,59
8. José B.da Rocha	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>620\$000</b>	<b>100</b>

Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Gráfico 5:** Porcentagem do total de terras de 3ª. categoria em Réis para cada condômino da Fazenda Cafundó



Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

**Figura 5.** Mapa dos Quinhões de Divisão do Imóvel Cafundó



Fonte: Proc. Ação de Divisão do imóvel Cafundó, 1928

Verifica-se que ao Conde Joaquim Augusto atribuiu-se ampla parte da faixa verde, de terras de primeira categoria, que faziam divisa com as Fazendas Limoeiro e Jatahy, já pertencentes a ele. Nesta parte de terras de primeira categoria, havia um ‘braço’ do Córrego João Rodrigues, cujas águas foram classificadas, pelo engenheiro que fez o relatório de divisão das terras, como de ótima qualidade. É importante ressaltar ainda que o mesmo engenheiro salientou que as terras do imóvel Cafundó eram compostas, basicamente, por areia e cerrados, mas mesmo assim muito apropriadas para a pecuária, o grande investimento do Conde Joaquim Augusto, após a geada de 1918, e que o possibilitou, posteriormente, com a crise de 1929, a adquirir novas terras.

Reitera-se a diversidade de atividades econômicas, que havia na República Velha, principalmente quando os grandes cafeicultores depararam-se com a proliferação dos pequenos produtores. Isto os obrigou à pluralização da origem do rendimento, promovendo uma fonte de oportunidades para o empresariado nascente, o que condicionou o começo da industrialização e a falência da República Velha (FONT, 1990).

*Acontece que em 1918, ele, pelos relatórios que tem aí de banco essa coisa toda, devia ter uns **seis milhões de pés de café** aqui na região. Aqui na região. Fora o que tinha em Minas. E na geada, que foi em setembro de 1918, queimou, torrou tudo! Bom, o que ele achou? Achou que o café era uma coisa auto-distrutiva. [...]Tinha, naquele tempo era raro quem tinha, ele tinha maquina de beneficiar café naquele tempo, com roda d'água essa coisa toda. Tinha usina de hidroelétrica na fazenda dele, que ele abriu lá*

*em Guaxupé. Não é que ele herdou do pai, é que ele abriu! [...]E aí ele começou a mexer com gado. E na crise de 29 ele comprou tudo quanto era terra que apareceu para vender aqui! O Jataí foi em 29, aqui o Limoeiro foi em 29, tudo. A única fazenda que ele herdou aqui. Aliás herdou. Era da minha avó, da mulher dele. Era a São Joaquim! Que era do velho Luiz Antônio que era o sogro dele. E aí, mas ele comprou a parte de todos os cunhados, cunhadas, concunhados. E ficou sozinho no São Joaquim, que era uma fazenda pequena (SEU VITOR, 76 anos, GRIFO NOSSO).*

A dedicação do Conde Joaquim Augusto à pecuária, após a geada de 1918, é elucidada, também, nos relatos dos antigos colonos, sobretudo a preocupação que o Conde tinha com seus rebanhos. Ademais, relatam o caráter solidário do Conde, com os trabalhadores e trabalhadoras que encontrava no caminho quando ia vistoriar seus gados, e sua sobriedade nas vestimentas.

*Quantas vezes ele encontrava nós com aquele feixe de vara nas costas que ia pescar. O motorista dele era o Manoel Penha. Então ele parava o carro “você quer umas laranjas, meu filho?” Ele carregava laranja, banana dentro do carro. Ele ia indo no carro, se o gado dele estivesse deitado na estrada não tinha que buzinar não! O motorista levantava e ia tocar o gado com jeitinho para sair da estrada. Então ele encontrava nós lá nos caminhos, parava para conversar, se a senhora olhasse nele a senhora não dizia que era Conde não! Estava tudo sem botão, tudo... (risos) Ele falava assim “você vai pescar meu filho?” “Nós vamos ver se pegamos uns peixinhos para comer.” “vai meu filho, vai. Vocês trabalham a semana inteira tem que divertir um pouco.” “agora só uma coisa que eu não quero que vocês façam: dar tiro não, porque vocês sabem, aqui tem muita gente, tem a criação, porque se dá um tiro para um lado aí pega uma pessoa, pega uma criação, pega bicho.” E o que ele levava no carro ele repartia para o povo que ele encontrava nas estradas! Agora ele não gostava assim, se o freguês, tem um bebedor do gado dele, então ele não gostava que ficasse ali que era para deixar o gado a vontade. A gente já sabia, também respeitava. Vamos para o lugar que não tem gado e acabou!”(SEU ANTÔNIO, 86 anos)*

*Era patrão bom. Só tinha uma coisa: esse patrão não gostava de ver uma raiz de capim gordura fora da terra! Ele queria que você plantasse. Se ele passasse com o carro, ele só andava de carro! Se ele andasse com o carro e passava perto de você na estrada, que ele via monte de capim gordura por cima da terra ele falava “olha, não faz assim não! Planta isso daqui,*

*não deixa assim não! Planta ele!” Única coisa dele era isso. (SEU APARECIDO, 83 anos)*

A partir desses relatos, verifica-se que as recordações sobre as relações entre patrão e empregados não apresentaram as contradições que existiam entre capital e trabalho. Apresentaram uma idealização e uma valorização positiva do patrão, na medida em que destacaram que ele era um bom patrão, que os deixava pescar aos domingos e que distribuía bananas e laranjas. Contudo, esse patrão não queria ver o capim fora da terra, tampouco algum trabalhador caçando, ressaltando que havia muitas pessoas e criações na fazenda. Portanto, o olhar disciplinador das relações de trabalho se dissolve na névoa das recordações dominicais. Tais relatos elucidam que a lembrança revivida não corresponde ao ocorrido no passado, pois houve uma (re) significação do fato vivido, a partir do momento presente (HALBWACHS, 1990).

A aquisição pelo Conde Joaquim Augusto de novas terras, a partir de 1929, após ter direcionado seus investimentos para a pecuária, em 1918, foi relatada em outro depoimento de seu Antônio. Neste depoimento sobressaiu sua memória individual, com seus marcos pessoais, diferentemente da história, que utiliza um tempo maior, cronológico e linear.

*Eu vou falar para a senhora, o Jataizão antigamente era só do córrego para cá! Que foi em 30, 32 que aquele, o Conde Ribeiro do Valle, que era o dono da Fazenda Jatahy, então ele comprou do córrego para lá. Até lá no córrego da Boa Sorte lá, tudo é deles, dali para cá. [...] porque aqui, o Jataizão só era do córrego para cá! Era do córrego da represa ali, para cá, para lá não era deles não. Comprou de um, de um homem da fabrica de pastilhas, aqui, que é, como é que era o nome dele? Esqueço agora. Sei que era baixinho brabo que só o cão! (risos) Ele tinha fábrica ai e tinha lá a fazenda. Fazenda, não tinha casa nenhuma! Só tinha o terreno e mato. Que ali o finado meu pai, muita gente aí tirou muito dormente ali. Vende e ia lá para a estação Tatuca. Ali ele viveu. Fui criado por aí! Tirou uns tombos por aí. (SEU ANTÔNIO, 86 anos)*

Este capítulo elucidou, por conseguinte, a constituição da terra em mercadoria, contextualizando, primeiramente, a expansão cafeeira para o Nordeste Paulista, local da área deste estudo, a proliferação da ferrovia, a substituição do escravo pelo imigrante e as relações de trabalho estabelecidas entre esses últimos e os cafeicultores. A partir de documentos inéditos da década de 1920, as disputas por terras nesta região do Estado de São Paulo foram descortinadas, mostrando que a terra praticamente nascera concentrada em tal região.

Esses documentos foram, ainda, relacionados às lembranças dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy, constituindo a relação entre memória e história e trazendo à cena a característica desses documentos como monumentos, na medida em que se visualizou que neles foram impressas as imagens fabricadas por aqueles que detinham o poder à época, de acordo com os interesses que lhes eram oportunos. Logo, se evidenciou que tal roupagem, criada nesses documentos-monumentos, não foi a expressa pela memória coletiva do grupo de antigos trabalhadores e trabalhadoras, pelo fato dessa memória apoiar-se nos marcos pessoais de tal grupo, o que fez reforçar sua identidade.

A relação entre a memória das antigas trabalhadoras e dos trabalhadores, e os documentos-monumentos ressaltou, sobretudo, que os registros elucidados nesses últimos reportaram-se a uma sombria legalidade dessas propriedades, pois não se referiram aos índios, cuja memória está representada nos objetos expostos no Museu Histórico Simonense “Alaur da Matta”, tampouco aos posseiros, ambos pioneiros na habitação dessas terras. A memória dos antigos trabalhadores e trabalhadoras trouxe à tona, ainda, a importância do bandoleiro Dioguinho no que tange a essa neblina que envolve a legalidade da terra, ao reconstruírem a função que este bandoleiro teve no processo de aquisição de terras no final do século XIX.

No capítulo seguinte reconstruir-se-á a memória coletiva do grupo de antigas trabalhadoras da Fazenda Jatahy, revelando o trabalho e sexualidade feminina e descortinando seus contra-poderes, dessa maneira, empoderando-as.

## Capítulo II – A Floração das Memórias

### Gargalhada - Cecília Meirelles

Homem vulgar! Homem de coração mesquinho!  
 Eu te quero ensinar a arte sublime de rir.  
 Dobra essa orelha grosseira, e escuta  
 o ritmo e o som da minha gargalhada:

Ah! Ah! Ah! Ah!  
 Ah! Ah! Ah! Ah!

Não vês?  
 É preciso jogar por escadas de mármore baixelas de  
 ouro.  
 Rebentar colares, partir espelhos, quebrar cristais,  
 vergar a lâmina das espadas e despedaçar estátuas,  
 destruir as lâmpadas, abater cúpulas,  
 e atirar para longe os pandeiros e as liras...  
 O riso magnífico é um trecho dessa música  
 desvairada.

Mas é preciso ter baixelas de ouro,  
 compreendes?  
 - e colares, e espelhos, e espadas e estátuas.  
 E as lâmpadas, Deus do céu!  
 E os pandeiros ágeis e as liras sonoras e  
 trêmulas...

Escuta bem:

Ah! Ah! Ah! Ah!  
 Ah! Ah! Ah! Ah!

**Só de três lugares nasceu até hoje essa música  
heróica:  
do céu que venta,  
do mar que dança,  
E de mim**

## **2.1 Do trabalho encoberto ao descortinado**

Para contemplar o período do estudo, as lembranças de seis narradoras construirão a história dessas mulheres – quatro que trabalharam na época do colonato e duas durante o trabalho assalariado. Todas possuem uma trajetória de vida semelhante. As mais antigas, hoje com 85 anos em média, nasceram no Brasil, nas fazendas de café da região nordeste do Estado de São Paulo. Seus pais vieram de diferentes regiões da Itália, tiveram de nove a doze filhos e percorreram várias fazendas da região, sempre em busca daquela que lhes oferecesse melhor rendimento. Elas, D. Maria, D. Antônia, D. Emília e D. Joana<sup>30</sup>, começaram a trabalhar no cafezal ainda crianças, casaram-se e tiveram de quatro a doze filhos. As mais jovens, com 57 anos – D. Verônica e D. Conceição – começaram a trabalhar com onze anos, carpindo café e, posteriormente, na formação dos viveiros de pino e eucalipto. Casaram-se e tiveram dois filhos cada. Uma delas, D. Verônica, é filha de D. Maria.

Na época do colonato, o chefe de cada família era responsável pela execução das tarefas que a família, ou pelo menos seus membros aptos ao trabalho, deveria realizar. As crianças, de sete a onze anos já prestavam alguns serviços ao grupo doméstico e, a partir dos 12 anos, eram incluídas na força de trabalho como ‘meia enxada’, isto é, eram vistas como produtoras de metade do que era possível um homem acima de 17 anos produzir. O

colono, chefe da família, firmava um contrato anual com o fazendeiro, o qual previa que a unidade familiar deveria cuidar dos cafezais sob sua responsabilidade, de acordo com a sua força de trabalho, limpando-os das ervas daninhas de três a cinco vezes ao ano (BASSANEZI, 1990).

A reconstrução da memória coletiva das antigas trabalhadoras, por meio das memórias individuais, trouxe à cena o trabalho feminino – caracterizado como ajuda ao trabalho do homem, do chefe da família, o que determinava sua invisibilidade –, sua importância para a subsistência e a manutenção da família<sup>31</sup>.

Tomando-se a metodologia da História Oral e as diferentes técnicas de pesquisa – fotografias, relatos orais e diálogos –, as narradoras discorreram sobre o trabalho na antiga Fazenda Jatahy, durante o colonato e durante a vigência do trabalho assalariado. No entanto, é importante salientar que não se compreende o trabalho apenas como uma atividade de gasto de energia física e mental, que produzirá produtos os quais, ao serem vendidos, pagarão a energia gasta e tal pagamento gerará a manutenção familiar. O trabalho envolve:

Um conjunto de significados e representações presentes em todas as esferas da vida. Um verdadeiro fazer que se remete à ação, ao saber, ao devaneio, à realização, ao contrário da alienação do trabalho nas relações capitalistas. Não sendo o trabalho uma atividade isolada, mas aquilo no qual se baseia e se reflete o conjunto das relações sociais. Esta maneira de pensar o trabalho pode ser bastante útil à compreensão da divisão social e sexual do trabalho e das formas de representação do trabalho (SILVA, 1998, p. 79).

Ao discorrerem sobre o trabalho na antiga Fazenda Jatahy à época do colonato, os espaços públicos e privados entrelaçaram-se e se sobrepuseram. As antigas trabalhadoras

---

<sup>30</sup> Os nomes são fictícios.

realizavam o trabalho da colheita de café, da maternagem, da casa e da roça de subsistência auxiliadas pelas crianças. Sobravam-lhes pouco tempo livre, embora seus trabalhos fossem invisíveis, pois eram aceitas apenas como um dos braços do marido, pelo fato do chefe da família encarnar a figura do patrão, tanto para a mulher quanto para os filhos, no espaço do trabalho e em todo o tecido social. As mulheres e os filhos, subordinados às normas e valores sociais, que reforçavam o domínio e o poder dos homens, viam na figura do marido/pai a personificação do pai-marido-patrão (SILVA, 2000, p. 558).

A invisibilidade do trabalho feminino e a conseqüente consideração da mulher como apenas mais um braço do marido decorreram da ocultação da história feminina advinda do sistema de símbolos criado pelos homens, tendo em vista suas conveniências (PERROT, 1988). Nomeado de patriarcado, este sistema de símbolos vigora desde 3100 a.C. e se define pelo domínio institucionalizado pelos homens sobre as mulheres e crianças de sua família e sua ampliação sobre as mulheres e crianças da sociedade em geral (LERNER, 1990, p. 341). Determina que os homens tenham o poder em todas as instituições importantes da sociedade e as mulheres sejam privadas de adquiri-lo. Entretanto, não implica que as mulheres não possuam algum tipo de poder ou que foram privadas totalmente de direitos, influência ou recurso. Contudo, como se mostrará, as antigas trabalhadoras da Fazenda Jatahy conseguiram desenvolver suas vidas e atuarem à margem deste sistema de dominação patriarcal, cuja historicização é de grande relevância para empoderar as mulheres (LERNER, 1990; SAFFIOTI, 2004) e para desmistificar que tal sistema é natural, a-histórico, eterno, invisível e imutável (LERNER, 1990, p. 67).

No relato das mulheres da antiga Fazenda Jatahy sobre o trabalho, o marco temporal utilizado por elas foi a maternagem, realizada tanto pelas mães, quanto pelas

---

<sup>31</sup> Como foi realizado por Louro (1990) e por Silva (1998; 2000).

filhas. À época em que ainda eram filhas, o pai e a mãe iam para o cafezal acompanhados, se fosse o caso, pelos filhos homens em idade de trabalhar. A filha mais velha dentre as mulheres ou dentre todos os filhos ficava na casa, cuidando dos irmãos menores. Quando a menina adquiria a idade para o trabalho no cafezal (10 a 12 anos) ia no lugar de sua mãe. A mãe voltava, então, para a casa, para os trabalhos domésticos, os afazeres do quintal, as criações e a maternagem. A filha, entretanto, além de realizar o trabalho no cafezal, ao retornar a casa auxiliava a mãe nas atividades domésticas e na maternagem.

*Quando nós mudamos para a Fazenda Jatahy ele tinha seis meses [irmão]. [...] De tarde eu tinha acostumado, de tarde assim, vinha da roça, quando eu chegava ele já estava chorando. Parece que ele sabia, não é? Então, eu catava ele, lavava a mão, catava ele e andava assim com ele para lá e para cá, ele gostava de olhar... as árvores, os pés de café assim, ficava em frente assim, e eu andava com ele assim e, ele acostumou! E todo dia era assim! [...] Minha mãe estava acabando de fazer a janta, ele chorava! As meninas, minhas irmãs, nem ligavam! Nem ligavam. Elas até se escondiam para não olhar ele! [...] É, coitadinho, ele ficava chorando, gritando, aí eu ia lá, catava ele, ficava andando com ele. Fazia desse jeito até... ele ficar andando. Aí ele ia sozinho andar! É! Mas bem dizer eu quase que, que criei tudo eles. (D. MARIA, 91 anos)*

As lembranças da narradora perpassaram o trabalho do cafezal, da casa e da maternagem, utilizando os marcos temporais da memória feminina, neste caso a maternagem, a experiência daquelas mulheres naquele momento histórico (THOMPSON, 1981).

Nomeia-se a memória feminina e masculina pelo seu caráter individual. A memória é individual, na medida em que quem lembra é o indivíduo. Além disso, as massas de lembranças comuns que se apóiam umas sobre as outras não são as mesmas que aparecem com mais intensidade para cada um desses indivíduos, pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Pessoas que viveram o mesmo fato podem trazer

interpretações diferentes e até contraditórias, pois há uma distinção de classe social, de gênero e de raça/etnia. Neste sentido, pode-se dividir a memória entre feminina e masculina.

Todavia, a memória é coletiva, na medida em que ela tira sua força e a sua duração do fato de ter como suporte um conjunto de indivíduos – um grupo (HALBWACHS, 1990, p. 51). Ademais, o indivíduo pertence a vários grupos, como por exemplo, o grupo das mulheres, o das mães, o dos colonos ou o dos italianos.

Tanto a memória individual quanto a coletiva são construções sociais e ambas são seletivas. Não são todos os acontecimentos que ficam gravados. A memória coletiva, vivenciada no interior de um grupo, é atingida pelas mudanças da evolução de seus membros e depende da interação entre esses (BOSI, 1979, p. 332). Outrossim, a memória individual possui seus marcos, seu tempo pessoal, que não são os marcos temporais do grupo, justamente pelo seu caráter individual, por ser um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Os marcos temporais das memórias femininas sobre o trabalho nos relatos das narradoras assinalaram-se pela maternagem, não por a considerarem um fator biológico, mas por ser a experiência, socialmente construída, daquelas mulheres, naquele momento histórico. Em relação aos homens, as memórias compuseram-se a partir do espaço público; experimentações masculinas edificadas culturalmente.

*Colono é isso, é um agregado que, que justo pega tanto de pé de café e... ele é obrigado a tocar durante o ano! [...] E ele tem que fazer uma colheita... de café. [...] Fim de, fim do ano tinha o contrato. [...] Contrato é, é como se diz. É, é, vou ajustar outro ano de colono. [...] Patrão fazia o contrato. Chamava a pessoa falava "você vai continuar esse ano", ele falava "vou". "Então vamos fazer o contrato". A fazenda paga lá, paga... 350 mil pés. Cada mil pés paga 350. [...] Então às vezes a gente socava 10*

*mil pés, 10 mil pés então era, era, cada mil pés era 350.[...] E o dia de serviço era... cinco, cinco mil réis. [...] Naquele tempo era mil réis...[...] fazia contrato e pegava carroto, pegava carroto de, de milho, de feijão, de madeira...(SEU PEDRO, 92 anos, falecido)*

*Eu era candeeiro de boi, nós trazíamos material para fazer a casa [sede da fazenda]...pedra, areia...pra fazer a casa. Eu lembro! Eu era pequeno. [...] ia na frente e com a vara nas costas, na frente dos bois. Onde é que ia, o boi ia. Ele ia para cá, o boi ia, se você ia para lá, os bois iam. [...] tocando o boi é o carreiro. O carreiro ia montado e o menino a pé. [...] Ai quando eu cresci eu não quis mais!...] depois aqui eu trabalhei em tudo! Trabalhei na máquina de esmiuçar café, de balanceiro, enchia o saco de café, pesava, costurava e levava na pilha. Balanceiro. Tratador de porco... [...] Olha eu trabalhei em tudo aqui. Plantei café...só colher que não. [...] Mas eu trabalhei no terreirão, de café, no terreirão para secar café eu trabalhei muito. (SEU JOÃO, 87 anos)*

Seu Pedro trabalhou como colono e como diarista na Fazenda Jatahy e, à época da Companhia Mogiana foi feitor. Seu João, diferentemente, sempre foi diarista. Seu José, o mais jovem, foi funcionário público contratado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo e trabalhou na formação dos viveiros de pino e de eucalipto, de jardineiro e de auxiliar de pesquisa, já com a implementação da Estação Ecológica de Jataí. Seu pai foi diarista à época da Mogiana. Silenciaram as lembranças do espaço privado, da família. Deixaram-nas desabrochar somente quando foram inquiridos. Expressaram, portanto, a memória masculina, atrelada à experiência que vivenciaram, marcada pelos tempos e cenários pessoais dominados pelos trabalhos no cafezal ou em tarefas em benefício do café.

*Teve um ano que era um jeito, outro ano era outro, outro ano era outro jeito. Então tinha, tinha... o... antigamente tinha contrato, que eu já falei, que eles não queriam que plantava. [...] Não plantava milho, não plantava feijão... Plantava café assim sem, sem... sem planta nenhuma. Achava um pé de milho que, que nascia, ia lá e cortava.[...] Ele não queria. Depois...[...] Não deixava. Depois teve outros, outros anos que plantava.*

*Tinha fazenda que deixava... [...]Ai no Jataí plantava... (SEU PEDRO, 92 anos, falecido)*

*Nós não éramos colono, nós morávamos na sede. Colono era só quem morava fora. Que cuidava de café. Nós não. Nós cuidávamos de outras coisas. Cuidava do...do bem da fazenda. Arrumava estrada, ia na beira do rio fazer, queimar o varjão... Tudo em prol da fazenda. Agora os colonos cuidavam da lavoura. [...] nós morávamos aqui na Sede. Aqui era a Sede. Aqui morava... aqui morava administrador, escrivão, fiscal, feitor, campeiro, carroceiro, moravam tudo aqui. Agora os colonos eram pra lá. (SEU JOÃO, 87 anos).*

Os narradores reportaram-se ao trabalho da casa em duas circunstâncias: quando foram inquiridos – seu João e seu Pedro –, e quando foi percorrido o espaço das antigas colônias, o que aconteceu apenas com seu José<sup>32</sup>.

Durante esse percurso, quando seu José se deparava com os tanques de lavar roupas, referia-se às mulheres, mas de forma depreciativa, relatando brigas e discussões classificadas como motivos de chacota. Tal atitude caracteriza-se pela não-aceitação, em nome da respeitabilidade, das mulheres terem o direito à raiva e às brigas. O tanque é o ponto mais alto da sociabilidade feminina e possui um papel importante na vida do bairro/colônia, pois é um local ambivalente, como foi analisado por Perrot (1998), na França, em outro contexto histórico.

*Eu lembro que tinha uma mulher muito conhecida que ela tinha uma menininha. Ela teve uma, nasceu morta. Depois ela teve outra, já estava quase com quatro meses a menininha, e ela levou lá no tanque e falou para mulher “ai, a minha menina acho que está doente, está magrinha, mas ela mama tanto”. Aí eu falei pra ela assim “sua menina não está doente não. Sua menina está com falta de alimento!” “Ai, mas ela mama bastante!” “Mas às vezes o leite é fraco”, eu falei para ela “às vezes o leite é fraco”. E a outra mulher, a avó do, lá do finado genro, era velha já, sabia benzer tudo, ela falou assim “é mesmo, Izaira” chama Izaira, é*

<sup>32</sup> A análise do percurso pelas antigas colônias apresenta-se em profundidade no capítulo três.

*cunhada da D. Ritinha, D. Ritinha que mora aqui. É, aí ela, a D. Maria falou assim “é, eu acho que ela está com falta de alimento mesmo, porque tem mulher que tem bastante leite, mas às vezes o leite é fraco e não alimenta bem”. (D. MARIA, 91 anos)*

*Eu quando morei em frente a sede, lavava a minha casa parecia, os tijolos eram bonitos, ficavam vermelhinhos! Eu gostava de lavar. Carregava água do lavador. O tanque tinha água, mas as mulheres lavavam, era muito suja. Não podia pegar da torneira porque elas não deixavam! Então eu ia buscar no lavador! [...] [as mulheres] pegavam do tanque para lavar a casa. Água suja! [...] eu não lavava. As mulheres, tinha mulher que lavava. Eu não, eu ia buscar no lavador! [...] Minha casa tinha dois quartos, uma sala e duas cozinhas. (D. ANTÔNIA, 91 anos)*

A partir das falas de D. Maria e de D. Antônia, elencam-se as diferentes funções sociais que o tanque exercia para aquele grupo social. O tanque dotava-se de incidentes entre as mulheres, conflitos que, muitas vezes, tomavam livre curso. Nesse sentido, era o lugar do enfrentamento das mulheres com o poder que as fiscalizava, personificado na figura do feitor ou do pai-marido-patrão, que se irritavam com essas explosões e com o tempo perdido delas decorrente. No entanto, o tanque constituía-se, além de um espaço funcional destinado à lavagem de roupas, um local de referência, onde havia a troca de experiências, de novidades sobre a colônia, vila, receitas, remédios e informações de todos os tipos, como relatou D. Maria, construindo todo o quadro social da memória para falar sobre a mulher que chegou ao tanque com a filha pequena. O tanque caracterizava-se, pois, como um lugar/espço de sociabilidade, de solidariedade, um espaço feminino fora da casa e dos olhares dos homens (PERROT, 1988, p.203).

Mulheres e homens são, por conseguinte, sujeitos no termo experiência, não como sujeitos autônomos, indivíduos livres. Primeiramente, experimentam situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos.

Posteriormente, “tratam” essa experiência de acordo com sua consciência e cultura, das formas mais complexas, e, então, por meio das estruturas de classe, disto resultantes, agem sobre determinada situação. No entanto, esse caminho não é uma regra; essa experiência está atrelada à cultura, isto é, mulheres e homens não realizam as suas experiências somente como idéias, na esfera do pensamento e de seus procedimentos. Ambos provam suas experiências como sentimento – trabalhando-o na cultura determinada pelas subjetividades construídas socialmente para esses homens e mulheres –, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades, valores ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p.182-189).

A memória feminina, aquela experienciada por essas mulheres, constituiu-as como indivíduos, culturalmente. Em outro relato, o de D. Antônia, as marcas da memória feminina afloraram somente quando seu marido não a acompanhava à entrevista, pois ao lado dele D. Antônia manifestou sua memória mais próxima à do marido.

*A gente trabalhava e tinha os filhos e não estorvava. Hoje uma mulher com dois filhos fica... fica atropelada. Que diferente que é de hoje! [...] Depois de um tempo que nós plantamos, as mulheres foram, a fazenda tinha amendoim para abanar no terreirão, aí elas perguntaram se eu queria ir lá também abanar. Eu tinha, eu tinha a minha menina mais maiorzinha e o mais pequeno, estava começando a engatinhar... e eu ia! Então eu tinha a minha vizinha, ela era uma velha, ela falou assim para mim, ele ainda não engatinhava direito ainda, “deixa ele que eu olho para você”. Então eu arrumava bem a bacia, naquele tempo não tinha carrinho, era bacia...[...]arrumava bem a bacia, punha um colchão, um cobertorzinho dobrado bem por baixo, um lençolzinho para cobrir, deixava uma roupa para ela assim trocar. Se não tinha xixi ela não trocava era eu que trocava. Então eu ia abanar, eu ia nove horas... meio dia eu vinha em casa. Eu dava mamadeira para ele porque ele não mamava no peito, só na mamadeira. [...] Aí eu dava mamadeira para ele, trocava, dava banho nele tudo, trocava... e aí eu punha, depois eu já deixava a mamadeira pronta e levava para ela. Falava três horas, quando ele chorava, ela esquentava. Aí a, eu pegava, deixava a mamadeira pronta e eu ia, abanar amendoim. Depois ele começou a andar, aí eu levava ele! [...] Levava ele e as meninas olhavam...(D. ANTÔNIA, 91 anos)*

Ao revelarem suas memórias sobre o trabalho, as narradoras construíram o cenário, os quadros sociais da memória, que se entrelaça ao tempo da memória (HALBWACHS, 1990). O chegar da roça, o choro da criança, o lavar das mãos, a janta que a mãe estava terminando, as irmãs que não se importavam; ou ainda, o amendoim que a fazenda tinha para abanar, a filha mais velha e o filho mais novo que começava a engatinhar, a vizinha velha, a mamadeira pronta. Tais idas e vindas no relato da memória constituem o cenário e o tempo próprio de cada narradora; tempo que para essas mulheres, que trabalhavam como mais um dos braços do “pai-marido-patrão”, media-se segundo sua experiência, os marcos da maternagem (SILVA, 1998). Não se tratava de um relato linear, apoiado no tempo cronológico, pois se reconstruía e se recontava o passado de acordo com o tempo presente, utilizando os marcos da memória individual, neste caso os da memória feminina de antigas trabalhadoras do café. Constituíam-se numa multiplicidade de tempos.

Em seus relatos, além do tempo ser marcado segundo os períodos da maternagem, o trabalho feminino não se limitava à casa, como já foi elucidado. Ele também se encontrava na esfera pública, justificando a maternagem compartilhada – a filha ou a vizinha que tinha que cuidar da criança pequena para a mãe ir ao cafezal. Evidencia-se que não havia a divisão público/privado do espaço, tampouco do tempo; as tarefas produtivas e reprodutivas sobrepunham-se, tanto em relação às mulheres casadas, que iam ao cafezal trabalhar com o marido ou desempenhavam alguma outra atividade, por exemplo, abanar amendoim e levavam os filhos pequenos juntos, quanto em relação às mulheres solteiras ou casadas, que trabalhavam no cafezal e depois chegavam a casa e realizavam as tarefas domésticas. Não havia uma dupla jornada, já que essa é uma característica do trabalho assalariado. Havia para aquelas mulheres, naquele momento histórico, um trânsito entre

público e privado. A divisão sexual do trabalho existia somente em relação aos homens, que estavam designados ao trabalho como colonos ou como diaristas (SILVA, 1998).

Somado ao trânsito entre os espaços público e privado e aos tempos sobrepostos pelos trabalhos da casa, da maternagem e do cafezal, as mulheres realizavam trabalhos considerados pesados, ou seja, de homem, o que desmistifica a associação mulher/trabalho leve (SILVA, 1998). D. Maria e D. Joana, por exemplo, relataram que ajudaram a fazer cerca, o trabalho considerado mais pesado na área rural, portanto considerado de homem.

*Todo serviço mais ruim era para mim fazer... ajudava meu pai a fazer cerca, ajudava meu pai cobrir o paiol com o capim. Ajudava ele... eu é que dava o capim para o meu pai que estava em cima, do paiol, assim, do galinheiro. Meu irmão era molão... Abaixo de mim, ele era molão. Eu é que tinha que ajudar a fazer tudo... [...] Fazer cerca, fazer tudo. É, comecei a trabalhar desde pequena! Quando eu era menor, minha mãe, ia ajudar o meu pai e eu ficava olhando os meus irmãos. Um tinha sete anos, oito... Eu ficava em casa com eles. Minha mãe levava o que era abaixo de mim, um ano só, um ano e dois meses ele era mais novo do que eu, meu irmão. Ele... o mais velho. Ele era assim, muito molão. (D. MARIA, 91 anos)*

*Eu e meu tio fazíamos! [...] Olha, chegava em casa, tirava a roupa para tomar banho, punha em pé. Era dura! Que nem engomado. Puro sal. Você arrastava assim era só sal que saía. Hoje quem que está suado? Só debaixo da unha. Mas oh, eu vou falar, eu não sei por que eu não fiquei rica! (D. JOANA, 78 anos)*

A questão da divisão sexual do trabalho nas diferentes sociedades no decorrer da história foi constantemente atualizada de acordo com os interesses momentâneos do patriarcado. Nas sociedades caçadoras e coletoras, relatadas no estudo de Lerner (1990), a caça não era atribuída ao homem por sua maior força física, e a coleta de frutas às mulheres pela sua melhor destreza manual, já que as mulheres em algumas dessas

sociedades caçavam. O que determinou essa divisão sexual do trabalho, naquele momento histórico, foi uma conveniência momentânea, o aleitamento, responsabilidade estritamente da mulher em um período em que a sobrevivência da espécie era delicada e constantemente ameaçada. No colonato, a diferença de força física também não explica a divisão sexual do trabalho. Neste período, o trabalho era familiar e determinado pelo patriarca, que atribuía a tarefa a alguém, fosse homem ou mulher. Desmistifica-se, portanto, a questão do trabalho pesado ser tarefa masculina<sup>33</sup>. As mulheres, no entanto, não podiam ser trabalhadoras avulsas como os homens; não possuíam esse direito de escolha por se tratar de um contrato feito pelo pai, que representava o patriarcado, obrigando-as a realizar os trabalhos previstos no contrato.

A absorção de todos os braços da família pelo “pai-marido-patrão” e a divisão sexual do trabalho determinada pelos interesses momentâneos do patriarca foram mantidas com a introdução do trabalho assalariado nas fazendas de café a partir da década de 1960 (STOLCKE, 1986, p. 271; SILVA, 1998). Evidencia-se, portanto, o caráter histórico do patriarcado, isto é, sua contínua construção/reconstrução segundo os interesses de cada período, o que ressalta a importância de estudá-lo, tanto para notificar seu caráter histórico, quanto para empoderar as mulheres e desmistificar suas imagens de trabalhadoras, na maior parte das vezes, de tarefas repetitivas, de tarefas que necessitam de destreza manual localizadas no espaço privado e de tarefas leves.

Ao longo dos relatos, a invisibilidade do trabalho feminino descortina-se, irradiando-se, cada vez mais, com maior intensidade. As antigas trabalhadoras da Fazenda

---

<sup>33</sup> Martins (1996), em seu estudo “Imagens de família. Elementos de um repertório cultural sobre a família entre descendentes de italianos” também evidenciou que o trabalho feminino não se restringia aos trabalhos domésticos, como também não havia limites entre esses e o trabalho na esfera pública. O desenvolvimento do trabalho dava-se de acordo com a necessidade. Entretanto, define como tarefa restrita aos homens o feitiço de

Jatahy destacam a quantidade de trabalho a elas atribuídas e os seus melhores desempenhos em realizá-los quando comparados com os dos homens. Elas faziam mais tarefas do que os homens e com maior agilidade, o que se relaciona com os valores sociais definidores dos papéis sexuais (STOLCKE, 1986). As mulheres trabalhavam no cafezal, na casa, no cuidado e educação dos filhos e na roça de subsistência, embora o contrato de trabalho fosse assinado entre o “pai-marido-patrão” e o cafeicultor, excluindo-as e as considerando como mais um braço.

*Ah...Não foi muito fácil não. Mas quando eu tinha as duas meninas, é tinha a Guilhermina, uma que mora em São Simão, e a Zélia. As duas meninas estavam grandinhas, aí o, o pessoal lá que, que já era do governo... [...]Aí a gente já tinha roça para tratar e os, os homens que trabalhavam também, tudo pegou roça. Meu marido pegou roça junto com... o irmão do Sr. Zidio [...]com o Tito Rosatti, meu marido. Aí ficou, quando colheu, metade cada um. [...]Arroz e milho. E eu tinha roça de feijão. Eu peguei uma roça... também. [...]deram cada um, um que, que queria um pedaço, cada um pegava, marcava com um pau assim. [...]Eu peguei uma roça e plantei: milho, feijão e vassoura na divisa[colônia]. [...]Eu só fui levar almoço e, para o meu marido, levar almoço e... mas ajudei colher uns poucos lá que estavam no meio de uns espinhos lá... [...]Eles falaram que nem iam colher, eu fui lá e cortei, fui lá e colhi. (risos) Aqueles espinhos até, aqueles espinhos grudentos! (D. MARIA, 91 anos)*

No relato de D. Maria, pelo marco temporal que ela fornece “já era do governo”, ela se referiu a uma data posterior ao ano de 1960, ou seja, ela deveria estar com, no mínimo, 46 anos. Destaca que pegou uma roça, ela sozinha, fato que foi reiterado em visitas informais realizadas a ela. Orgulha-se desse fato. Mas denomina seu trabalho como ajuda, pois só tinha ido levar almoço para o marido. Ajuda que rendeu uma colheita maior do que os homens esperavam, já que ela colheu o que eles não colheriam, o que estava lá no meio dos espinhos. Para essas mulheres nada era empecilho – espinhos, fazer força para construir

---

cercas. Dialoga-se, por conseguinte, com essa autora, no sentido de reiterar a desmistificação do trabalho pesado, neste caso o feito de cercas, ser tarefa masculina.

cercas ou estar no cafezal sobrepondo as atividades da roça com a da maternagem (STOLCKE, 1986, p. 269).

Muitas vezes, se o homem não trabalhava como colono, mas como diarista elas trabalhavam realizando serviços para terceiros, como lavar roupa, somando ainda os afazeres domésticos, o cuidado e a educação dos filhos. No entanto, seu trabalho continuava a ser considerado como um complemento à renda, como ajuda, como leve, como não trabalho, ou seja, invisível (STOLCKE, 1986, p.271-272).

SEU ANTÔNIO (86 anos): *Eu tirava dormente nesse tempo! Meu irmão morava lá na Fazenda Jataí. Casou comigo não trabalhou mais na roça não! (risos)*

D. JOANA (78 anos): *Sai, mas depois que mudemos para cá... [cidade]*

SEU ANTÔNIO (86 anos): *ela trabalhou muito! Lavar roupa essas coisas em casa, costurava, para ajudar em casa, que a senhora sabe, o ordenado sempre era curto. Tinha os filhos crescendo já, despesas sempre aumentando, então ela, dentro de casa ela trabalhou muito, viu. Mas dizer que ela um dia pegou a enxada, foi ganhar dia para fora, isso nunca aconteceu! Graças a Deus.*

*Aí mudamos lá perto do Neno [Fazenda Jatahy]. Em frente o Pitotti, assim. Ali a Elza Maria nasceu. Aí comecei a lavar roupa. Ah, Deus do céu, o que era roupa! Agora não! Naquele tempo eu lavava do Manoel Penha [filho do administrador], eles trabalhavam no sítio, daqui para baixo era tudo barro! Nós não tínhamos sabão em pó, não tinha escovinha, era sabão de soda e água fria. Ferver tudo. Olha! Aí fui lavando, fui passando, e trabalhando. [...]Aí mudemos [para cidade], mas eu não gostava daqui não! Aí comecei a lavar roupa, passar, trabalhar, buscar lenha, fazia tudo! Aí o seu Elidio era prefeito, começou a merenda e ele veio e me chamou. Aí eu fui. Trabalhei um ano e meio e me deu derrame. Cai lá e quase morri! (D. JOANA, 78 anos)*

Seu Antônio expressava orgulho, satisfação ao dizer que depois que D. Joana se casou com ele, não mais trabalhou na enxada. Entretanto, ela ressaltou que isso somente aconteceu depois que foram para a cidade, muito embora continuasse trabalhando e muito, devido ao aumento das despesas com o crescimento dos filhos. Tanto D. Joana quanto seu

Antônio analisaram o trabalho dela como não-trabalho, como ajuda, pois era realizado em casa, embora gerasse renda, e como uma obrigação imposta pelas circunstâncias. Tal análise está relacionada aos valores sociais determinadores dos papéis sociais – o trabalho é inerente à identidade masculina e é uma obrigação, imposta pelas circunstâncias, à identidade feminina (STOLCKE, 1986, p. 272).

É importante ressaltar, sobretudo, que esses valores sociais determinadores dos papéis sociais foram socialmente construídos por um sistema que vigora até os dias de hoje e é atualizado conforme os interesses momentâneos – o patriarcado (LERNER, 1990). Este, além de qualificar o trabalho feminino como ajuda, portanto, invisível, determina um sistema de exploração-dominação sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Outro exemplo desse sistema de dominação-exploração constantemente atualizado está nas atribuições de trabalho. Como esclareceram os relatos anteriores, as mulheres não estavam “engessadas” nos espaços femininos determinados pela visão dóxica de mundo – mulheres no espaço privado e trabalho leve e homens no espaço público e trabalho pesado. Às mulheres, no período do colonato, atribuía-se o trabalho no cafezal, o trabalho na casa, a educação dos filhos, os cuidados com o quintal, a horta de subsistência, buscar água nas minas e buscar lenha; e aos homens o trabalho no cafezal ou como diarista, quando esse fosse o caso. As mulheres tinham, assim, uma jornada justaposta, enquanto os homens uma jornada única de trabalho (SILVA, 1998, p. 83).

*Ele ajudava a tratar das criações. Ajudava a tratar das criações. Mas serviço de casa ele não sabia fazer nada. É, ele morava com a mãe dele. Aí quando a gente começou criar ele tratava das criações. Ele era motorista! Trabalhava com o caminhão. Levava o administrador para o rio, quase todos os domingos. Ficava lá! Deitava no caminhão lá e dormia. No rio Mogi. Lá da fazenda Jataí. Nós moremos muitos anos lá. (D. MARIA, 91 anos)*

*Eu morei na colônia... do Oito [colônia], eu pegava punha, eu e meus meninos e ia no mato cortar lenha! Tinha, catava a carroça, o carrinho cheio de... eles cortavam aqueles montes de lenha, depois encostava o carrinho ali, eles iam, nós carregávamos e íamos embora. [...] Para usar para pôr fogo! Nós íamos buscar, sempre eu ia buscar com os meninos. Eu gostava! Tinha vez que eu ia buscar até de feixe na cabeça, que ali para baixo da minha casa tinha eucalipto. Eu ia catar lá e fazia. Fazia pão, tinha o forno, se quer fazer pão...Eu fazia de 15, 16 pães eu fazia...Forno grande! [...] Não durava nem uma semana! Muitos filhos! Tudo comia, gostava! (D. ANTÔNIA, 91 anos)*

Assim como constatado por Silva (1998), o trabalho feminino sempre foi descrito, pelos homens e pelas mulheres, como “ajuda ao trabalho masculino” e por precisão, mas, se pôde verificar pelos relatos que este trabalho era contínuo tanto pela mãe quanto pela filha e que somente havia divisão sexual do trabalho em relação ao homem, que exercia apenas as atividades no cafezal ou como diaristas.

*Era gostoso trabalhar! [...] eu gostava! Cansa, mas eu gostava de trabalhar! Sempre nós trabalhamos. E de casada mesmo eu trabalhei bastante! Eu dei pensão... três anos. Eu morei em frente à sede, aí eu morei 12 anos, em frente à sede. Eu dei pensão, durante os doze anos, eu dei pensão para a turma ali, para uns camaradas. [...] Dar pensão, você comia, pegava pensão lá em casa para comer, sabe? [...] eu cozinhava, eles comiam lá em casa, pagavam pensão. Depois... aí depois nós voltamos para a colônia da frente, aí veio uma turma de, lá da, de Campinas, veio que era do tempo do. [...] Aí mudou para o Mogiana. A Mogiana que comprou lá. Depois do Conde foi a Mogiana que comprou. Aí veio essa turma. Então puseram apelido na turma de turma vermelha! [...] Porque eles andavam muito vermelhos de terra, de carpi. [...] Aí eu dei pensão para eles três anos! [...] Três anos eles comeram lá em casa. 65 homens! [...] Eu levantava de três da manhã, fazia almoço. Quando era sete horas eles vinham para buscar o almoço. Cada um tinha o seu caldeirão. [...] Eu enchia os caldeirões e ia pondo tudo em cima da mesa, depois eles vinham buscar. [...] Trabalharam três anos! Eu dei pensão três anos! (D. ANTÔNIA, 91 anos)*

Nos relatos das antigas trabalhadoras da Fazenda Jatahy observou-se essa quantidade maior de trabalho, que era realizado por elas. Havia uma fusão entre espaço e

tempo femininos, desaparecendo as dicotomias fora/dentro da casa. Tal fusão também foi exemplificada com a descoberta da menarca, que era “tratada” durante o trabalho no cafezal – espaço que permitia relatos sobre questões proibidas de serem ditas. Conferiu-se, ainda, tal relato na exposição sobre a sociabilidade feminina como é visto nas páginas seguintes.

*A minha mãe trabalhou muito, nossa, ela era, como é que fala para abanar café. Pegava na peneira, não tinha um que passasse na frente dela! E ela disse que veio tão ruim, ia cedo, vinha de noite. Chegou tão ruim para ter o Luisinho! Ah, chegou e deitou e pronto! Suja! Foi ter o filho! Minha mãe não tinha preguiça. Costurava também. Era pequena a minha mãe, magrinha! Mas trabalhava, nossa senhora! (D. JOANA, 78 anos)*

O trabalho no cafezal, regido pelo colonato, uma atividade que necessitava dos braços de toda a família, era realizado em todos os momentos, até mesmo horas antes de a mulher dar à luz, quase obrigando-a a parir no próprio espaço do cafezal, o que também acontecia. A velocidade do tempo feminino, por estar totalmente preenchido com os afazeres da casa e do cafezal, era essa relatada pela D. Joana: “chegou e deitou e pronto!”

Em um período seguinte, na década de 1960, quando a Fazenda Jatahy já pertencia ao Estado e o trabalho já não se regulamentava pelo colonato, mas sim pelo trabalho assalariado, o patriarcado, agora reinventado, somou à figura do “pai-marido-patrão” a do feitor e do turmeiro. Atualizava-se, por conseguinte, o sistema de exploração-dominação sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004).

A partir de fotografias das antigas trabalhadoras, utilizadas como “muletas da memória”, com o objetivo de alcançar o que não é dito imediatamente no instante fixado pelo registro fotográfico, duas narradoras – D. Conceição e D. Verônica – discorreram sobre algumas fotografias pertencentes à família de D. Conceição. Um diálogo foi construído e lembranças desabrocharam.

**Foto 3.** Plantação de pino e eucalipto.



**Fonte:** Arquivo familiar da D. Conceição. Década de 1960.

D. Conceição e D. Verônica dialogaram sobre a foto. D. Conceição explicou que o homem da foto era seu sogro, já falecido, à época, administrador da fazenda, quando esta já pertencia ao Estado. Reconhecem o local.

**D. VERÔNICA (57 anos):** É no viveiro, olha os esguicho, olha, aquele pé de ipê, que tinha lá no viveiro. [...] Olha, Conceição, o esguicho ligado.

- D. CONCEIÇÃO (57 anos):** Olha, agora que eu vi, três esguichos. Você está vendo? [...] Com aquelas coisinhas soltando a água.
- D. VERÔNICA:** Era água de regador, não é? [...] Depois que saiu isso daí aí foram tirar foto para mostrar.

Ressaltaram a dureza do trabalho, a falta de equipamentos adequados para o trabalho na enxada e o esforço físico que tinham que desempenhar. Relataram o início de seus trabalhos, quando tinham onze anos, época do final do café, por volta de 1959, e quando o governo do Estado de São Paulo iniciou, na área da antiga fazenda, a plantação de pino e eucalipto para experimentos científicos.

- D. VERÔNICA:** *Nós trabalhávamos na Serra, no eucalipto... Até o Edgar botou o nome em nós... Tinha aquela marmelada dessa altura pra carpir no café, e nós novinha, meu pai nem queria... “Verônica tão fraquinha, magrinha, não vai agüentar...” E esse feitor meio ruim pôs nós. Elas acabavam a rua aí o de carrinho falava: “Ó trio da velocidade!” Porque a gente ia tão devagar! Aí encheu a mão de bolha, sabe, não sabia nem o que era luva. Aí nós enrolávamos trapo na mão.*
- D. CONCEIÇÃO:** *Nossa mão era tão grossa, assim, sabe, aqui dava uns calos, aquela pelota aqui assim, nos dedos..., onde pegava.*
- D. VERÔNICA:** *Depois nós começamos... A luva estorvava e naquela época não tinha luva assim sem os dedos, então não podia pôr luva. Depois, mais para frente, isso daí foi depois dos trapos. Aí a gente pegava duas meias, cortava assim ela e punha, aí protegia um pouco.*
- D. CONCEIÇÃO:** *E apanhar café?! Nossa, como era triste! Nós não tínhamos proteção nenhuma, só a blusa, não é? [...] Aí você pega as varinhas e vai puxando, os estrepes entravam aqui, entra no braço, pra todo lado. E aí arregaçava a manga, porque às vezes a manga da blusa era larga...[...] subia, então você ficava tudo cheio de ferpinha. Horrroso! [...] Eu comecei com onze. Com onze a gente fez viveiro.*
- D. VERÔNICA:** *a gente saía da escola da fazenda e ia trabalhar depois do meio-dia. Nós íamos correndo, olha que tonta que nós éramos! Em vez de parar no caminho, fazer..., nós vínhamos correndo não via a hora de chegar. Aí depois que começou a estudar aqui [cidade] [...] Aí a gente parou, em cinqüenta e nove nós paramos de ir. [...] Aí depois de sessenta a gente começou e não paramos mais.*

Este diálogo entre D. Verônica e D. Conceição reitera a maior dedicação das mulheres ao trabalho. Hoje elas mesmas reconhecem que eram “tontas”. Saíam da escola e iam correndo para o trabalho, sofreram as dificuldades de não terem luvas adequadas, de ficarem com as mãos calejadas, feridas, de serem motivos de chacota por parte do homem “de carrinho” por trabalharem muito devagar e de terem que suportar a dureza do trabalho que realizavam. Ademais D. Conceição e D. Verônica ainda relatam que ‘não viam a cor do dinheiro’, porque era o pai quem recebia. Em 1969, de acordo com os marcos temporais da maternagem, começaram a receber na Caixa Econômica Federal.

**D. CONCEIÇÃO:** *Eu lembro o ano, foi em... em... sessenta e nove (1969).*

**D. VERÔNICA:** *Sessenta e nove (1969)? Porque a Cássia tinha... a Cássia nasceu em novembro, eu ainda estava de licença da Cássia quando a gente veio aqui na Caixa Econômica receber. Eu penso que é no começo de sessenta e nove (1969).[...]Então, aí a gente começou a ver a cor do dinheiro...[...]Porque o meu pai, ele pegava o cheque lá, dava cheque, então a gente tinha que assinar. Primeiro não tinha cheque, nada, não sei como que funcionava aquilo lá, acho que pagava em dinheiro, não sei... [...]Mas aí depois começou assim... passou para o Estado, aí começou a dar cheque... Aí o meu irmão falou: “Agora meu pai vai ver.” [risos] Aí ele dependia de nós pra assinar o cheque. Aí, quando saía o pagamento no sábado cedinho ele queria vir pra cá, tirava nós da cama. Ih, minha mãe ficava louca da vida! “Ah, mas o senhor dá um pouco.” Porque era assim, ele só dava dinheiro assim, se você fosse em algum lugar, aquele tanto assim, sabe? E eu lembro, meu pai dava pouco dinheiro, e minha mãe às vezes vendia frango, ovo, assim, então ela dava um pouquinho a mais, pra gente não ficar só com aquele tantinho. [...]Mas também, sabe, quando a gente estava lá na fazenda, que era criança, a gente não... nem conhecia dinheiro, nada...*

**D. CONCEIÇÃO:** *Do pagamento, eu peguei dinheiro na mão quando faltava dois meses pra mim casar, porque eu fui em Ribeirão e mandei... [...]Aí o meu pai deu a prestação do vestido, que eu fiz em três vezes o vestido. Então deu aquele tanto, eu fui lá, dei de entrada. No outro mês a*

*mesma coisa. Mas nunca peguei na mão. Pegava assim, aquele pouquinho que dava, só. Mas eu era assim, às vezes eu falava assim: “Mãe, ai, sabe, eu vi um vestido assim, assim...” Em algum lugar às vezes, ou alguém falou... “Quando você puder você me compra um?” Quando eu chegava do serviço o pano já estava comprado. Você lembra?*

**D. VERÔNICA:** *Lembro. A mãe dela vinha à pé, a mãe dela não tinha preguiça. Ela pegava e vinha sozinha, não dependia de ninguém.*

**D. CONCEIÇÃO:** *Minha mãe carpia, sabe, fazia palhada de arroz, de feijão, ia lá pro Cafundó... Não sei se você conhece aquele pedaço. Carijó..., tudo pra lá. Ela ia, ela chamava essa Cacilda do Américo aí – elas eram amigas de carpir – e aquela D. Conceição, do Sr. Juvenal, elas vinham junto. Então juntava as três e carpia da minha mãe, aí no outro dia carpia da outra, sabe... fazia assim.[...] cada família tinha o seu pedaço pra plantar pro gasto, era pro gasto.[...] Não, não era [colono], mas já era do Estado. Mas o Estado...*

**D. VERÔNICA:** *A fazenda dava um pedaço pra cada funcionário...*

**D. CONCEIÇÃO:** *Para cada família. [...] Deixava lá. Aí você plantava nas horas de folga. Era de sábado e domingo, feriado, férias... E as mulheres que não trabalhava ia carpir, fazia isso daí que eu te falei: juntava minha mãe com as outras e ia...*

D. Conceição e D. Verônica não souberam explicar como era o contrato de trabalho. Apenas disseram que não se era mais colono. Também não poderiam saber, já que “não viam a cor do dinheiro”. Eram apenas mais um braço do “pai-marido-patrão” (SILVA, 1998). Somente a partir de 1969 começaram a ver, mas só ver. Relatam, também, a cooperação que havia entre as mulheres – a realização de mutirões para carpir a roça de subsistência. No entanto, o sistema de símbolos criado pelo patriarcado impregnou-se nas falas dessas senhoras, que classificaram o trabalho da casa como não trabalho, ao relatarem que “as mulheres que não trabalhavam iam carpir, fazia isso daí que eu te falei: juntava a minha mãe com as outras e ia...” (LERNER, 1990).

A mesma fotografia que fez com que D. Conceição e D. Verônica construíssem um diálogo acerca do início e da dureza do trabalho, da falta de equipamentos adequados, do

fato de serem tontas por saírem correndo da escola para o trabalho e de não verem a cor do dinheiro, incitou-as reviver como era o trabalho, a fome e a água suja, o tricô e o crochê que levavam para fazer durante o horário de almoço, a sociabilidade feminina. E fizeram questão do relato.

**D. VERÔNICA:** *Deixa eu falar do nosso... serviço lá. A gente passava fome, sede..., sabe. Porque na época não tinha esses garrafões Termolar. Hoje você leva cedo e bebe água gelada o dia inteirinho. No almoço a gente não levava cedo, a mãe fazia mais tarde e ia... A gente buscava a pé quando estava perto da fazenda, amarrava um..., era num embornal. [...] um saquinho assim com uma alça, aí punha um caldeirão de comida lá dentro e amarrava uma alça. Aí você punha no ombro assim e levava aquele monte... Aí depois começou a levar de carrocinha, aí o burro empacava... Aí nos comia tudo que tinha. Sabe aqueles coisinho assim de indaiá, de palmito, que tinha um palmitinho? Nós arrancava e comia tudo, acho que é por isso que não tem mais. [riso] Tudo que você achava...*

**D. CONCEIÇÃO:** *Aí, esse é o tal embornal. Esse daí eu guardei, mesmo de lembrança. Aí punha aí dentro, punha a garrafinha de leite... Na época não tinha suco não, não é? [...] Era leite ou café, ou água doce que a gente levava. [...] Punha um garrafão do lado, uma garrafinha... A garrafinha era aquelas de guaraná.*

**D. VERÔNICA:** *Chegava lá e a comida toda revirada, porque a gente ia chacoalhando, batendo um no outro.*

**D. CONCEIÇÃO:** *A água nossa...*

**D. VERÔNICA:** *Era suja...*

**D. CONCEIÇÃO:** *Ia no latão de leite depois de uma época. Quando nós trabalhamos aqui no viveiro, entre o doze [colônia] ali e a fazenda, ali tinha uma biquinha, como eu tinha te falado outro dia. Sabe onde é o cascalho? Lá o túnel? [...] Naquele rumo ali tinha uma biquinha, a Biquinha da Taioba, a gente falava. Ali, quem trabalhava no viveiro ia pegar água lá, porque na fazenda teve muita falta d'água, não é, quando a gente era menina.*

**D. VERÔNICA:** *É, enquanto não fez o poço...*

**D. CONCEIÇÃO:** *É, nós não tivemos sossego com água. Então a gente ia buscar água ali naquela bica, na Taioba. Enchia o corote, sabe, aquela água ruim, não era gostosa... Se as vacas passassem por ali você já sentia aquele gosto de vaca, sabe, de creolina que tinha no pé, às vezes, não é? [...] Quantas águas nós tomamos assim! E depois disso,*

*eles levavam de carrocinha a água para gente nos latão de leite. Dava uma lavada no latão, enchia de água e levava. Mas aquele gosto do leite não saía. Nós tomávamos aquela água quente, com gosto de leite... Horrível!*

**D. VERÔNICA:** *E eu sei que passava fome, sede... Depois que começou a levar cedo o almoço... [...] Primeiro nós levávamos..., não tinha o Termolar, a gente levava num garrafão de vidro. Comprava pinga de garrafão, ou vinho... Só no Natal, não é? [riso] E guardava o garrafão para levar água. [...]se era pesado! E quando nós subíamos a serra com aquilo lá, com aquela sacola! Nós levávamos uma sacolona assim, ali você tinha que levar um saco plástico, se chovesse se protegia... [...] Você tinha que levar um saco para você não sentar na terra assim, aí levava... O quê mais? Uma blusa de frio, porque às vezes o tempo estava bom, começava a chover... Você levava pano para enxugar o suor... e outras coisas mais. A nós levávamos trem, lixa de unha..., essa coiseira toda.*

**D. CONCEIÇÃO:** *Tudo nós levávamos: um carretel de linha, uma agulha...*

**D. VERÔNICA:** *É, às vezes a calça rasgava... Então...*

**D. CONCEIÇÃO:** *Levava nossos trabalhos, às vezes era tricô, às vezes era crochê, na época bem mais antiga era bordado... Abria os sacos brancos, riscava e a gente levava pra bordar na roça, na hora do almoço.*

Esse diálogo retrata o cenário que compunha o trabalho realizado pelas mulheres, as dificuldades pela falta de comida e de água, que tanto elas quanto os homens sofriam, e descreve, assim como o seguinte, toda a sociabilidade feminina, já que o trabalho não se resumia apenas no gasto de energia física e mental, mas em um conjunto de relações composto pelo fazer, pelo devaneio, pelo saber, pelas trocas estabelecidas nos diálogos (SILVA, 1998, p. 79).

A sociabilidade feminina, considerando-se aquele período e as experiências daquelas mulheres, intensificava-se no descanso do almoço. Era o momento utilizado para fazer o crochê, o tricô, o bordado, momento que a cada ponto concluído conversas sobre assuntos, certamente proibidos no espaço da casa, eram compartilhados. Naquele momento

e espaço de trabalho, elas podiam revelar seus segredos, sentimentos, confissões. O privado entrelaçava-se ao público. Não havia separação tanto do espaço, quanto do tempo.

Outro diálogo entre D. Conceição e D. Verônica que traz à cena essa fusão entre espaço e tempo, fazendo desaparecer a dicotomia fora/dentro da casa, expressa-se na recordação de um dia chuvoso em que plantavam mandioca e se esconderam na casa de seu José, também narrador desta pesquisa. A música “Tristeza do Jeca” embalou as paqueras durante o trabalho, partilhadas entre elas e as demais moças. Mas destacam: o trabalho era sofrido, embora divertido. E reiteram a quantidade de trabalho e sua dureza (STOLCKE, 1986, p. 269).

**D. VERÔNICA:** *Meu pai comprou um disco que tinha, quem que tocava aquela musica? Tristeza do Jeca! Então, quando nós trabalhávamos ali para baixo da casa dele [seu José], nós não saíamos da casa dele! Porque, a mãe dele também tinha um monte de criança, aí tinha as irmãs dele que a gente trabalhava junto, vai na escola junto, então a gente era muito amiga. Então a casa que a gente mais ia era na deles, porque os outros eram mais assim, fechava a porta, para não sujar. [...] Então o pai dele comprou esse disco, ninguém tinha aí! Aí tinha essa musica. Aí a gente estava plantando mandioca para baixo ali, naquele terreno, para baixo daquelas casas. Aí choveu. Nós fomos lá na casa dele, esconder, você acha, aquele monte de mulher! Mais aí tinha mais mulheres, mas a gente não ia na casa delas [...] as outras tudo morava ali perto e nós éramos tudo moça e íamos na casa dele. Aí o pai dele pôs aquele disco e aí tinha uma, essa que estava no casamento da Conceição, ela conversa, até hoje ela conversa disso, é tão engraçado, aí ela falava assim “Ô madrinha Lurdes, põe o Jeca para tocar!” Aí nós ríamos, você lembra? [...] “põe o Jeca para tocar!” Aí o pai dele punha. Nós nem sabíamos mexer, só o pai dele sabia. [...] Aí, quando nós fomos lá fora, eles estavam fazendo aquelas outras casinhas para lá, aí tinha uma casa do lado da do pai dele que estava vazia e eles deram para os pedreiros morarem, que era uma firma que veio de longe, para fazer as casas. Então nós ficávamos tudo de olho, porque era tudo moço bonito, de fora! Então*

*“olha o motorista que bonito!” Ai ela saiu lá fora, bem alto e falou assim “Ô madrinha Lurdes, aquele lá que é o chofériu?” (risos) Gente, mas nós riamos tanto! A gente falava “Ô Cida, e o chofériu?” E ela ria também, ela não ligava não! Mas gente, era tão bom, divertido, era sofrido, você tinha que trabalhar bastante, nós ficávamos pura suja de mandioca, de carregar...*

**D. CONCEIÇÃO:** *[...] Carregar mandioca, que a gente plantou também. Depois os torrões do viveiro, e você lembra que nós começamos, nós tudo empolgadas de ver aquelas máquinas fazendo, os maquinistas iam descansar no almoço e nós íamos trabalhar, você lembra?*

**D. VERÔNICA:** *[...] É para não maltratar muito o torrão para pôr, então a gente ia pondo...*

**D. CONCEIÇÃO:** *[...] Mas nós ficávamos pondo e fazendo nós mesmas.*

Nota-se, novamente, o entusiasmo e a satisfação para iniciarem o trabalho, a menção ao descanso dos homens enquanto elas trabalhavam, a função que tinham de “ir pondo” para não maltratar o torrão e a dedicação ao trabalho com a realização de funções que não eram delas: ir fazendo elas mesmas os torrões (STOLCKE, 1986, p. 269-275).

O trabalho parecia uma brincadeira, apesar de sua dureza, pois, como já foi dito, era o momento em que ficavam sozinhas, fazendo suas confissões. Como salientado por Stolcke (1986, p. 272), “trabalhar na companhia de outras mulheres era mais divertido do que ficar em casa”.

Arelada a essa sobreposição de trabalhos – trabalho na esfera pública e trabalho na esfera privada –, à falta de tempo livre, encontrava-se a descoberta da sexualidade. A visão dicotomizada e naturalizada do trabalho – associando a mulher ao trabalho da casa e ao trabalho leve –, do espaço e do tempo feminino e sua invisibilidade também foi explicitada em relação à sexualidade feminina.

## 2.2 A revelação da sexualidade

O desconhecimento, a vergonha e o silêncio sobre a sexualidade refletem as subjetividades historicamente construídas dessas mulheres em relação à sociedade em que viviam, e o corpo era, e ainda o é, um dos elementos principais para expressar essas subjetividades, como também as relações de poder.

As duas senhoras que trataram o assunto reagiram, inicialmente, com um silêncio, que expressava uma mescla de vergonha e espanto, e remetia à fala: O que ela está perguntando? Isso é um absurdo, uma falta de respeito! Depois, ambas afirmaram que suas mães não falavam sobre o assunto porque:

*Ela gostava das coisas tudo sério. [...]as mães não contavam. A gente aprendia com as outras moças. [...]Mais velha, é. A gente apanhava café tudo junto e depois quando a gente saía assim para ir... em algum lugar, no dia de domingo que a gente saía junto, com a moçaiada, aí elas contavam... uma contava para a outra ... aí eu fiquei sabendo... No dia mesmo que me veio eu estava, nós morávamos numa casa separada e aí, como eu sabia, já que as moças falavam, aí eu não fiquei com medo não.*  
(D.MARIA, 91 anos)

A sexualidade era descoberta e comentada durante o trabalho no cafezal – espaço que permitia conversas sobre questões proibidas, de questões consideradas não sérias.

A visão dicotomizada do mundo, que divide o espaço, o tempo, o trabalho, o corpo, enfim, o mundo social, em masculino e feminino, inferiorizando o último em relação ao

primeiro, está presente em estado objetivado nas coisas, como na casa, onde os espaços são sexuais – sala é o espaço masculino e cozinha o feminino –, e em todo o mundo social, e em estado incorporado “nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 1990, p. 17). A concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas – entre a formação do ser e as formas de conhecer – é o que possibilita fazer referência ao mundo como “experiência dóxica”, a qual compreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, por exemplo, a divisão socialmente construída entre os sexos como naturais. Adquire, assim, um reconhecimento de legitimação. Portanto, as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculinos e femininos são construções sociais amparadas nos princípios de divisão androcêntrica, que está fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher, na visão dóxica de mundo (BOURDIEU, 1990, p. 17-24).

Ademais, a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não necessita de discursos que a legitimem, na medida em que a ordem social trabalha como uma máquina simbólica, que se inclina a confirmar a dominação masculina sobre a qual se fundamenta, como, por exemplo, a divisão social e sexual do trabalho (atribuições masculinas e femininas), do espaço (público/privado), do tempo (momentos de ruptura destinados ao homem e longos períodos às mulheres) e do corpo (masculino puro/seco, feminino impuro/úmido). Neste sentido, o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada, como um local de acúmulo de princípios de visão e de divisão sexualizantes. O corpo é o primeiro receptáculo desse mundo social; é ele quem constrói a diferença entre os sexos biológicos, “justificativa natural” da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 1990, p. 20).

Nota-se essa construção, que legitima essa diferença socialmente construída, entre os gêneros e que instaura relações de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2004) dos homens sobre as mulheres nas falas envergonhadas dessas senhoras acerca de sua sexualidade, como algo proibido de ser tratado, como algo negativo e impuro.

*Eu...uma moça... ela...sempre falava para mim...essas coisas. [...]Então, eu não sabia e ela me falava tudo. Aí eu... fiquei sabendo! [...] Mas minha mãe não falava nada. [...]Sabe que minha mãe, sabe que minha mãe não, nunca lavava a minha roupa? Porque eu tirava e já ia lavar! Deixava só ensaboada, aí eu falava para a minha mãe pegar, falava assim: “mãe pega, deixei uma calça aí na paredinha, está ensaboada... a senhora torce para mim.” Porque se nós... se limpava logo e torcia! [...]Torcia. Nós tínhamos o varal pertinho assim da casa, no quintal, torcia e estendia. Quando não estava, não estava muito suja, é, limpava logo. E quando estava assim, estendia num... num quarador! Atrás da, da horta assim. A horta ficava assim, tinha o quarador do lado de lá e estendia lá. (D. MARIA, 91 anos)*

*Ah, nós tínhamos, quando nós apanhávamos café, então as moças falavam... apanhava café, depois quando a gente ia...chamava as vezes para ir no mato, então a gente ia com elas no mato, fazer xixi, aí elas contavam e mostravam. Teve uma que mostrou. [...]Teve uma, coitada, ela não tinha, não tinha mãe, morava com a madrastra. Isso lá no São Joaquim [outra fazenda] que nós morávamos. Coitada! Ela um dia me chamou, nós estávamos perto, abanando café, catando café assim, pondo na peneira para abanar, então, aí, ela estava [...]Jagachada e falou: ô Maria, vem cá. O pai dela estava rastelando, o pai dela e o irmão. Aí ela falou assim, aí ela mostrou para mim, aí eu falei assim: “ai Dica”, [...]e aí ela mostrou para mim e falou assim[...]“ai, como que eu faço, agora, Maria, como é que eu faço, heim?”. Eu falei assim: “olha Dica, a turma já está tudo lá adiante”, [...]Aí “a turma está tudo lá para frente. Não tem ninguém para cá. Então você pega vai aqui por baixo...”, que logo era a casa dela.[...]Eu falei assim: “você passa para o fundo...”, para não passar na... colônia, as vezes tem algum homem sempre em casa, que vem fazer uma coisa ou outra, vem pegar água, então “você passa aqui, aqui para o fundo e passa a cerca e já é sua casa. E aí você toma banho, troca de roupa”. Aí ela foi, foi e falou assim:“ como que eu falo para o meu pai?”. Falei assim: “ah você quer que eu fale para o seu pai...que você está com dor de dente [...]Aí eu falei assim, cheguei perto dele, ele estava mais para adiante assim, cheguei e falei: “ô sr. Chico, a Dica está chorando porque está com dor de dente. Ela quer ir em casa pôr o remédio no dente.”Ele falou: “ah, fala para ela ir.” Aí ela foi! (D. MARIA, 91 anos)*

Os relatos ilustram o desconhecimento da menarca e o silêncio sobre o assunto, o sentimento de vergonha, de estar impura e o medo de possível punição (ALVES, 1980, p. 262). Como constatado por Martins (1996), as trabalhadoras, em um discurso padronizado, relatam que eram as amigas quem as informavam a respeito da menarca. D. Antônia reforçou esse desconhecimento, silêncio, vergonha e sensação de estar impura.

*Eu ouvia elas falarem. Ai eu ouvia elas falarem, ai o dia que eu fiquei eu, eu sabia! O que era.[...]Não, a minha mãe não, nem minha irmã me explicou nada![...] Nada! Não falava nada, nem sabia... Para você ver, eu lavava a minha roupa e punha molhada![...]De vergonha da minha mãe, medo que eu tinha! [...]Eu tinha medo de falar, que estava assim minhas irmãs, elas não queriam falar. Depois um dia a Vitória pegou e falou para a minha mãe. Minha mãe ficou brava comigo, queria até me bater! [...]Por causa que eu escondi. [...]Ela falava "onde já se viu fazer isso. Perigoso dar suspensão!" [...]Suspensão vai, o sangue vai na cabeça! [...]A pessoa morre.[...]Porque ficava molhado! A gente se molha.[...]Eu não tinha medo. Eu tomava chuva! [...]Não podia lavar a cabeça! Ela tinha medo. Quando ela descobriu ela ficou brava comigo! "Por que você não contou?" Eu falei "eu não!" Tinha vergonha! [...]Nem para a minha irmã eu não contei! (D. ANTÔNIA, 91 anos)*

Esses sentimentos de vergonha e de estar impura adquiriam mais forças por meio das proibições, que associavam a menarca à dimensão anormal, ao perigo, à doença, à fragilidade. Além disso, tanto no relato de D. Maria quanto no de D. Antônia, o desconhecimento sobre o assunto era relativo, na medida em que a própria estratégia do silêncio internalizada, de não informar à mãe o acontecido, levava à negação do saber (ALVES, 1980, p. 264).

Outro desconhecimento havia em relação à maternidade e ao parto. As informações eram interditas e, sobretudo, filtradas, o que fazia com que o conhecimento fosse

adquirido por meio da experiência vivida que, por muitas vezes, era traumática (ALVES, 1980, p.281).

*Nunca a minha mãe explicou nada! [...]Eu nem, nem sabia! [...]A minha mãe, quando a minha mãe teve a minha irmãzinha, nós morávamos na Olaria [...]Nós éramos tonta! Você vê que atrasada que nós éramos, eu era moça! Minha mãe ainda ficava doente, trazia a minha mãe com o pé inchado, tudo, quem que ia desconfiar? Não sabia nada, era boba! [...]Não sabia o que era. Eu não sabia de nada! Ai eu, no dia que a minha mãe teve neném, ficou doente, meu pai foi chamar a mulher, para vim com ele, a parteira que tinha na fazenda. Ai ele falou "vou chamar a parteira para vim ficar com sua mãe aqui". Ai "tá bom". Ai quando eu vi que a minha mãe estava passando mal, a gente é tonta, tão atrasada! (risos) Hoje em dia até os pequenininhos já sabem, não é? [...]Eu e minha, nós fomos sentar em cima do tanque e nós ficamos lá sentadas na beira do tanque chorando! De ver a minha mãe gemer... [...]A minha irmã sabia, a Vitória, minha irmã Vitória, como era mais velha, ela sabia o que era. Mas... ela ficou lá. Mas eu e a Julia, éramos mais novas nós ficamos lá fora chorando! Depois que arrumou tudo, as meninas, depois que já estava tudo arrumadinho, ai meu pai foi chamar nós. Falou "vem cá ver o que sua mãe ganhou!" não, não falou que ela ganhou, " que eu achei para a sua mãe." [...]Ele falou assim "olha, eu achei essa menina, ela estava chorando lá dentro daquele..." numa olaria velha para baixo, perto. Então ele falou assim "estava chorando dentro de uma lata de, estava dentro de uma lata chorando!" [...]Contava mentira, porque naquele tempo usava contar mentira, ninguém contava a verdade para os filhos! [...]Falava, contava mentira... Então nós acreditamos. (D. ANTÔNIA, 91 anos)*

O sentimento de vergonha e de estar impura aludiam à visão dóxica de mundo que nomeia os processos de desenvolvimento do corpo da mulher a algo impuro. O desconhecimento do parto, o contar uma mentira para não explicar como se gera uma criança – o ato sexual – constituem-se em uns dos elementos ideológicos que configuram a identidade feminina construída a partir dessa visão dóxica de mundo. Assimila-se o desconhecimento por meio de um longo processo de socialização, a partir do qual se atribui à mulher, como naturais, os estereótipos “tímida, doce, frágil, dependente, pura” (ALVES, 1980; BOURDIEU, 1990).

Muito embora o sexo seja socialmente utilizado como parâmetro para a construção das subjetividades de gênero, acredita-se que as matrizes competidoras podem subverter a matriz dominante do que é compreendido como gênero. Dessa sorte, em relação às representações, há condutas determinadas aos homens e às mulheres. Entretanto, tais condutas não são construídas somente pela sociedade para os indivíduos, pois estão incorporadas na própria psique, o que faz com que o gênero participe do processo de construção do sujeito, assim como a raça/etnia e a classe social. Portanto, o sujeito é “constituído em gênero”, isto é, além do gênero ser uma construção sociocultural, ele é um “aparelho semiótico”. Partilha-se, também, da afirmação de que o sujeito é constituído por um nó formado por três antagonismos – gênero, raça/etnia e classe –, que o torna múltiplo e contraditório, e tais antagonismos intensificam, neste nó, seus efeitos das contradições, quando tomadas isoladamente. Assim, o sujeito não é uma unicidade, tampouco uma fragmentação. Dessa maneira, essa multiplicidade do sujeito significa o reconhecimento, a aceitação e a defesa da diferença. (SAFFIOTI, 1995, p. 160).

Por conseguinte, idealizar o sujeito, o ser social, de acordo com essa oposição simples, amparada na dualidade objetividade-subjetividade, engessa as partes envolvidas e as impedem de se relacionar. Não é por meio dessa simples oposição que se define o *eu* em relação ao *outro*, mas, respeitando as similitudes e as diferenças, já que o gênero admite diferenças de raça/etnia e de classe social, da mesma forma como tanto as classes sociais, quanto as categorias de raça/etnia admitem as diferenças de gênero. O sujeito é, pois, multifacetado, todavia não-fragmentado (SAFFIOTI, 1995, p. 163).

As antigas trabalhadoras da Fazenda Jatáhy ao mesmo tempo em que tinham essa postura de vergonha e de negação em relação à sua sexualidade, postura essa construída pelas relações de exploração-dominação das mulheres pelos homens, tinham posturas que

contrariavam essas subjetividades criadas pela dominação de seus corpos (SAFFIOTI, 2004). Desenvolveram suas vidas e atuaram à margem deste sistema de dominação patriarcal. Enfrentaram e romperam com essa ordem patriarcal por meio de relações conflituosas de dominação, marcadas pelo embate entre o poder e o contra-poder, como, por exemplo, explicitou-se na fuga de uma das narradoras para se casar com um negro e no enfrentamento de outra narradora para usar calça comprida e maquiagem no espaço do trabalho.

## 2.3 Da fuga ao batom: a explosão do contra-poder

A dominação-exploração da mulher pelo homem e o contra-poder da mulher foi elucidada no relato de D. Joana, filha de italianos, que não teve seu namoro aprovado pela família pelo fato de seu Antônio, seu namorado à época, ser negro. Tal desaprovação levou-os à fuga, compreendida neste estudo como fato, na medida em que envolve personagens, valores e práticas, e como texto, por se apresentar por meio das falas que são interpretações, encenações, pois não se assistiu à fuga (WOORTMANN & WOORTMANN, 1993).

*Quando ele morreu [pai] ele já tinha mandado nós irmos lá para o sabugueiro, roçar pasto. Aí era eu, meu tio, o Alcides [irmão] era ajudante do Artur de ser campeiro, aí ia eu e o meu tio para roçar. Aí, fiquemos. Depois, minha mãe era sabida, viu! Aí começava a namorar um escondido, aí, mas ninguém servia para ela! Ela falava assim “Artur!” “Oi, mãe” “Leva a filha no baile que vai ter baile” “Não, hoje não!” O meu cabelo era aqui (comprido). Eu vinha da roça, [...]pegava cinco latas d’água. Eu ia para o córrego e enchia para a minha mãe. Aí eu ia tomar banho. Eu me arrumava, deixava o cabelo solto, parecia que eu falava “me leva, era só tirar o vestido” “Não!” Aí, não ia. Quando era no outro sábado, minha mãe sabia “Ô filho, leva a Elza hoje no baile.” “Ah, hoje ela vai.” Mas se você dançasse duas modas com um moço, “vamos embora!” Começava oito horas o baile, nove horas eu já estava em casa dormindo! Não deixava. E assim foi (D. JOANA, 78 anos).*

O poder do sistema patriarcal determinava quando as mulheres poderiam se divertir, namorar, casar, mesmo com a ausência do pai, já que o patriarcado é transmitido e reinventado a cada geração, reproduzido pelos filhos homens e/ou pelas próprias mulheres, neste caso a mãe. No entanto, as mulheres não eram privadas de poderes. Cada pólo da relação possuía poderes específicos, pois no patriarcado as relações são hierarquizadas entre seres totalmente desiguais, enquanto que no gênero compreendem-se, também,

relações igualitárias (SAFFIOTI, 2004). As antigas colonas sabiam dos poderes que possuíam, por mais que tivessem ciência que eles eram hierarquicamente menores.

D. Joana, branca, filha de italianos e seu Antônio, negro, órfão, apaixonaram-se. O pai de D. Joana já havia morrido, mas seu tio, irmãos e sua mãe cumpriram os valores patriarcais e os valores de preconceito étnico/raciais. D. Joana e seu Antônio namoraram um ano escondido e ela revoltava-se porque a família patriarcal somente a enxergava como mais um braço para o trabalho. No entanto, ela não teve medo e enfrentou o sistema de exploração-dominação (SAFFIOTI, 2004).

*Nós plantávamos milho lá na aroeira. [...] Plantamos milho, plantamos feijão e eu estava grávida, aí eu já tinha fugido! Só trabalhava, trabalhava, conversar com ninguém não podia! Aí, tinha o meu tio e ele, nossa se, se soubesse qualquer coisa! Ele, olha ali! Meu tio almoçava comigo assim, se ele sabia que eu conversei com alguém, aí ele já ia almoçar longe. Eu falava “ah velho, vem aqui que a minha foice está boa!” Aí, e trabalhava, trabalhava, e nós fomos arrancar feijão. Arrancamos um canto, trazíamos tudo em um cobertor, amarrava a trouxa na cabeça e trazia. E era só chuva! Dia e noite sem parar! Aí chegamos em casa. Aí de noite nós sentávamos tudo e debulhávamos feijão. Aí eu comecei a namorar o Antônio. Ele falou “olha, eu vou lá na sua casa, te pedir.” Eu falei: vai! (D. JOANA, 78 anos)*

O “alguém” a quem D. Joana refere-se era seu Antônio, esse “alguém” com quem seu tio não podia nem sonhar que ela havia conversado. Mas ela e seu Antônio decidiram assumir o compromisso e enfrentar o sistema de símbolos criado pela sociedade patriarcal, para controlar os corpos e a sexualidade das mulheres (LERNER, 1990).

D. Joana, em entrevista realizada apenas com ela, relata, rapidamente, como foi o enfrentamento, dizendo que depois seu Antônio explicaria melhor, como quem queria dizer: foi ele quem sofreu o preconceito por ser negro, ele saberá dizer-te melhor. Percebe-se a desqualificação por ela da violência simbólica, que sofreu com a dominação patriarcal,

embora tenha enfrentado e rompido com toda a ordem patriarcal.

*Mas olha, meu tio, deu um chute num gato, que daqui ele voou! Mas que triste que ele era, viu! E minha mãe também não quis! Ela falava assim, depois que ele foi embora, “pega esse carvão aqui põe perto de você e se olha no espelho! Veja se orna para você!” Aí, nós marcamos para fugir! Uns quatro meses para frente. Ah, no fim fugimos dia 27 de janeiro. Dia 02 de fevereiro nós casamos. Eu fiquei 15 dias sem ver a minha mãe. E ela que nem doida atrás de mim. “Ai, minha filha morreu afogada!” Aí, passou 15 dias eu fui lá. “Bença mãe.” Ela torrando café. Parece que estou vendo ela. “Desgraçada, o que você veio fazer aqui, excomungada, que você veio, me deixou aí, não sei o quê!!” E com isso acalmou tudo!*  
(D. JOANA, 78 anos)

A fuga tem significados distintos de acordo com a estrutura das relações sociais, com a configuração de valores e com a reprodução da sociedade. Pode representar um processo de pauperização, quando o pai da noiva ou do noivo está sem condições econômicas para desempenhar suas funções, como, por exemplo, o pagamento do dote, tornando possível a troca sem pôr em risco a honra da família. Ou pode representar nas camadas mais elevadas, em que a endogamia de classe é norma, um confronto aos princípios clássicos da honra e da vergonha, poluindo a reputação da família, caso o casamento indesejado não se realize, sendo necessário salvar a pureza da filha e da família. No entanto, há a morte ou expulsão simbólica da filha. Já quando a fuga dava-se entre pessoas de raça/etnia diferentes, era preferível a desonra da filha à uma mescla na família. A diferença étnico/racial era mais impositiva do que a pureza materializada na virgindade, na medida em que era mais importante manter puro o grupo do que a família (WOORTMANN & WOORTMANN, 1993, p.109-111).

O valor da endogamia para a família italiana era forte. No entanto, a literatura elucidada que os casamentos interétnicos ocorriam e aqueles entre italianas e negros eram fortemente desaprovados, ao ponto de os pais angustiarem-se ao ter que escolher entre a

desonra familiar e a aceitação de um negro (BASSANEZZI, 1990 e 1996; MARTINS, 1996; MONSMA et al, 2004).

O relato de seu Antônio ilustra o sofrimento que ele e D. Joana vivenciaram ao violarem as fronteiras sociais. Seu Antônio começa tímido, afirmando que D. Joana não era mulher para ele por se parecer com uma boneca, tentando entender a posição da família italiana em não querer casamento interétnico. D. Joana novamente desabafa o fato de a família não a deixar conversar com ninguém. Ambos vão se explicando, dizendo que nunca se beijaram, que nem sem beijo a família italiana permitiria o casamento. A memória sensitiva, aquela estimulada por um cheiro, um olhar, um paladar, um tatear ou um ouvir que remetem à redescoberta de lembranças, floresce e seu Antônio e D. Joana recordam-se do doce-de-leite oferecido e que marcou o início do namoro (PROUST, 1998).

Ao iniciar o relato sobre o tempo de namoro escondido, a memória vai sendo passada a limpo e começa a transparecer o sentimento de seu Antônio de não achar correto namorarem escondidos. Toma a decisão de pedi-la em namoro à família italiana e quando a concretiza, relata os maus tratos sofridos. Neste momento do relato, seus olhos brilhavam, numa mescla de raiva e de provação, como quem desabafa: fui humilhado, mas ela está aqui, feliz comigo. Retoma o relato. Decidem fugir e se preparam, principalmente seu Antônio. Prepara-se como se fosse a uma guerra enfrentar os inimigos com as armas que possuía, tendo ciência de que, se precisasse utilizá-las, seria em vão. Descreve o cenário. Os cachorros e as galinhas pareciam favoráveis à situação. Silêncio na casa. Fogem. Ficam apreensivos, desconfiados ao menor sinal de ruído. Seu Antônio comemora, hoje expressando como se D. Joana fosse um troféu: *a italiana está aqui!* Casam-se. Recordam-se do nascimento da primeira filha e da garra de D. Joana, agora sua esposa, em caminhar quilômetros para batizar a recém nascida. Afirma: meu casamento foi uma novela, como

quem diz, sofri, fui humilhado, mas não me arrependo. Anuncia, como uma declaração de amor, que se morresse naquele instante, morreria feliz, como quem quisesse expressar que todo o sofrimento vivido, tanto por ele quanto por ela, para ele foi compensado por toda a felicidade compartilhada. Ainda tenta entender a não-aprovação de seu casamento pela família italiana, denominando o fato de ser negro como um defeito, defeito que, para a família, podia ser ruim, mas para a D. Joana não. Destino. A memória já havia (re) trabalhado o tempo. O sentimento de raiva retorna como um desabafo: não queriam o casamento, mas ela nunca precisou de nada deles. Orgulha-se. Atenua a fala. Admite a conquista da amizade da família italiana, com o passar dos anos. Reitera a raiva. Assume a não-afinidade com um dos irmãos. A memória, agora passada a limpo, traz à tona a auto-valorização; mas é pouco persistente. Recorda-se das brincadeiras inconvenientes por parte dos familiares de D. Joana, que, em um momento anterior, o fizeram se auto-desvalorizar, hoje merece ou provoca risos. Mas reitera: todos merecem respeito.

**SEU ANTÔNIO:** *Ela era, eu conheço ela sabe da onde? Eu vinha aí desde que eu era desse tamanho assim. Eu passava na fazenda Jatahy a cavalo e ela estava lá na rua. Parecia uma boneca, viu! Eu olhava nela assim eu falava “ah, mas isso aí não é para mim não!” No fim acabou sobrando, olha aí! (risos)...A família italiana, sei lá se eles tem razão ou não tem, mas falou, passou dessa cor aqui para cima, bom, eu já era preto! A senhora faça idéia os pretos mesmos que são pretos! Eles não queriam que a família se misturasse de jeito nenhum!*

**D. JOANA:** *E não me deixava conversar com ninguém! No fim, olha, como ficou a história! [...] Nunca nós demos um beijo! Fica aqui ele lá.*

**SEU ANTÔNIO:** *Aí nós namoremos assim quase um ano! Aí um dia eu falei para ela “olha, mas esse negócio não está certo! Tem que ir lá na sua casa, se você interessar! [...] Domingo o palhaço se apronta lá, todo bonito...parece que chegou uma onça na casa! Todo mundo emburrado, com cara feia, ela tinha um tio que parecia o cão! Ainda bebia umas pingas! Nós fomos rodeando,*

*rodeando até no fim eu falei o que eu fui fazer lá. Aí a casa pegou fogo! Nossa senhora! Era ponta pé em cachorro, ponta pé em gato, eu falei “enquanto não me chutar eu...” No fim ficou tudo em nada! Disseram eles que não! Bom, não querem... peguei meu caminho, fui embora, eu falei “estamos danados, como é que eu vou fazer?” Quando foi no outro domingo nós tornamos nos encontrar. “Não vai ter jeito não, vai ter que continuar isso daqui.” Aí ficamos quase um ano namorando assim! Quando foi um dia eu falei “sabe de uma coisa, você gosta de mim?” ela falou “gosto!” “então o único meio que nós temos é fugir, porque... não vai ter mais conversa! Ir lá para receber desfeita eu não vou! [...] Vou falar para a senhora, o dia que eu fui roubar ela foi no dia 27 de janeiro! Uma chuva! [...] A arma eu só tinha uma faquinha desse tamanho! Falei “sabe, seja o que Deus quiser!” [...] Eu falei “e agora?” Falei “eu vou buscar!” Cheguei lá, vou falar para a senhora, os cachorros não me viram, a angola não me viu, cheguei na janela dela, ela pôs a mala e a trouxinha de roupa lá eu peguei e sai. Tempo escuro! [...] Daí posemos, chegamos lá no rancho, dormimos lá no, quando foi quatro horas da manha nós saímos a pé, por dentro lá, passamos na represa da América, a pé os dois sozinhos quatro horas da manhã! Saímos de lá para vir em Luiz Antonio. Chegamos aí ficamos uns, quanto?*

**D. JOANA:** *de 27 até dia 2 de fevereiro.*

**SEU ANTÔNIO:** *dia dois de fevereiro casei aí batemos a pé daqui para lá, a noiva tem que agüentar andar a pé, tem que aprender! (risos)*

A fuga, portanto, não se constituiu apenas em um drama social, concretizado na figura da família afrontada; foi também um drama pessoal, que causou sofrimentos e traumas (WOORTMANN&WOORTMANN, 1993, p. 127).

O trabalho de lembrar, relatado por seu Antônio, representou, para a sua memória, a (re)vivência de todo o sentimento de humilhação, de dor, de tristeza, que foram recontados a partir do momento presente (HALBWACHS, 1990, p.71). Certamente, toda essa humilhação, dor, revolta, tristeza vivida por seu Antônio foi muito mais intensa, áspera do que o relatado por ele. E esta forma mais amena de lembrar do passado, com picos menores de revolta, foi conquistada ao longo dos anos, a partir do trabalho de lembrar, do narrar, que

lhes proporcionaram um alívio, já que sua memória foi estimulada a passar a limpo todo esse sofrimento (BENJAMIN, 1975).

O mesmo contra-poder exercido por D. Joana, por meio do enfrentamento da ordem patriarcal, resultando na violação das normas e valores socialmente construídos, foi praticado por D. Conceição e D. Verônica. Ao visualizarem fotografias antigas, reconstruíram as lembranças sobre o trabalho, que lhes remeteram ao enfrentamento da ordem patriarcal, ao iniciarem o uso da calça comprida e da maquiagem no trabalho.

**Foto 4.** Mulheres no eito.



Fonte: arquivo familiar de D. Conceição. Década de 1960.

Da esquerda para a direita, D. Conceição descreve que são as mulheres da fotografia e o local em que estavam.

**D. Conceição:** *Essa daqui é a D. Iracema, a Verônica, eu, a D. Rosinha, e a Judite, irmã do Zé Crepaldi. Era no viveiro, lá...acho que você, sabe aquela carreira de eucalipto que tinha em frente à máquina? Era ali. De frente à máquina, mas bem para cima. Era ali.*

D. Conceição e D. Verônica relataram que, na época em que ainda eram solteiras, elas não podiam parar o trabalho, não podiam conversar e que o feitor responsável era temido, muito mais do que o administrador da fazenda – o Senhor Corsini. Relatam que usavam calça comprida sob a saia e que foi por causa delas que a saia caiu em desuso.

**D. CONCEIÇÃO:** *Antes era calça por baixo e saia por cima.*

**D. VERÔNICA:** *por causa de mim e dela que começou a usar!*

**D. CONCEIÇÃO:** *Porque a gente começou a usar calça eu e ela e fomos trabalhar um dia. Aí o, tinha um administrador que era muito, daqueles bem atrasados, era o Florenço, não era?[...] Florenço, Antônio Florenço ele chamava. Aí viu a gente no ponto.*

**D. VERÔNICA:** *Não, primeiro a gente sentou... [...] E todo mundo ria de nós irmos de calça comprida, na época quem usava calça, nossa! Aí a gente sentou separado, num lugarzinho...[...] aí ele mandou o seu Zarim ir falar para nós, você lembra? [...]Mas eu acho que mesmo assim a gente foi, porque não dava tempo de voltar em casa para pôr. Aí, no outro dia a gente já teve que ir de saia por cima da calça.*

**D. CONCEIÇÃO:** *De saia por cima da calça. Onde se viu?*

**D. VERÔNICA:** *E foi aquela gozação!*

**D. CONCEIÇÃO:** *Nossa foi uma gozação! Aí o Corsini passou a saber disso. Aí ele falou que não, que a calça, que tinha que ir era de calça comprida! Aí ele acabou com o uso da saia!*

**D. VERÔNICA:** *E tinha gente que xingava nós, “por causo delas!” Inclusive essa mulher aqui da foto... [...]É, ela tinha vergonha, porque, nossa naquela época! Essa daqui. Essa daqui também, ela não nós xingou mas ela dizia “Deus me livre! Cruz credo!” Até hoje. E essa daqui, está vendo que ela punha um saco, aqui ó, para tampar porque ela não ficava, ela ficava a vida inteira...[...]e punhava na cintura.[...]Aí, tinha umas que punham aquelas blusonas compridas assim, dizia que era para*

*não mostrar a bunda! Ai nós não! Nós queríamos mais curta. Nós éramos caipira, mas adiantadas. Então, elas falavam “ai, fica mostrando a bunda!” “ai, está de calça! Que jeito que está mostrando a bunda?” Mas não, elas usavam blusa até lá embaixo, sabe.*

Neste diálogo, o patriarcado foi o que determinou a conduta das mulheres. Elas não podiam vestir-se de maneira mais confortável para o trabalho, fato que renderia maior produtividade, já que a saia comprida sempre foi motivo de reclamação, entre as mulheres, por estorvar para trabalhar.

A calça comprida era sinônimo de mostrar o corpo, os contornos, aspectos ressaltados que determinavam sua contestação pelos homens e pelas próprias mulheres, já que o corpo é um dos elementos utilizados para manifestar as relações de poder (BOURDIEU, 1990).

No que tange às mulheres, além de "pegarem o caminhão" sozinhas, foram obrigadas a esconderem o próprio corpo. A indumentária para o trabalho reflete não só a necessidade de se protegerem do sol, mosquitos, cobras e das próprias plantas. O corpo escondido pelas vestes reflete, sobretudo, a necessidade de ocultar a condição de mulher, objeto de desejo dos homens. A obrigatoriedade do uso da calça comprida sob a saia é condição obrigatória para que a mulher suba no caminhão (SILVA, 2000, p. 572)

Detentoras de menores poderes, enfrentaram o controle sobre seus corpos, impostos pela sociedade patriarcal, e mostraram o contra-poder que possuíam. Para tanto, precisaram do aval de um homem – o Corsini, administrador da área – para poderem se vestir da maneira que lhes era mais confortável. Ademais, tiveram que suportar as chacotas por parte dos homens e a censura e agressões por parte de algumas mulheres.

A dominação patriarcal sobre a conduta das mulheres estava sempre presente e sendo manifestada. D. Verônica relata uma humilhação que sofreu de um feitor, que não era o seu, como ela destaca, pelo fato de ela estar usando batom durante o trabalho. Novamente, o controle sobre o corpo e sobre a conduta da mulher aparece. Inicia seu relato

dizendo qual feitor era o mais perverso e contextualiza a cena, descrevendo os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1990), quem tinha o batom, quem já usava, suas ilusões expressadas com o uso de maquiagem para trabalhar.

**D. CONCEIÇÃO:** *Então, nós contamos pra você da calça cumprida, não é? [...] E ele, esse velho, invocou com o batom. A gente levava... Nós éramos assim, como nós dissemos, nós éramos caipiras, mas não era tanto, não é? [...] E a gente se arrumava na roça na hora do almoço... Não, de manhã nós chegávamos, nós arrumávamos... Olha, que ilusão, não é?! Aí nós íamos trabalhar. Aí na hora do almoço nós já estávamos sem maquiagem. Nós almoçávamos, fazia a maquiagem de novo para trabalhar de novo. Passava batom. Aí o velho implicou com o batom. Um dia ela estava..., ele foi lá e mandou ela embora pra casa, não foi?*

**D. VERÔNICA:** *Aí o Seu Luis começou a xingar, falar que deixava batom na caneca, que era porcaria... Porcaria era o cigarro fedido dele. Aí nós tínhamos que agüentar. Aí começou a xingar e elas tiraram. Eu falei: “Ah, desaforo, não estou fazendo nada de errado.” Eu não tirei. Ele chegou perto de mim e falou: “Você está de batom?” Eu falei: “Tô.” “Então a partir de amanhã você está de gancho”. Porque não podia mandar embora porque eu não tinha com quem vim, era longe. Então ele falou: “Amanhã você está de gancho.” Eu falei: “Olha, o que é que aconteceu?!” Aí a hora que desceu do caminhão, pra me humilhar na frente de toda a turma dentro do caminhão, ele desceu do caminhão e falou assim: “Ô, Verônica...” Não sabia falar meu nome, não sabia nem escrever e era feitor. “Ô, Verônica, olha, você está avisada, hein, amanhã você está de gancho.” Falou bem alto pra me humilhar, pra todo mundo escutar... Porque ele não era meu feitor, ele não tinha direito de me pôr de gancho, mas a gente era atrasa na época. [...] Aí eu não liguei, não é? Todo mundo caçoava de mim. Quando foi de noite apareceu essa mulher do escriturário, que é o Alcino que tirou a foto delas. Ela foi lá em casa e falou assim pra mim: “Olha, eu já conversei com o chefe e ele falou para você me ajudar amanhã, porque vai chegar gente na Sede e você vai me ajudar, porque eu não posso ficar sozinha.” Aí eu já tinha chegado em casa e contado pro meu pai, mas o meu pai não era assim pai de qualquer coisinha assim bater. Minha mãe era, mas meu pai não. Aí... eu falei assim: “Olha, D. Nena, eu não posso ir,*

*porque o Seu Luis me pôs de gancho.” Ela perguntou: “Mas por que é que ele te pôs de gancho?” Eu contei pra ela tudo certinho. Ela falou assim: “Não, você vai sim que eu vou conversar com o Dr. Corsini amanhã.” Aí ela fez eu ir, ela passou na minha casa, ela falou... “Você vai, você vai...” E eu fui. Aí quando o Dr. Corsini chegou na cozinha aí ela contou pra ele. Ele falou assim: “Mas só porque você passou batom?” Eu falei: “Só porque eu passei batom. E ele não era meu feitor, quem era meu feitor era o Seu Sebastião.” “Mas ele não tinha esse direito. Você trabalha aqui que você vai ganhar seu dia.” Aí fiquei uns dias lá até terminar a semana para ajudar ela lá. Aí pagou tudo meu dia e ainda ele falou: “De hoje em diante quem quiser vim de batom pode vim, que isso é coisa da mulher...”*

**D. CONCEIÇÃO:** *“é beleza da mulher, você não tem nada que impedir”.*

**D. VERÔNICA:** *Porque ele [Corsini] era assim, ele era bravo com a gente, tudo, mas o que era certo, era certo, ele não era assim tão atrasado. Aí eu sei que... Aí ele ficou pulando, não é, nunca mais ele... chamou atenção por causa disso daí. [...] A minha mãe ficou [brava]. Ela falava: “Onde que se viu?! Na roça não é lugar.” Mas aí depois que ela viu, que a mulher levou lá... Porque se fosse por mim eu ia ficar de gancho, não ia falar nada, porque a gente era boba, não é? Então... aí essa mulher, como ela era mais... mais vivida, mais instruída...[...]. Ela pegou e contou tudo pra ele, falou, e sei que ele ajeitou tudo. Eu sei que o Favoretto ficou com a cara no chão. Eu falei: “Agora é eu que vou rir deles. Eles riram de mim, agora é eu que vou rir deles. Agora liberou então agora eu venho todo dia...”*

A dominação patriarcal sobre a conduta feminina expressou-se por meio da figura do feitor, que proibiu o uso do batom, alegando que sujava a caneca de beber água, muito embora o intuito fosse a dominação da sexualidade feminina. No entanto, D. Verônica revoltou-se e o enfrentou, não retirou o batom, embora soubesse que poderia ser penalizada pela sua atitude. E isso ocorreu. O senhor, que não era seu feitor, colocou-a de ‘gancho’. Mas, a existência de uma mulher “mais instruída”, esposa do escriturário, a possibilitou-lhe receber o dia de serviço. Ou seja, a dominação patriarcal, expressa na atitude do feitor, foi barrada pelo maior poder, em virtude da classe desta mulher, revelada por sua maior

instrução. Posteriormente, as dominações de classe e de gênero uniram-se na figura do gerente da área, o Dr. Corsini, que permitiu o uso do batom pelas mulheres, argumentando que era “coisa da mulher” (SAFFIOTI, 2004).

Reitera-se, sobretudo, que as relações sociais dessas mulheres, nessa estrutura social patriarcal, não significavam que elas não detinham poder e não enfrentavam o patriarca. O exemplo de D. Joana enfrentando a família patriarcal para se casar, assim como os exemplos de D. Conceição e de D. Verônica a respeito do início do uso da calça comprida e da maquiagem mostram que, apesar do poder patriarcal, elas detinham poderes (SAFFIOTI, 2004).

*Se ele xingava, eu xingava também! [...] Eu falava. Às vezes ele chegava, do serviço, e falava pra mim: “cadê as meninas?” Foi lá no salão. Aí: “e você não foi lá olhar as meninas? Vai olhar as meninas, vai, vai”. Porque, ele nunca punha água no, não tinha banheiro, tomava banho de bacia, ele nunca punha água na bacia para tomar banho, era eu que punha sempre, e, e aí eu estava esperando ele vim para pôr a água. Ele falou: “não, não, eu me viro”. Mas quando estava em casa, ele não punha água para tomar banho nenhum não. Era só eu. Não punha comida no prato! Era eu, a mãe dele acostumou assim! Aí eu punha comida no prato. Ele não punha, ele ficava sentado lá esperando! (risos) Depois que eu ia pôr. (D. MARIA, 91 anos)*

Embora o poder das mulheres fosse menor, em razão da hierarquia patriarcal, elas sabiam do poder que tinham, como mostrado no relato anterior, quando D. Maria deixava o marido esperando durante alguns minutos para, somente depois, servir a comida. O conhecimento sobre seus poderes também foi elucidado quando essas mulheres burlavam o sistema patriarcal de controle dos corpos e, conseqüentemente, de suas subjetividades, expressos nos namoros às escondidas nos cafezais, fugas, casamento inaceitável, segundo os padrões estipulados pelas relações sociais construídas naquele momento histórico, e no enfrentamento para usar a calça comprida e o batom.

Outro exemplo desse enfrentamento, do contra-poder e da resistência dessas mulheres ilustrou-se em entrevistas nas quais a memória feminina foi cassada, o que repercutiu no não-dito expresso pela repetição relatada pela narradora, compreendido não como esquecimento, mas como resistência ao dominador (POLLAK, 1989, p. 6).

D. Emília também trabalhou durante muitos anos carpindo café. Morou na colônia do Doze até se casar e era muito amiga de D. Maria. Quando se casou com seu João, mudou-se para a colônia da Reforma, onde ele morava. Seu João era diarista. Foi candeeiro de boi, tratador de porcos, auxiliou na construção da nova sede da fazenda, além de outros ofícios.

Nos relatos, seu João falava sobre o trabalho de diarista (candeeiro de boi, tratador de porco) que realizava, sobre as relações com o administrador e impressões que ele tinha sobre o patrão, enfatizando que nunca fora colono, que esse morava nas colônias e ele, por ser diarista, morava na sede, na colônia da Reforma. D. Emília, entretanto, ao ser inquirida sobre o seu trabalho, se havia trabalhado no café, tinha sua fala cassada, pois seu João respondia prontamente e D. Emília repetia.

*Essa aqui trabalhava a semana inteira na enxada...[...] ali no Doze.(SEU JOÃO, 87 anos)*

*A semana inteira na enxada! [...] no Doze. (D. EMÍLIA, 85 anos)*

Ao ser inquirida sobre o trabalho na casa, seu João novamente cerceou a liberdade da esposa sobre sua memória e sua fala e respondeu, mas se baseando no trabalho que sua mãe realizava, não no realizado por sua esposa. D. Emília reagia por meio do não-dito, expresso pela repetição do que o marido falara, e às vezes, respondia:

*É isso aí que ele está falando.* (D. EMÍLIA, 85 anos)

Essa cassação da memória de D. Emília, de suas lembranças, de seu relato são manifestações do patriarcado e das relações entre os gêneros, tão estruturadas na sociedade que, a um olhar menos atento, aparenta, apenas, que a mulher esqueceu suas lembranças, ou, como declarou seu marido “ela é surda” e precisa, portanto, de um interlocutor.

Surdez, não-dito – formas de resistência, apesar de essas mulheres falarem muito, como ficou explícito nos relatos de D. Maria, D. Antônia, D. Joana, D. Conceição e D. Verônica. E o não-dito, muitas vezes, construiu-se pela falta de escuta, pelo medo de ser punido por aquilo que se diz, ou, pelo menos, de se expor a mal-entendidos.

Além da resistência ao marido, praticada por meio do não-dito expresso pela repetição, D. Emília enfrentava-o, o que se evidenciou em uma das entrevistas. Após disponibilizar um ventilador na sala, D. Emília quis colocá-lo novamente em seu lugar – o quarto do casal. No entanto, seu João, utilizando-se de seu próprio olhar, impediu-a de executar esse ato. D. Emília, sem hesitar, o enfrentou na mesma linguagem. Ele, então, arrancou o fio do ventilador da tomada e o jogou no chão. Calmamente, D. Emília o pegou e, suspendendo o ventilador, levou-o até o quarto.

A distância entre o dizível e esse indizível, manifesta sobre a forma do não-dito, expresso pela repetição, e sobre a forma do enfrentamento, exercido por meio do olhar, separa uma memória subterrânea da sociedade civil dominada – a memória da D. Emília – de uma memória coletiva organizada nos moldes da exploração-dominação das mulheres pelos homens. Percebe-se aqui o aspecto negativo e doloroso da memória coletiva, definida por Halbwachs (1990), que impôs, neste caso, uma forma específica de dominação e violência simbólicas. A memória subterrânea exposta acentuou, sobretudo, o caráter

uniformizador e opressor dessa memória coletiva (POLLAK, 1989, p. 4).

## 2.4. O enovelar do gênero, da raça/etnia e das classes sociais

Seu Antônio, após narrar o sofrimento que enfrentou para poder casar-se com D. Joana, discorreu sobre outros sofrimentos – as humilhações que suportou nos lugares em que trabalhou. D. Joana, antes da realização da entrevista com seu Antônio, já havia adiantado que ele teria muitas histórias para contar – histórias tristes.

Primeiramente, seu Antônio contextualiza sua história e explica a educação que recebeu de seu pai para o entusiasmo pelo trabalho.

*Minha mãe, eu perdi minha mãe eu tinha sete anos. Eu perdi meu pai eu tinha 15 anos. Todo mundo queria nós porque o finado meu pai não alisava nós não, nós tínhamos que trabalhar! Senhora vê, eu tinha oito anos e eu ia para o mato com o meu pai. A lenha que ele cortava eu tinha que amontoar tudo. Só não carregava aqueles paus grossos porque eu não podia. Mas o resto eu tinha que carregar. De tarde ele parava de cortar a lenha e ia empilhar e eu amontoava toda a lenha para depois ele empilhar. Para saber quantos metros ele tinha cortado no dia. Então, a vida era assim. Tinha dia que eu vou falar para a senhora. Se eu contar para a senhora a senhora não acredita! Eu calcei o primeiro sapatão eu tinha 18 anos! Eu andava com o pesão, os dedos ficavam assim (risos) e a vida da gente era, eu não sofri muito não, mas eu tive três irmãos que sofreram demais na mão dos outros, viu! Eu sempre tive sorte, sempre estive na casa de gente boa que, trabalhava sim, mas comia, bebia, tinha aquela roupinha baratinha, mas sempre tinha. Tirava uma para poder vestir, esperava, lavava a outra, depois quando aquela estava suja, vestia aquela. Mas sempre fui tratado muito bem, graças a Deus. A gente sofreu porque no fim, a senhora sabe, filho sem pai é assim: a senhora trabalha a troco da comida. Da comida, da roupinha que veste e assim mesmo não era da boa não. (SEU ANTÔNIO, 86 anos)*

Seu Antônio, novamente tímido, narrando seu trabalho, relata os esforços e as privações em relação ao sapato e às roupas. Entretanto, diz que não sofreu, mas sim seus irmãos; que ele sempre teve sorte, sempre morou em casas de pessoas bondosas, mas

afirma: trabalhava pela comida. Há um silêncio, portanto, sobre o preconceito de raça/etnia, e uma transferência do sofrimento para os irmãos.

O trabalho de lembrar inicia-se lentamente e, em sua memória, começam a florescer os acontecimentos ruins, os quais novamente o farão passá-la a limpo. Em outro momento, seu Antônio reitera seu entusiasmo pelo trabalho, em um relato que se refere, de acordo com a idade fornecida pelo narrador, ao ano de 1936.

*Trabalhei para um português quatro anos e meio, mas eu trabalhava porque naquele tempo eu já tinha uns 17, 18 anos. Serviço que qualquer homem fazia eu fazia também. Eu e um filho dele. Trabalhei com ele quatro anos. Quando foi um dia tinha festa de Santa Luzia<sup>34</sup> aqui, aí, vamos lá, “vai lá na festa!” Sabe quanto que ele dava um mil réis, dois mil réis, naquele tempo era mil réis. Chegava aqui, um amigo nosso aí, comia na casa dele, almoçava, jantava, não tinha hora, hora que chegava tinha o que comer. Então nesse dia de Santa Luzia choveu, mas choveu muito. Aí eu cheguei na casa dos homens, ele estava lá em cima na igreja e descia para a casa do Salvador Antônio, falei “eu vou embora”, aí a mulher dele falou “não, você não vai embora não, você não vai embora não, com esse temporal de que jeito você vai embora? Amanhã cedinho se tiver bom a gente te chama e você vai embora mais cedo, mas pelo menos vai sem chuva.” Aí eu já estava mesmo com vontade de ficar (risos), aproveitei o embalo, fiquei. Quando foi cinco e pouco me chamaram, a chuva tinha parado, me deram café, eu peguei o caminho e fui embora. Quando eu cheguei lá, eu vou falar para a senhora, o português virou uma onça comigo! Virou uma onça comigo e xingou e falou, falou, eu falei “não seu”, ele chamava Francisco Duarte, eu falei “não seu Francisco, não precisa brigar comigo não. Se o senhor acha que não está bom...” Aí ele pegou, em quatro anos e meio, ele pegou 200 mil réis e me deu! Ele falou assim para mim “toma, leva os seus 200 mil réis. Você não ganhou mas eu vou te dar!” aí eu falei assim para ele “bom, se eu não ganhei, o senhor não precisa me dar nada não!” Ele virou malcriado para mim e falou para mim “cala a boca!”, porque português tem esse sotaque feio, “cala a boca que eu te mando a cabeça para as paredes!” Eu falei para ele “o senhor é quem sabe, se o senhor quer bater o senhor bate. Mas se o senhor acha que eu não ganhei, eu não quero!” a senhora vê, o serviço que qualquer homem fazia eu fazia! Quatro anos e meio sem ordenado, bem dizer sem roupa para vestir! Bem dizer eu tinha duas calças e duas camisas. Sai sem um lençol sem nada! Ele me deu 200 mil réis e eu vim para cá [cidade]. Vim aí comprei um cobertor, senão como é que eu ia dormir de noite? E ali fiz um jirau de vara lá, pus umas estacas no chão, fiz umas coisas lá de vara, pus uns capins e dormir ali. E no fim a vida da gente foi sempre*

<sup>34</sup> Padroeira do município de Luiz Antônio.

*assim! A pessoa que, que não tem pai, não tem mãe ou não tem um bom parente ele sofre, viu. Sofre. (SEU ANTÔNIO, 86 anos)*

Neste relato seu Antônio atribuiu o sofrimento e a humilhação vividos ao fato de ser órfão. O preconceito de raça/etnia não foi contestado, como foi em relação à não-aprovação de seu casamento pela família de D. Joana. Novamente, o silêncio sobre o assunto se instaurou. Ademais, houve uma naturalização de sua condição de classe, de seu pauperismo.

Seu Antônio reitera seu esforço no trabalho, ressaltando que, à época do relato anterior, quando era jovem, fazia o trabalho que os homens mais velhos realizavam. Nomeia o fato de trabalhar quatro anos e meio sem receber pagamento de “castigo”.

*Quando não tinha dormente, cortava lenha! Mas o serviço que o freguês fazia, [...] que os homens de 25, 30 anos, 40 anos faziam eu fazia a mesma coisa o mesmo tanto! Em quatro anos trabalhando de castigo assim. E sabe o que ele fazia ainda? O dia de domingo, o dia santo, que naquele tempo falava que era dia santo ninguém trabalhava. A senhora sabe o que ele fazia com nós? Fazia nós carregarmos lenha o dia inteiro para a semana ainda! Naquele tempo não tinha fogão a gás não, tinha fogão a lenha! Ainda queria lenha boa: candeinha, faveiro, lenha boa para queimar! Se trouxesse lenha ruim ainda fazia jogar fora (risos). A gente sofreu muito. [...] Não tinha contrato. A gente trabalhava para empreiteiro! Trabalhava para empreiteiro. Que nem, esse Salvador Antônio ele era fornecedor da Mogiana. Lenha, ele entregava lenha, dormente, mourão, essas coisas. Então cortava lá e trazia e o recebedor, eles tinham um recebedor na Mogiana que vinha receber o dormente, a lenha. Trazia a lenha e empilhava. Fazia aqueles lotes de 50 metros cada um. E o dormente eram 50 dormentes em cada pilha. Então o homem chegava, conferia via se estava bom aí ele pagava para o empreiteiro. E o fornecedor, então o fornecedor pagava para os empregados. A vida sempre foi assim. (SEU ANTÔNIO, 86 anos)*

Conforme foi reconstruindo os fatos atrelados ao seu trabalho, seu Antônio foi, aos poucos, revivendo seu sofrimento e o deixando desabrochar. Primeiramente disse que não havia sofrido “nas mãos dos outros” após o falecimento de seus pais. Apenas seus irmãos.

Com o trabalho de lembrar, foi relatando as dificuldades que passou, assumindo, portanto, que também havia sofrido, que havia trabalhado apenas pela comida, isso em 1936, quase meio século após a abolição da escravatura. As lembranças de seu Antônio, por conseguinte, não afloraram de forma contínua e estável, tanto no relato sobre seu namoro e seu casamento, quanto no relato sobre seu trabalho. Afloraram lentamente em virtude das relações de dominação que vivenciou, com picos de serenidade e de agressividade, talhando aos poucos sua memória, que representou a memória subterrânea (POLLAK, 1989), a qual se opôs à memória oficial, à dos grandes cafeicultores, analisada no primeiro capítulo desta dissertação.

De acordo com a literatura, eram frequentes as atitudes de superioridade, por parte dos imigrantes; neste caso, de um português. Os imigrantes não aceitavam a explanação dos negros e a ela respondiam associando a cor da pele às características depreciativas como estupidez, paganismo, alcoolismo ou preguiça. Objetivava-se mantê-los no lugar que ocupavam, ainda, à época da escravidão (MONSMA, 2004).

O relato de seu Antônio exemplifica tais atitudes dos imigrantes. Seu patrão, um português, não aceitou ouvir a explicação sobre seu atraso. Mandou-o calar a boca, ameaçou surrá-lo e, sobretudo, ofereceu um ordenado ínfimo, ressaltando que tampouco aquilo seu Antônio mereceria.

Neste sentido, é importante ressaltar, que a raça/etnia participa do processo de construção do sujeito, ao lado da classe social e do gênero. Em relação a essa última subestrutura, expressa-se que o sujeito é constituído em gênero; em outras palavras, o gênero não se limita a uma construção sociocultural; é, também, um aparelho semiótico. Sendo assim, a constituição do sujeito por esses antagonismos – raça/etnia, classe social e gênero – esclarece o caráter múltiplo e contraditório do sujeito, muito embora não-

fragmentado. Tais antagonismos enovelam-se, formando um nó, um embaraço que intensifica os resultados dessas contradições compreendidas isoladamente (SAFFIOTI, 1995; 2004).

Por conseguinte, não é interessante homogeneizar o sujeito, no caso de seu Antônio, abolindo suas identidades sociais – homem, negro, órfão, pertencente a uma classe menos favorecida –, pois se suprimiria sua dinâmica; impedir-se-ia que as contradições formuladoras do sujeito relacionassem.

Sabe-se que não é a oposição simples que define o *eu* em relação ao *outro*, por ser relacional a natureza do sujeito, o que possibilita semelhanças e diferenças nas relações sociais. Sendo assim, há nas categorias de raça/etnia diferenças de gênero e de classe social, da mesma maneira em que a classe social comporta diferenças de gênero e de raça/etnia e o gênero compreende diferenças de raça/etnia e de classe social. Logo, na relação de seu Antônio com seu patrão, as subestruturas classe social e raça/etnia determinaram diferenças, que, por serem intoleráveis ao olhar do outro, transformaram-se em desigualdades, determinando uma relação hierárquica. Entretanto, como é freqüente acontecer, homens negros casam-se com mulheres loiras, igualando a relação, já que se eles são inferiores do ponto de vista da raça/etnia, elas também o são em razão da ordem patriarcal de gênero. “Transformam-se em iguais, nas suas diferenças, transformadas em desigualdades” (SAFFIOTI, 2004, p. 31).

Há, ainda, em relação à mulher imigrante italiana, ou descendente, a hipótese de que recusavam o casamento endogâmico justificando que os maridos italianos exigiam-lhes muito trabalho fora da casa, além de as tornarem escravas de suas sogras (MONSMA, et al, 2004). Acredita-se que este era um fator determinante dos casamentos interétnicos, sobretudo, pelo fato de os negros, após a abolição, não deixarem suas mulheres

trabalharem nos cafezais, fato que ficou elucidado nos depoimentos de seu Antônio (HOLLOWAY, 1980 e ANDREWS apud MONSMA, et al, 2004). Reitera, por conseguinte, o caráter relacional, contraditório e multifacetado, embora não-fragmentado, da construção do sujeito.

Após a reconstrução da memória coletiva dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy sobre o trabalho, tomando as relações de gênero e étnico/raciais, apresentar-se-á, no capítulo seguinte, a reconstrução dessa memória por meio dos *lugares da memória* – os espaços físicos das antigas colônias, do antigo armazém e os mapas afetivos. Ademais, serão elucidadas as (re) significações desses trabalhadores e trabalhadoras sobre o espaço da antiga Fazenda Jatahy, agora transformado em um *lugar da natureza*. Apresentar-se-á, ainda, a importância de se ter realizado um *trabalho de enquadramento da memória*, por meio da estruturação do *Museu Itinerante do Jatahy*, para a unificação e o reforço das identidades desses trabalhadores e trabalhadoras.

### **Capítulo III – Os Lugares da Memória**

**Habitar é deixar rastros (Walter  
Benjamin)**

### **3.1 Caminhando e (re)encontrando a memória**

A memória, transmitida e atualizada constantemente pela oralidade, não coube, no processo de transformação da sociedade com a modernidade, nos novos espaços que foram criados; espaços nos quais o passado é escrito globalmente e rapidamente pela história, sendo sempre uma reconstrução problemática e incompleta do que não mais existe. Com isso, surgiu a curiosidade de saber aonde a memória se resguardou e se materializou, encontrar os lugares da memória, lugares que não precisariam existir se nossa memória ainda fosse vivificada (NORA, 1993, p. 7).

Esses lugares alimentam-se do sentimento de que não há mais memória espontânea, de que há necessidade de se criarem datas, pesquisar arquivos, visualizar fotografias ou percorrer os alicerces das antigas colônias da Fazenda Jatahy para a fazer eclodir, de que a memória precisa desse estímulo para ser revivida. Entretanto, se as lembranças que esses lugares da memória defendem fossem vividas, elas não estariam ameaçadas e não haveria a necessidade de construí-los. Ademais, se a história não se apoderasse deles e não os petrificasse, não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

São, portanto, simples e ambíguos, naturais e artificiais; lugares no sentido material, simbólico e funcional da palavra, simultaneamente, mas em diferentes graus. O que os constitui é o jogo entre memória e história, sendo preciso, primeiramente, a vontade de memória. Se esta não existir, deixa-se uma definição estreita e se parte para uma mais maleável, suscetível para aceitar na categoria, todo objeto digno de lembrança. Portanto, sem essa intenção de lembrança, os lugares da memória tornar-se-ão lugares de história (NORA, 1993, p. 22).

Para reconstruir a memória coletiva dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy por meio do trabalho, considerado como categoria de análise e compreendido como o aglutinador e determinador da sociabilidade, decidiu-se, além de reconstruí-la vis-à-vis a recolha de histórias de vida, buscá-la vis-à-vis os espaços físicos da antiga Fazenda Jatahy, hoje demolidos, entendidos como lugares da memória. Para isso, realizou-se com um dos narradores um registro fotográfico sobre as antigas colônias e sobre o antigo armazém, freqüentado pelo bandoleiro Dioguinho. Posteriormente, foi solicitado ao narrador a elaboração de mapas afetivos, isto é, um processo de criação, tomando lembranças revividas, pertencentes ao indivíduo e que não estão presentes em mapas físicos, políticos, econômicos ou fotografias aéreas.

Primeiramente, contactou-se seu José<sup>35</sup>, 56 anos, mateiro, hoje aposentado, que viveu na área da antiga fazenda durante 53 anos. Dois trajetos foram traçados por ele para apresentar as antigas colônias da época da Fazenda Jatahy (Oito, Doze, Reforma, Mato, Divisa e Serra) e a antiga sede, localizada na colônia da Serra, quando a fazenda pertencia à Frederico Branco, proprietário anterior ao Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, no ano de 1925. Após a realização desses trajetos, que totalizaram duas idas a campo, com um espaço de tempo entre uma e outra de duas semanas, seu José elaborou dois mapas afetivos. As lembranças afloradas durante o percurso pelas antigas colônias e sua explicação sobre os mapas afetivos foram gravadas e transcritas. Segue o mapa atual da área da antiga fazenda, hoje dividida em Estação Experimental de Luiz Antônio e da Estação Ecológica de Jataí, onde se encontram representados os trajetos percorridos com seu José, os locais das

---

<sup>35</sup> Reitera-se que o caminhar pelos espaços físicos das antigas colônias foi realizado somente com seu José por dois motivos. Primeiramente, pelo fato de não ter se conseguido conciliar um dia para se caminhar com as duas outras narradoras mais jovens, D. Conceição e D. Verônica, e, em segundo lugar, pela impossibilidade física dos demais narradores e narradoras.

antigas colônias da Fazenda Jatahy, o antigo armazém freqüentado pelo bandoleiro Dioguinho e a cruz do Diogo – que representa o local onde ele sofreu a tocaia e onde está enterrado seu irmão, Joãozinho.

**Figura 6.** Representação esquemática do trajeto realizado com seu José pelas antigas colônias da fazenda Jatahy.

Fonte: Adaptado de MAROTI, 2001

O início do percurso foi na colônia da Reforma (atual colônia da rua de cima, onde se localiza a última sede da fazenda, a do tempo do Conde). Seguiu-se, posteriormente, até a colônia do Oito, a colônia do Mato e finalmente até a Olaria, onde só havia uma casa. No segundo dia, novamente se partiu da colônia da Reforma, dirigindo-se até a colônia da

Serra, descendo até a colônia da Divisa, caminhando até o antigo armazém, onde o famoso bandoleiro da região – o Dioguinho – freqüentava, passando pela colônia do Doze e retornando à colônia da Reforma. Seu José foi interpretando todo o espaço físico: onde e como eram as casas, a sede da fazenda antes de 1925 e a posterior, o primeiro e o segundo terreirão de café, as canaletas que levavam até esses, os tanques, as minas d'água, os caminhos, além de ir relatando suas lembranças, muitas vezes, a memória herdada. Seguem-se alguns momentos desses trajetos. No entanto, não estão expostos na ordem em que foram revividos com seu José.

**Foto 5.** Alicerce do antigo armazém que o bandoleiro Dioguinho freqüentava. Ele foi “tocaçado” no rio Mogi-Guaçu em 1897. Não encontraram seu corpo.



Foto realizada pela pesquisadora, 2003.

*A história que a gente vê falar, que nós andamos perguntado, que ele vivia aqui, num acampamento aí em baixo (nas margens do Rio Mogi-Guaçu). Acampamento era um rancho de primeiro. Era um rancho coberto de sapé, feito de madeira. Então saía daí, ia a cavalo, ia embora lá para cidade, aí eles iam até Cravinhos. [...] Tinha até a toca do Dioguinho, tinha a história lá. Eu não sei como é que era a história. Tem uma fazenda lá que tem as coisas dele ainda. (SEU JOSÉ, 56 anos)*

O falecimento de Dioguinho, Diogo da Rocha Figueira ou Diogo da Silva Rocha, foi descrito em outro estudo, no qual a memória oficial, aquela apresentada em documentos foi trabalhada, analisados como monumentos, ou seja, como construções edificadas de acordo com os interesses da sociedade que outrora detinha o poder (CARVALHO, 1988).

Morreu em 1º de maio de 1897, aos 33 anos incompletos, baleado no peito e na cabeça pela escolta policial que lhe armou cilada, caiu na canoa em que se encontrava nas águas do Rio Mogi-Guaçu, num lugar denominado Pedrinhas, na fazenda Santa Eudóxia, propriedade do então senador Alfredo Ellis (hoje divisa entre os municípios de Luiz Antônio e São Carlos) a nordeste do Estado de São Paulo (CARVALHO, 1988, p. 2)

No dia em que Diogo sofreu essa tocaia, ele estava junto com seu irmão mais novo – João Dabney –, há dias escondido com o canoeiro em um rancho de sapé improvisado na beira do rio, armado e esperando a melhor oportunidade para fugir (CARVALHO, 1988, p. 3).

As estacas do rancho foram fincadas à margem do Rio Mogi-Guaçu, num lugar denominado Pedrinhas (hoje divisa entre os municípios de Luiz Antonio e São Carlos), próximo ao porto Escaramuça, da Linha Fluvial Paulista, na Fazenda Santa Eudóxia, também chamada Cunha Bueno, de propriedade daquele político. Era um rancho de sapé com duas camas, uma grande para Diogo e Joãozinho, amarrada de cipó, afofada com sapé, coberta com um mosqueteiro em cone, onde os dois rezavam ajoelhados todas as noites (CARVALHO, 1988, p. 72)

As lembranças de seu José sobre o bandoleiro representam o que Pollak (1992) denomina de “acontecimentos vividos por tabela”, que são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual o indivíduo sente-se pertencer. Esses acontecimentos são aqueles que a pessoa pode não ter vivenciado, mas que, em seu imaginário, estão tão enraizados que ela acredita que viveu. Pode-se dizer que a esses acontecimentos somam-se todos aqueles eventos que não se encontram no espaço-tempo de uma pessoa ou de um

grupo (POLLAK, 1992, p.201). Pode haver, também, por meio da socialização política ou histórica, uma identificação tão intensa com determinado passado que é possível falar em uma “memória herdada”. Há acontecimentos regionais que marcam tanto uma região ou um grupo, que sua memória é transmitida ao longo dos séculos com um altíssimo grau de identificação. O mesmo acontece com pessoas, personagens freqüentadas por tabela, que se transformam quase que em conhecidas, até mesmo aquelas que não viveram no espaço-tempo do indivíduo (POLLAK, 1992, p. 202).

O bandoleiro Dioguinho é uma personagem cuja história foi transmitida, e continuando, por várias gerações. Na região dessa antiga fazenda, todos conhecem sua história. Alguns se referem a ele como um bandoleiro sanguinário, outros como uma pessoa que, apesar de matar, ajudava quem era necessitado (MAROTI & SANTOS, 2001, p. 213). Há aqueles que, como relatou seu José anteriormente, revivenciam a história do bandoleiro destacando que ela não é do seu tempo, elucidando a multiplicidade de tempos, que ela lhe foi contada, como também relataram seu João, outro narrador deste estudo, que trabalhou na Fazenda Jatahy como candeeiro de boi, tratador de porco e outras funções e que hoje vive na cidade de São Paulo, e seu Vitor, neto do Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle.

*Eu não conheci, meu pai conheceu. Eles falavam... Que tem um capão de mata na beira do rio, que eles falavam, puseram o nome de Capão das garrafas. Você ia lá estava cheio de caco de garrafa, que eram aqueles, eles acampavam lá! A turma do Dioguinho. Acampavam ali. Cheio de garrafa, até hoje eu acho que tem lá! Mas não é do meu tempo. E depois, tem uma cruz dele lá, mas não mataram ele, mataram o irmão dele! Ele não mataram. O irmão dele. Mas não é do meu tempo. Dioguinho, era amigo dos fazendeiros! [...] ele roubava terreno dos outros...ia tirar depois? Ele matava! [...] era liso, que era fogo! Era o Lampião, Lampião paulista! Mas não conhecia não. Já era outro tempo. [...] Os fazendeiros tudo gostavam dele! Ele se escondia na casa dos fazendeiros! (SEU JOÃO, 87 anos)*

*Ele [Conde] só falava do Capão das garrafas lá no Jataí, que era lugar onde o Dioguinho ficava. Deixava as garrafas lá. Também eu era criança! Ele [Conde] morreu eu tinha 11 anos, eu não me lembro. Mas os meus tios falavam do velho Luiz Antônio, que era o sogro dele [Conde], que era daqui, [...] que o Luiz Antônio ele fez um, uma espécie de trato que se o Dioguinho não mexesse com ele, ele não ia mexer com o Dioguinho. O velho Luiz Antônio, esse era violento! Ele deixava filho pelado no meio do mato, caçava a doidado, entrou pelado uma vez em Ribeirão Preto atrás de um veado (SEU VITOR, 76 anos).*

Carvalho (1988) ressalta que o círculo de relações sociais de Diogo com homens, econômica e politicamente poderosos na escala social, era extenso e se organizava em uma corrente de elos que a ela Dioguinho ligava-se circunstancialmente, embora se caracterizassem em contatos oportunos como relação entre os que se serviam de seu trabalho (CARVALHO, 1988, p. 36).

Um dos contatos mais perenes é com o fazendeiro Antonio Fernandes Nogueira<sup>36</sup>, conhecido por Tatuca. Este próspero pecuarista, cafeicultor e produtor de madeira (vendida às ferrovias), era proprietário no fim do século de quase um quinto do atual município de São Simão e era em suas terras que Dioguinho tinha morada mais freqüente e fazia pastar suas cabeças de gado (CARVALHO, op. cit., p. 36).

Carvalho (1988) lista outros nomes de fazendeiros a quem Dioguinho servia, entre eles Luiz Antonio Junqueira (Coronel que deu nome à cidade de Luiz Antônio e que era sogro do Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, proprietário da Fazenda Jatahy), e Quinzinho Junqueira (provavelmente o Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira), além de outras famílias como os Nogueira, os Guedes, os Oliveira, os Santos, os Ribeiro etc. (CARVALHO, 1988, p. 42).

---

<sup>36</sup> De acordo com o estudo de Carvalho (1988) e o comparando com a Ação de Divisão do Imóvel Cafundó de 1928, há indicativos de que este Antônio Fernandes Nogueira seja o pai de Manoel Augusto Fernandes Nogueira, condômino que solicitou a divisão do imóvel Cafundó apresentada no capítulo 1 desta dissertação.

Há, também, relatos de pessoas como seu Onofre, morador de Luiz Antônio que se conheceu durante a realização da pesquisa de campo e com quem se mantiveram algumas conversas informais preciosas pela memória compartilhada, que disse ter conhecido Dioguinho e que esse “não era muito grande não!”. Ou outro como seu Juvenal, narrador deste estudo, que disse, que era “molecote” quando Dioguinho vivia no rio Mogi-Guaçu e, ainda, há o relato de seu Antônio, também narrador, que não acredita que Dioguinho morreu pelo fato de não terem encontrado seu corpo. Tais relatos expressam um grau de identificação com a história desse bandoleiro tão grande que acreditam ter vivenciado e os fazem duvidar da morte do tão temeroso bandoleiro.

*O Dioguinho, Deus que me livre! Eu era molecote, o Dioguinho morava aqui na beira do Mogi aí. Eu conheço tudo a aldeia deles lá, eu conheço tudo a aldeia deles. Tinha um irmão dele que morreu, não é? Tinha o Dioguinho e o João. Na delegacia de São Simão tem o álbum lá.[...] Porque o rio desce, depois o rio faz um remanso aqui e entrava no rio outra vez. Muitas águas. E ali era onde que o Dioguinho fazia aquela palestra. Ali tinha aquelas aldeias ali... E gengibre, gengibre nascia na beira do rio, onde que eles ponhavam pinga, misturava e ele fazia as ordens. E o irmão dele foi matado lá. Muita gente eu levei lá na cruz, uma cruz de madeira que era numa panela. Muita gente eu levei lá na cruz. [...] ele [Dioguinho] sumiu! Ele pintava aqui. Aqui tinha uma figueira grande, naquela pracinha onde que tinha aquela fonte ali [centro da cidade], ali tinha uma figueira que tampava de rua a rua. E tinha um que tocava Oito Baixo, e aí nego tocava Oito Baixo e o coro comia, tocava Oito Baixo e o coro comia. São Simão... Aqui tinha umas fazendas desse lado aqui... eu esqueci o nome delas, era a aldeia deles. É, foi muito ruim. (SEU JUVENAL, 89 anos)*

*Antigamente o café era tudo transportado ali [Porto Jatahy].[...]E ali antigamente era o esconderijo do Dioguinho. Dioguinho e Tatuca. Tatuca era o nome do homem. Os dois valentões da nossa zona aqui eram eles. Eles falaram estava falado. Então era, o Dioguinho ficava escondido lá. E esse Tatuca ia lá para Ribeirão, as correspondências vinham de Ribeirão, vinham a cavalo! Então, quando ele chegava, ele dava um sinal, dava um tiro ou qualquer coisa para ver se podia chegar lá. Se o outro desse o sinal lá que podia ele chegava, senão não chegava. Porque o outro ia se*

*esconder, que ele era procurado. Inclusive, a turma disse que mataram ele lá, mas eu não acredito não! Não, eu não acredito. Porque ele desapareceu que nem vivo, nem morto ninguém sabe onde é que está o Dioguinho. Então a gente fica indeciso, não sabe se morreu mesmo ou se caiu no rio. Ninguém sabe o que aconteceu. Mas ele foi atirado lá nesse porto velho lá. Ele estava na canoa, no fim a canoa rodou, parece que ela rodou de rio abaixo, e ele desapareceu. Agora ninguém sabe o que pode ter acontecido. Não sabe se ele morreu, se ele fugiu. Ninguém achou nada! Então é, a historia deles é essa. (SEU ANTÔNIO, 86 anos).*

**Foto 6.** Cruz do Diogo localizada na Lagoa do Diogo na atual Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio/SP.

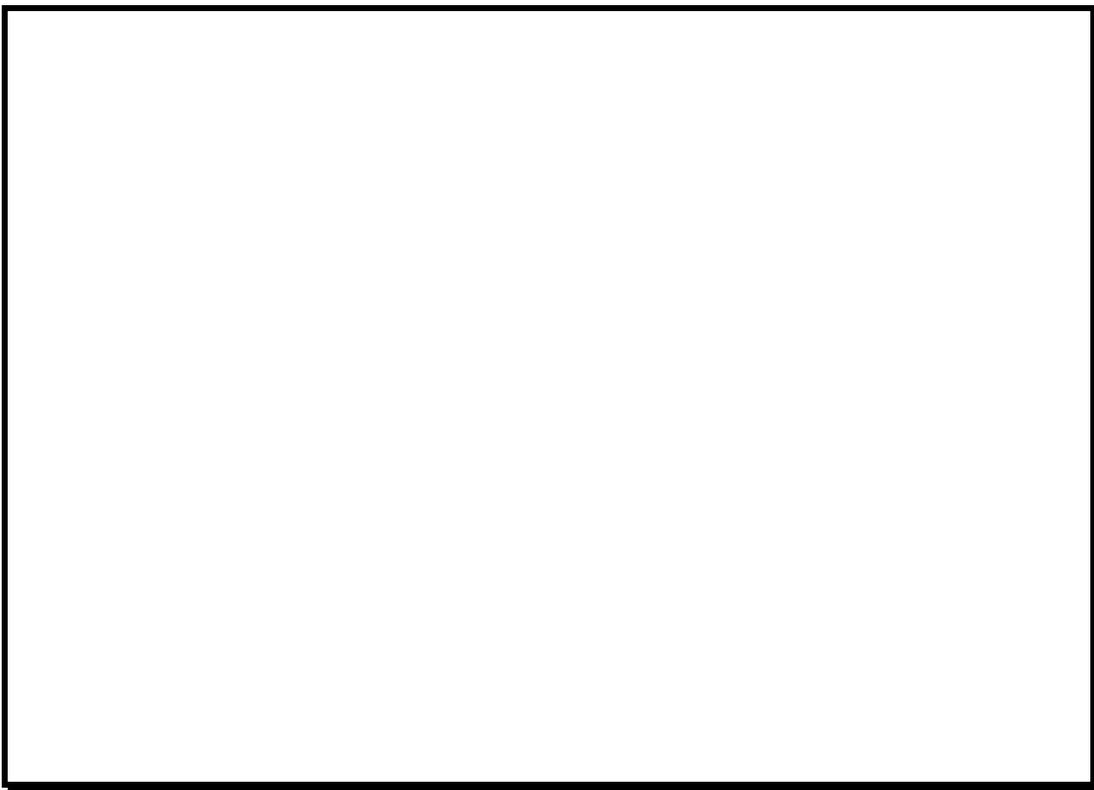


Foto de Paulo Sérgio Maroti, 1998.

Há, ainda, aqueles como seu Paulo Lopes Garcia, violeiro e compositor de Santa Rosa do Viterbo que morou durante muitos anos em Luiz Antônio e faleceu em 2003, que compôs uma moda de viola relatando a tocaia que Dioguinho sofreu. Maroti (2002) conheceu essa música durante sua pesquisa de doutorado realizada na Estação Ecológica de Jataí, cuja letra se apresenta a seguir.

## Alma do Diogo

Me contou um morador  
Da Fazenda Jataí  
Diz que tem uma assombração  
Na barranca do Mogi  
Diz que a alma do Diogo  
Tá vagando por ali

Lá se avista uma canoa  
Subindo sem remador  
Ela encosta no barranco  
Pertinho do Beija-flor  
Foi ali neste afluente  
Que o Diogo se acabou

Em volta da sua cruz  
Se ouve forte gemido  
Deve ser alma penada  
Deste valente bandido  
Matava pra ver o tombo  
Mas um dia foi vencido

Há muitos anos passados  
Este fato aconteceu  
Foi num grande tiroteio  
Que o Dioguinho morreu  
Sua alma ficou penando  
E o corpo desapareceu

Paulo Lopes Garcia (compositor)

Martins (1975) analisa duas modas de viola históricas sobre a vida e a morte do bandoleiro Dioguinho – “Os crimes do Dioguinho” e “A morte do Dioguinho”<sup>37</sup>. O autor mostra que mesmo em composições que, aparentemente condenam, mais enfaticamente, o réu, existem momentos importantes onde mostram que a tragédia não é da vítima inicial, mas sim do réu. Dioguinho inicia suas barbáries quando presencia o esbofeteamento do seu irmão mais novo por um adulto, fato que leva Dioguinho a sucessivas violências, destinando-o ao crime. Em uma emboscada no rio Mogi-Guçu, no encontro com a polícia, Dioguinho, com seu irmão, faz um apelo para a Nossa Senhora e desaparece no rio. Para Martins (1975), no começo e no fim do seu destino, de acordo com as duas modas de viola, Dioguinho integra-se positivamente nos valores éticos da porção da sociedade que o canta e não daquela que o persegue.

A tragédia diz respeito, à primeira vista, a quem vem no primeiro plano, mas há sempre um segundo plano em que estão colocados o personagem, o acontecimento e a moral principais. Trata-se de um recurso de dissimulação que permite a um só tempo falar a linguagem moralmente dominante, na qual se abriga a ética dos que exploram, e a linguagem dos humilhados e oprimidos, que, embora aceitando o enquadramento da primeira, julgam-se e justificam-se pela ética que se expressa na segunda. Há uma violência passiva que responde à violência principal através da forma da narrativa cantada ao pontear da viola (MARTINS, 1975,158).

Essas lembranças sobre o Dioguinho relatadas pelos narradores, em forma de música e registradas em livro, dissertação e tese, mostram o entrecruzamento da memória com a história (HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 2003).

A História é a reunião dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens e ela somente começa a ser escrita quando acaba a tradição, momento no qual se

---

<sup>37</sup> Autoria de Aldo Benatti, Anacleto Rosas Jr. e Serrinha, com Serrinha e Caboclinho, gravações Continental (MARTINS, 1975, p. 158).

decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, não há necessidade de fixá-la por escrito. Entretanto, essa história escrita abrange um período muito maior do que a memória, que se limita ao seu grupo ou ao indivíduo. Ademais, a história elucida a distância em que se está daquele que escreveu e daqueles que ela descreve, o que não acontece com a memória, pois a lembrança de tal fato se dá por identificação com o grupo, embora quem lembre seja o indivíduo (HALBWACHS, 1990, p. 80-84).

À medida que se continuava o percurso pelas antigas colônias, casas, caminhos, córregos que existiam e que secaram, o que ocorreu, de acordo com seu José e com outros narradores e narradoras, após a plantação do eucalipto durante a administração da Companhia Mogiana e intensificada durante a do Estado, lembranças foram aflorando e tecendo vagarosamente a memória individual.

**Foto 7.** Antiga sede na serra antes de 1925, quando a fazenda pertencia ao senhor Frederico Branco. Localizava-se mais ao alto do terreno de café.



Foto de Paulo Sérgio Maroti, 2001.

*Pegava daqui, desse canto aqui, e ia até aquele outro esteio lá, aquele pau. Aqui já era a saída da porta da cozinha e, a da porta da sala a entrada era lá. [...] Na lateral de lá. [...] Hoje vai fazer uma casa eles fazem coluna de concreto. Antigamente as colunas eram esses esteios aí. [...] Aroeira. Então a parede saia partindo deles. Fazia um tipo de uma amarração [...] Tem quatro (esteios). E os outros aqui acho que... [...] E os outros aqui acho que andou quebrando, acho que andou arrancando quer dizer, tirando aí. (SEU JOSÉ, 56 anos)*

Entretanto, a memória individual aflorada reportava-se à memória coletiva. A memória é coletiva na medida em que ela tira sua força e sua duração do fato de ter como suporte um conjunto de indivíduos – um grupo –, isto é, a memória coletiva constitui-se no grupo; e ela é individual na medida em que quem lembra é o indivíduo, não o grupo (HALBWACHS 1990, p.51). Tanto a primeira quanto a segunda são construções sociais e ambas são seletivas. Não são todos os acontecimentos que ficam gravados. A memória coletiva, vivendo no interior de um grupo, é atingida pelas mudanças da evolução de seus membros e depende da interação desses (BOSI, 1979, p.332).

Caminhando pela antiga colônia da Serra, onde ficava a primeira sede da Fazenda Jatahy, apresentada na foto anterior, à época do senhor Frederico Branco, seu José relatou que a conheceu ainda quando criança, época em que subia até lá para passear. Participou de algumas rezas nesse local. Quando começou a trabalhar na fazenda, em 1965, época em que o Estado já havia comprado a área, iniciou na plantação de pinos e eucaliptos. Seu José ajudou a demolir a antiga sede e a colônia da Serra.

Na antiga sede, relatou ainda que um empreiteiro havia morado nessa casa e que aquele plantava arroz. Confundi-se com as datas em um primeiro momento, pensando que isso acontecera em 1963, 1964. Inquirido sobre a existência dessa antiga sede nessa época, já que se pensava que com a construção da sede nova na época do Conde, a antiga tivesse sido demolida, seu José corrigiu-se, dizendo que o ano foi 1966, apoiando-se em outra

lembrança, a de que ele havia se escondido alguns anos depois de uma geada nesta casa junto com outros colegas de trabalho. Seu José relatou que, quando construíram a sede nova, na colônia da Reforma, donde o nome, porque reformou a fazenda, a sede antiga foi mantida.

*Em 68, 69, no mês de setembro, caiu uma geada, foi quando plantou esses eucaliptos aí. Nós estávamos até limpando os eucaliptos. Nós escondemos do frio nessa casa aí! Lembro disso aí! [...] Já era do Estado, mas ainda existia essa casa, porque eu entrei para trabalhar em 65, nós vínhamos aqui nós escondíamos de chuva nessa casa. [...] Foi demolida essa bem depois. [...] foi os pedreiros aqui da reserva [Estação Ecológica de Jataí] mesmo que demoliram. (SEU JOSÉ, 56 anos)*

A memória é uma construção social e o ato de rememorar acontece estimulado pelos chamados quadros sociais da memória, pelos espaços, sons, cheiros e sabores, como aconteceu com seu José. Halbwachs (1990) não institui o espaço apenas no sentido físico, mas, também como lugar simbólico. Para ele, as imagens que ficam dentro desses quadros sociais são as lembranças. E essas têm um significado, uma marca para aquele que lembra, têm um conteúdo simbólico, que define o espaço, os quadros sociais da memória.

O fato de seu José ter ido às antigas colônias fez florescer cenários, sons, cheiros e sabores vividos em um momento anterior, que ao serem interpretados foram reconstruídos, mas não da mesma forma que ele vivenciou no primeiro momento, pois o passado é recontado de acordo com o momento presente. Existe toda uma dinâmica de tempos vividos. Parte-se do presente para se refazer os fatos vividos. De acordo com o momento presente, a pessoa reconstrói seu passado, criando imagens. Quanto pior for o momento presente, melhor será a reconstrução do passado (HALBWACHS, 1990, p.71-72).

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras

reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p. 71).

É preciso salientar que esses quadros sociais estão interligados ao tempo, sendo o tempo concebido como tempo múltiplo, variado, ou seja, uma multiplicidade de tempos. Existe o tempo concebido pela história e o tempo vivido, experienciado, que é relatado pelos narradores e narradoras, definido com suas marcas. Não há uma cronologia com a história, pois os marcos são outros, são os do indivíduo e dos grupos aos quais ele pertença, como: casamento, nascimento ou morte de algum familiar.

No caso de seu José os marcos de seu tempo vêm da sua interação com o espaço de fora da casa, da plantação de eucalipto que ainda não havia e que, posteriormente, ele ajudou a formar, com a natureza, a geada. E isso porque a memória é o campo onde as lembranças ocorrem. Pessoas que viveram o mesmo fato podem trazer interpretações diferentes e até contraditórias, pois há uma distinção de classe social, de gênero (HALBWACHS, 1990, p.75).

Próximo a essa antiga sede, existe um tanque pertencente a essa casa. Há outros mais distantes que faziam parte da colônia da Serra e das outras colônias. Sempre que se encontrava algum tanque, seu José tecia comentários sobre esse espaço estritamente feminino, conforme se apresentou no capítulo anterior.

Nesse tanque da antiga sede seu José relatou que o mesmo foi reformado pelo empreiteiro que plantava arroz, que havia arrendado uma parte de terra, já pertencente ao Estado, para cultivar tal plantação. Seu José explicou que, após a retirada do café, arrendaram essas áreas para diferentes cultivos: arroz, milho, algodão, sempre plantadas em parceria com o Estado, e que, somente em 1970, introduziram cana no entorno da estação experimental.

**Foto 8.** Tanque da antiga sede da Fazenda Jatahy (antes de 1925)



Foto realizada pela pesquisadora, 2003.

O cultivo de arroz era realizado nas lagoas marginais do Rio Mogi-Guaçu, nas áreas de várzeas. Seu José relata que seu pai nunca plantou arroz, porque era retireiro. Eram os colonos que cultivavam. Segundo Martins (1979), no contrato de colono estava previsto o cultivo de culturas intercalares ao café. Quando não cultivavam nos cafezais por esses estarem velhos, plantavam-nas em áreas baixas, terrenos não apropriados para a cultura do café. Os gêneros produzidos desse consórcio eram, em grande parte, para a subsistência da família do colono (MARTINS, 1979, p. 83).

O pai de seu José exerceu o ofício de retireiro tanto na época em que a fazenda pertencera ao Conde, quanto quando já pertencia à Companhia Mogiana. Seu José apresentou a “ficha pessoal e fé de ofício”<sup>38</sup> de seu pai à época em que trabalhara para a Companhia Mogiana.

---

<sup>38</sup> Ver anexo.

Tais lembranças sobre o tanque reformado, os diferentes tipos de cultivos, o trabalho exercido pelo seu pai fizeram “reflorestar” outras lembranças, a do ano em que seu pai se casou, elucidando o vai-e-vém da memória na reconstrução das lembranças. Esta característica deve-se ao fato de a memória não seguir a cronologia da história, mas possuir marcos pessoais (HALBWACHS, 1990).

*Meu pai, meu pai casou em 21![...] Ele casou aqui, lá naquela casa, o meu avô morava lá naquela casa que eu falei para você [na colônia do mato]. A Ana lembra, a Ana foi no casamento dele! [...] Pergunta para ela.. A Ana era criança![...] Pergunta para Ana, ela te conta.. (SEU JOSÉ, 56 anos)*

**Foto 9.** Antiga colônia do mato onde o avô do seu José morava



Foto realizada pela pesquisadora, 2003.

A Ana a quem seu José se refere é D. Ana, antiga secretária da estação experimental, que se aposentou em 2002. Neste relato, seu José ao dizer para se confirmar com D. Ana o casamento de seu pai, busca uma reafirmação para a sua memória, já que a

memória coletiva “entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (BOSI, 1979, p.333). A memória coletiva, vivendo no interior de um grupo, é atingida pelas mudanças da evolução de seus membros e depende da interação desses. Entretanto, é o indivíduo quem recorda. Ele é quem memoriza e, dentre as lembranças do passado a que tem acesso, pode guardar para si alguns objetos que só para ele têm significado, embora façam parte das lembranças comuns do grupo ao qual pertence (BOSI, 1979, p.333).

As lembranças afloradas em seu José, de pessoas – vizinha, pai, mãe, avô, colegas de trabalho –, remeteram-no à memória social (HALBWACHS, 1990). Ao mesmo tempo em que se percorriam as antigas colônias, caminhos, córregos e tanques imagens de uma sociabilidade que existiu assumiram formas e foram talhadas como mapas afetivos.

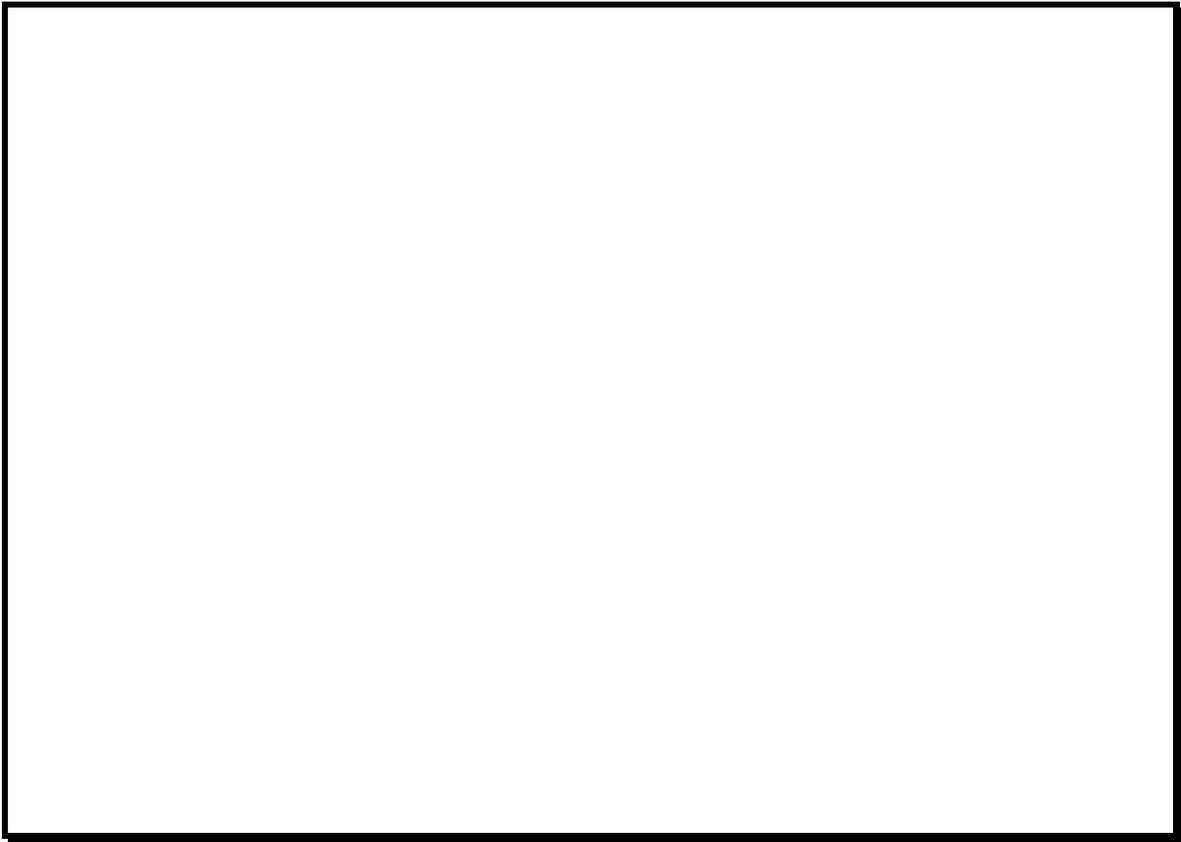
Após o percurso pelas colônias, retornou-se a casa em que seu José morava, na época em que era funcionário do Instituto Florestal, localizada na colônia da rua de cima, antiga colônia da Reforma, na Estação Experimental de Luiz Antônio, para ele elaborar seus mapas afetivos.

Os mapas, sejam eles físicos, climáticos, hidrográficos ou econômicos, são representações bidimensionais para as quais pesquisas foram realizadas. Os mapas afetivos, por outro lado, são lugares da memória. São criações de lembranças revividas pelo indivíduo, tanto de territórios que representaram múltiplas atividades de trabalho, de moradia, de lazer, de festa, de religiosidade, quanto de pessoas ou momentos. Com os mapas afetivos recolhem-se impressões não obtidas em um mapa físico ou econômico, como lembranças de pessoas que lá se encontravam, atividades realizadas, som, cheiros e sabores. Entretanto, os lugares e fatos não são reconstruídos como foram vividos no

passado, pois são criados e desenhados com base em elementos do tempo presente (COVEZZI, 2000, p. 157).

Os dois mapas afetivos elaborados pelo seu José lembram desenhos de criança. O primeiro relaciona-se a sua infância, quando ele morava na atual colônia da rua de baixo, antigamente chamada de colônia da Reforma. Seu José representou dois patinhos do mato que ficavam na represa que havia acima dessa colônia. De acordo com a data citada por ele, seu José tinha entre 11 e 19 anos. Relata que começou a trabalhar com 16 anos, na formação dos viveiros de eucalipto. A partir dessas informações, pode-se constatar que essa represa com os patinhos fez parte da infância de seu José até os primeiros anos em que ele começou a trabalhar.

## Mapa Afetivo I



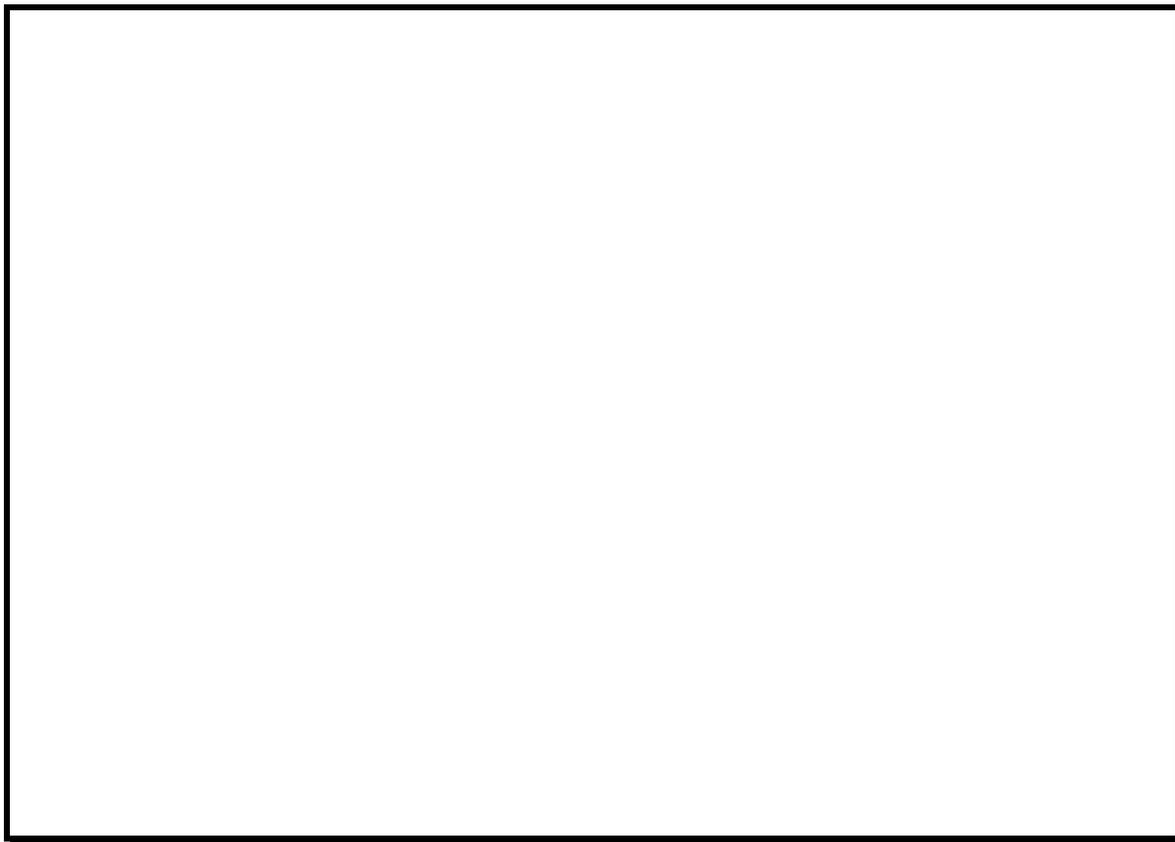
Fonte: Seu José, 2003.

*Dois patinhos e um rio. Eles ficam dentro d'água. [...] Isso daí é na represa que tinha aí. [...] Aqui em cima. Tinha uns patinhos do mato. [...] Aqui para cima da minha casa aqui. [...] Ai, chamava represinha só. [...] Quando tinha bastante água, em 60 e... 60 até 68 tinha bastante água. [...] Eu morava lá em baixo. [...] Na colônia de baixo. (SEU JOSÉ, 56 anos)*

O segundo mapa afetivo relaciona-se com suas experiências atuais, como auxiliar de pesquisa, como ele se autodenomina. Seu José representou uma trilha no mato por onde anda com os outros pesquisadores, uma cobra cascavel, o capim e os pés de fixeira. Essa trilha fica na Serra, perto do antigo armazém, que o bandoleiro Dioguinho freqüentava, e ele a percorre sempre com os demais pesquisadores em busca de alguma espécie de planta,

animal, inseto ou réptil. Nela ele encontra, com frequência, cobras, principalmente cascavel e jararaca.

### Mapa Afetivo II



Fonte: Seu José, 2003.

*Aqui é uma trilha, que a gente anda na mata. Aqui é a mata, capim e a cobra passando. [...] Uma cascavel. [...] Essa trilha aqui é a que nós fizemos na Serra. [...] Da Serra não, lá da casona. [...] Casona lá do... o armazém lá em cima. [...] É, aqui é o capim. E aqui os pés de fixeiras que tem do lado para cima... [...]E nós andamos nesse capim aqui. (SEU JOSÉ, 56 anos)*

**Figura 7.** Foto aérea, de 2001, da Colônia da Rua de Cima e da Colônia da Rua de Baixo, que compunham a Colônia da Reforma. Representação esquemática dos locais do Mapa Afetivo I, do Mapa Afetivo II e das antigas colônias

Fonte: Adaptado da foto aérea disponível em <[www.lapa.ufscar.br](http://www.lapa.ufscar.br)> Acessado em 11 jan. 2005

Os mapas afetivos refizeram, reconstruíram, por meio das lembranças individuais, percursos da vida de seu José em dois momentos distintos: um que já não existe e, portanto, que ele não mais percorre – a represa com os dois patinhos – e que marcou a passagem da

sua infância para a idade adulta, quando começou a trabalhar, já que se reporta aos anos de 1960, 1968, sendo que começou a trabalhar em 1965. O outro ele ainda percorre, sempre de maneira diferente – a trilha na serra onde, freqüentemente, encontra cobras – e que marca seu momento atual, de auxiliar de pesquisa, embora agora esteja aposentado, o que ocasionou a sua saída da Colônia da rua de cima, antiga Colônia da Reforma, na Estação Experimental de Luiz Antônio, impedindo-o de residir na casa em que vivia.

Esses mapas afetivos foram importantes para a memória de seu José por possibilitarem dar vida às suas lembranças individuais, pois se tratam de representações que, para outros indivíduos, certamente não terão tanto valor, ou até mesmo identificação. Constituem-se em lugares da memória, justamente por esta não ter mais um espaço para florescer, muitas vezes, um grupo para compartilhar, assim como os espaços das antigas colônias. Em ambos, lembranças de um trabalho passado e de uma sociabilidade, que existiu, puderam aflorar (NORA, 1993, p. 21).

Contudo, tais lembranças desabrocharam e puderam ganhar um lugar da memória, representadas tanto nos mapas afetivos, como nos espaços das antigas colônias, a partir da memória sensitiva, na medida em que seu José foi retalhando e desbravando aquela mata e os espaços físicos das antigas colônias, os quais o estimularam reviver pessoas, cenários, acontecimentos e a sociabilidade que existira. Silva (2005) também estimulou a memória sensitiva, tomando uma oficina de argila, realizada com moradores e moradoras de um assentamento da região de Ribeirão Preto, vindos, em sua maioria, de Minas Gerais e do Nordeste. Por meio dessa oficina, tais moradores e moradoras reviveram suas experiências e relataram suas lembranças quando (re) manusearam a argila, confeccionando peças como vasos, pratos, moringas e botijas.

Proust (1998) relata suas lembranças afloradas da revivescência de sensações causadas pelo sabor da *madeleine*, do ruído da colher no prato, da releitura de um livro.

Juntamente com essas lembranças, surge um sentimento de felicidade, de que a recordação faz, de repente, “respirar um ar novo”, certamente por ser um ar anteriormente respirado. Um ar mais puro que não traria essa sensação profunda de renovação, se não o tivesse respirado em um momento anterior, “pois os verdadeiros paraísos são os que perdemos” (PROUST, 1998, p. 152). E Proust (1998) procura a causa desse sentimento de felicidade trazido com as lembranças.

Ora, essa causa, eu a adivinhava confrontando entre si as diversas impressões bem-aventuradas, que tinham em comum a faculdade de serem sentidas simultaneamente no momento atual e no pretérito, o ruído da colher no prato, a desigualdade das pedras, o sabor da *madeleine* fazendo o passado permear o presente a ponto de me tornar hesitante, sem saber em qual dos dois me encontrava; na verdade, o ser que em mim então gozava dessa impressão e lhe desfrutava o conteúdo extratemporal, repartido entre o dia antigo e o atual, era um ser que só surgia quando, por uma dessas identificações entre o passado e o presente, se conseguia situar no único meio onde poderia viver, gozar a essência das coisas, isto é, fora do tempo (PROUST, 1998, p. 152).

Ademais, tal memória sensitiva está inter-relacionada ao tempo incorporado que, no decorrer da existência, a realidade, ao ser vislumbrada, não pôde ser aplicada à imaginação, “devido à lei inevitável em virtude da qual só é possível imaginar-se o ausente” (PROUST, 1998, p. 153). No entanto, o passado é redescoberto ao ser neutralizada essa lei, sendo possível brilhar a mesma sensação tanto no passado, permitindo à imaginação gozá-la, como no presente, no qual o abalo efetivo dos sentidos, pelo som, pelo contato ou pelo cheiro, proporciona aos sonhos o que são desprovidos de ter e, desta maneira, se pode obter, isolar e imobilizar, o que anteriormente não se apreendera, o tempo em seu estado puro (PROUST, 1998, p. 153). Foi esse tempo, em seu estado puro, que seu José conseguiu imobilizar nos seus relatos e mapas afetivos, com o auxílio da sua memória sensitiva imbricada no seu tempo incorporado.

Pode-se dizer, ainda, que essas lembranças de seu José emergiram devido à memória involuntária, ocasionada por lembranças que o deixaram em dúvida sobre a realidade atual do seu eu; que trouxeram lembranças, que não aflorariam voluntariamente, privando-o da liberdade de escolher entre elas e o obrigando a aceitá-las da maneira como lhe vieram. Portanto, o modo improvisado como ressurgiram as lembranças e a sensação que lhe causaram são os indicativos da verdade do passado ressuscitado, pois se percebeu o esforço para aflorarem, fazendo sentir a alegria do real recapturado (PROUST, 1998, p. 154-158).

Todas essas lembranças de seu José, advindas tanto do percurso em um antigo espaço que ele (re)vivificou, como nos mapas afetivos, representaram, por fim, a memória subterrânea que, sendo parte das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, à memória nacional, que se em um momento anterior era a dos grandes fazendeiros de café e de companhias de estradas de ferro, hoje é a da preservação da biodiversidade, memória que igualmente representa um lugar da memória, ou melhor definido, um *lugar da natureza*, hoje também privada de se manifestar e mercantilizada, como se discutirá no subitem seguinte (POLLAK, 1989).

### 3.2 Do trabalho ao não-trabalho e a memória enquadrada

A memória coletiva dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy reconstruiu-se. O trabalho, como o fio da memória que se desenrolou, trouxe à cena a sociabilidade de outrora. Descortinou-se a memória subterrânea não registrada nos documentos, o trabalho, a sexualidade e o contra-poder femininos, como também se criaram os lugares da memória. No entanto, um elemento ainda não subiu ao palco: atualmente, quais são as (re) significações sobre aquele espaço agora denominado Estação Ecológica de Jataí e Estação Experimental de Luiz Antônio, espaço que num momento anterior era privado, por se constituir nos seus lugares de morada e de trabalho, e agora é público, por pertencer ao Governo do Estado de São Paulo, mas é, concomitantemente, privado, por ser regido por leis que os proibem de nelas adentrar?

*Um dia eu e o meu tio andamos tudo aquilo ali. Na ponte do Beija-flor tinha uma entrada, agora acabou tudo. Tinha uma entrada num barranco que era só areia! Um pedaço. Nós íamos almoçar, tomar café tudo ali e vê o rio passar. Está com três anos que eu fui lá para ver e fiquei besta do mato que está lá! Só tem o rancho do Horácio. Mas no mais... (D. JOANA, 78 anos)*

*Ih veio tanta família de lá da fazenda, mudou para cá... [...]porque a, a fazenda não tinha mais serviço, sei lá. Então ficou pouco. Daí uns tempo, fazia pouco tempo já que tinham cortado todo o café. Quando tinha o café tinha muito serviço, mas depois, depois não tinha serviço. [...]Aí começaram a plantar eucaliptos. Ai deu serviço para os mais novos, tudo... Amassar barro... [...]Para pôr nos balainhos para plantar muda de eucalipto. [...]Um tempo era café, depois passou para eucalipto(risos). Acabou os cafês e ficou os eucaliptos. É, então iam tudo trabalhar com 12 anos. Minha Verônica... com 12 anos também foi... amassar barro para... [...]Trabalhou bastante lá (D. MARIA, 91 anos).*

Retomando a categoria de análise trabalho e reiterando que esta não se trata apenas do dispêndio de energia física e mental, mas, também, do elemento em que se baseiam e se

refletem as relações sociais, que se configura na relação fundamental da existência humana, isto é, no que há de mais particular na existência social – na totalidade – e que por esse seu caráter de essência não se desvincula o trabalho da natureza, na medida em que sendo a condição humana e sua gênese, o trabalho guia a ação física por meio da capacidade reflexiva do indivíduo e age sobre a natureza transformando-a e se transformando em uma humanização-naturalização (MARX, 1991; SILVA, 1998), partilha-se que:

Os aspectos relacionados ao uso social dos recursos naturais, bem como suas conseqüências para os ecossistemas envolvidos, devem ser compreendidos como partes integrantes de totalidades concretas, em que, além das relações de propriedade, também as formas de produção social sobre esses recursos, os modos de regulação de seus usos e a construção histórica das necessidades sociais de consumo assumem posições centrais de análise (MARTINS & VALÊNCIO, 2003, p. 29).

Tomando-se os relatos dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da antiga Fazenda Jatahy, sobre o significado daquela área atualmente, é possível verificar que não a identificam mais, justamente pelo fato de não mais haver o trabalho, o elemento norteador da existência social. Há, em seu lugar, a preservação da biodiversidade, que, segundo as leis ambientais que regem aquela categoria de unidade de conservação, deve ser em seu grau máximo, isto é, como denomina Diegues (1996), uma natureza intocada.

*Desmancharam tudo! Nós morávamos perto de um poste. Descendo, nós morávamos naquela casa. E o João Velho mora na outra. Nós éramos vizinhos. Depois, para baixo, morava a D. Carmela, morava não sei mais quem, não tinha um vão, morava o Gustinho, pai da Cida Costa, depois minha mãe morava ali também, depois o Artur casou morou lá também. E é assim. Terra gostosa! Mas acabou. O Oito [colônia] diz que acabou tudo! Lá onde nós morávamos era uma casa boa, onde o Alcides, nós morávamos lá que eu fugi também [falou baixo], era uma casa boa! Lá no sabugueiro. E o córrego que era longe. Era como daqui lá naquela casa lá. Mais longe! Porque era descida. (D. JOANA, 78 anos)*

*Agora eu não sei, mudou tudo. Depois que nós saímos de lá eu fui só uma vez...na igreja, na missa...Eu fui na missa! E um dia eu fui com os meus filhos lá que ele me levou, falou “mãe vamos dar umas voltas lá na fazenda?” Que tinha muita flor, sabe. Era tempo das flores...ali para cima, para baixo...do escritório, da sede tinha aqueles pés de ipês, aqueles pés de ipês. Sabe aquelas flores lindas! Ele me levou. Até tirou fotografia das flores lá. Foi eu, ele, a Lurdes e as meninas deles, elas foram. Foram dois carros! Depois foi lá para baixo, para a beira do rio! [...]Nós descemos lá em baixo...[...]Nós descemos na represa, da represa descemos assim...[...]Aí, aí nós fomos na cruz, na cruz do Diogo, mais perto lá não dava para chegar porque choveu, ela estava, tinha muitos buracos. [...]Aí nós ficamos sentado ali...[...]Está tudo diferente, os matos, criou muito mato! Primeiro era bonito, era tudo limpinho! A gente ia lá, andava lá para baixo, era tudo limpinho! [...]Agora é só mato! Primeiro era limpo. A gente descia lá para baixo. Eu trabalhei muito para aqueles lados também...(D. ANTÔNIA, 91 anos)*

No entanto, essa natureza intocada (DIEGUES, 1996), que não possui para as antigas trabalhadoras e trabalhadores da Fazenda Jatahy os atuais significados a ela atribuídos, como o de desenvolvimento sustentável<sup>39</sup>, na medida em que possuía um valor de uso atrelado, principalmente, às plantas medicinais, atualmente representa um *lugar da natureza* devido ao alto índice de desmatamento existente no Estado de São Paulo. Poucos hectares de florestas naturais não tiveram sua biodiversidade apagada; sobraram algumas áreas naturais apenas em parques, estações ecológicas e reservas florestais. Contudo, assim como o trabalho e como a terra, esses *lugares da natureza* foram transformados em mercadoria.

Todavia, se partimos das determinações simples (gerais e particulares) que dão sentido e significação às totalidades concretas, observamos que, do mesmo modo que ao ser transformado em mercadoria o trabalho se torna simples fonte indeterminada de produção de valor, a natureza, sendo seu par inevitável, ao ser mercantilizada, também é desvinculada de seus

<sup>39</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido é “satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Definição estabelecida em 1987 pelo Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das nações Unidas (ONU). Disponível em < <http://revista.fapemig.br/palestrasinternasdet.php?codpalestra=20> >. Acessado em 10 de nov. 2005.

significados sócio-culturais para restringir-se ao *input* na produção de valor. Enfim, trabalho e natureza passam a ser reificados em formas sem história, ou seja, adquirem a aparência de fatores *úteis* no processo produtivo, mas sem relações de conteúdo formativo nem condição distinta nos modos de interação social (MARTINS & VALÊNCIO, 2003, p. 32).

A natureza, hoje transformada em áreas de preservação subdivididas em “áreas de preservação de uso indireto”, como as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques, e de “uso sustentável”, como as reservas de desenvolvimento sustentável, as reservas extrativistas ou as áreas de preservação ambiental, essas últimas menos restritivas do que as primeiras no que tange ao acesso aos recursos naturais, não é somente compreendida como biodiversidade, isto é, variedade de formas de vida, mas em áreas de preservação valoradas por suas riquezas genéticas, por suas plantas medicinais com valores de troca para a indústria farmacêutica, por seus atrativos para o ecoturismo e por seu papel de “sumidouro de carbono” (LEFF, 2003, p. 4). Ademais, o discurso disseminado do desenvolvimento sustentável, que reitera que se deva pensar globalmente e agir localmente, na medida em que se injeta nas culturas locais um discurso economicista do crescimento sustentável, disfarçado sob o slogan do “nosso futuro comum”, não considera nesta sustentabilidade o que deveria ser respeitado, as singularidades locais – diferenças, história, relatividade (LEFF, 2003, p. 15). E a população está ciente dessa transformação da natureza em mercadoria e, como se esclareceu nos relatos anteriores, desse descaso com as singularidades locais.

*Era uma fazenda que era uma floresta aquilo ali. Acabou tudo, o governo tomou aquilo ali e virou uma anarquia, perde culturas boas..., acabou tudo em pau. [...]É uma reserva. [...]E o que é que vale aquilo? Não vale nada! Aquilo é uma coisa que... Para o governo aquilo não serve, não é verdade? Aquilo lá [...] fazer aquilo ali, plantar aquelas pausadas, aquelas cultura boa... Aquilo é uma judiação! Deixar lá o cerrado, aquelas culturas [...] muito grande, [...] Hoje é pau nesse meio de mundo*

*aí, abandonado aí. Abandonado não, aí tem muitas coisas ruins. [...] É porque ali um aproveita do outro, um vira, rouba do governo, ninguém sabe, o governo não está sabendo de nada. O governo não sabe de nada, não sabe, o governo não sabe de nada. Tem muita coisa que o governo... Vem um, passa a mão, vem outro, passa a mão... Têm tudo essas coisas.*  
(SEU JUVENAL, 89 anos)

Atentando para estes fatos e visando à atenuação dos conflitos<sup>40</sup> existentes entre a população, que residiu na Fazenda Jatahy e a legislação que rege esta área de preservação<sup>41</sup>, personificada na administração da Estação Ecológica de Jataí, foi estruturado, em 2003, o projeto *Museu Etnográfico da Fazenda Jatahy*<sup>42</sup> em parceria com a Associação Ambiental Amigos do Jatahy<sup>43</sup>.

Em um primeiro momento, o objetivo era realizar um Museu Etnográfico da Fazenda Jatahy na antiga casa do Conde Joaquim Augusto, localizada na Estação Experimental de Luiz Antônio (EELA), área que faz divisa com a Estação Ecológica de Jataí (EEJ). A idéia era reconstruir o modo de vida dos antigos colonos e colonas, com seus

---

<sup>40</sup> A população que residiu na área, como ficou esclarecido em seus relatos, freqüentam-na, muito embora seja proibida sua entrada. Os antigos moradores e moradoras conhecem a área com tanta precisão que sabem por quais caminhos “alternativos” podem seguir e não serem notados. Muitas vezes adentram a área apenas para relembrar as marcas apagadas. Outras, para visitar a cruz do Diogo, como relatou uma das narradoras deste estudo. E há ainda os casos em que as pessoas adentram a área para pescar ou caçar.

<sup>41</sup> Esta unidade de conservação estadual, assim como as demais, tanto as municipais, quanto as estaduais e federais, são regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SUNC, lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e pelo decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.

<sup>42</sup> O Museu Itinerante do Jatahy foi um projeto enviado ao “Programa Juventud. Servicio Voluntario Europeu”, da União Européia, por meio da Agencia Nacional Española. Tal projeto foi idealizado pelos membros da Associação Ambiental Amigos do Jataí à época, dentre os quais: Ranquinho, Sebastião, Carlos, Adriano, Quilma, Luís Ruiz, Ricardo, Carmen Andriolli e Paulo Maroti. Obteve-se apoio financeiro da Acción Solidária y Cooperación da Universidad Autónoma de Madrid. Reitero meus agradecimentos à voluntária Maria Villarino Perez, que nos auxiliou durante o desenvolvimento do projeto de outubro de 2004 a abril de 2005.

<sup>43</sup> Organização não-governamental criada em fevereiro de 2001, no município de Luiz Antônio, por alunos e alunas da Universidade Federal de São Carlos, que realizavam seus trabalhos de graduação e pós-graduação, das áreas da Ecologia e das Ciências Sociais, na Estação Ecológica de Jataí, e por munícipes de Luiz Antônio, São Simão e de Santa Rosa do Viterbo. O objetivo dessa organização não-governamental é apoiar projetos que visem a preservação da biodiversidade, da história e da cultura da Estação Ecológica de Jataí. Objetiva-se, sobretudo, difundir as pesquisas científicas realizadas nesta unidade de conservação à população de Luiz Antônio/SP e dos demais municípios que compõem o entorno da referida área, buscando o diálogo e a participação dessas populações nas relações e decisões atreladas à Estação Ecológica de Jataí. A pesquisadora

móveis, utensílios pessoais e de trabalho, existentes em um depósito da EELA, bem como valorizar a história e a cultura locais, visando à inclusão de tais temas no plano de manejo da EEJ<sup>44</sup>. Neste sentido, o intuito era minimizar os conflitos já existentes com a população que viveu na área à época da Fazenda Jatahy.

Esse projeto foi enviado, por meio da Associação Ambiental Amigos do Jataí, ao Programa Juventud. Servicio Voluntário Europeu, da Univesidad Autónoma de Madrid/Espanha, tendo sido aprovado. Entretanto, por divergências com a conduta administrativa do diretor responsável pelas áreas da EEJ e EELA, foi decidido não estruturá-lo na antiga casa do Conde Joaquim Augusto. Neste contexto, foi idealizado o *Museu Itinerante do Jatahy*.

Esse museu constituiu-se em uma exposição de fotografias itinerante com o intuito de ressaltar a importância da história e da cultura desta antiga fazenda cafeeira, assim como desta região do Estado de São Paulo, reforçando as identidades dos antigos trabalhadores e trabalhadoras, além de proporcionar aos estudantes daquele município a possibilidade de aprenderem/compreenderem a história do Brasil por meio da história local. Tais fotografias foram recolhidas para a presente pesquisa com os narradores, que as cederam para suas reproduções.

Quinze painéis<sup>45</sup>, com três fotografias cada um em média, foram expostos em ordem cronológica, iniciando no final do século XIX, quando a Fazenda Jatahy pertencia à Frederico Branco, cujas únicas marcas que restaram foram tijolos com as iniciais FB,

---

deste estudo e o pesquisador Paulo Sérgio Maroti integram esta organização não-governamental desde sua fundação.

<sup>44</sup> Plano de Manejo, segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

seguindo pela história do antigo Porto Jatahy e do bandoleiro Dioguinho, chegando a época do Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, atravessando o período da Companhia Mogiana e finalizando com a memória da biodiversidade, reiterando seu caráter de *lugar da natureza*.

A estruturação do museu, desde a coleta das fotografias com os narradores deste estudo até a finalização do itinerário percorrido, totalizou oito meses. A exposição percorreu cinco escolas públicas, o Departamento de Educação e Cultura do município, a Associação de Convivência e Recreação dos Idosos de Luiz Antônio (ACRILA) e a Indústria Votorantin Celulose & Papel entre março e abril de 2005.

---

<sup>45</sup> Alguns desses painéis são apresentados a seguir.

**Figura 8.** Cartaz de divulgação do *Museu Itinerante do Jatahy*, realizado entre os meses de março e abril de 2005.

**Museu Itinerante do Jatahy**



**Exposição de Fotos  
Fazenda Jatahy**

**Dias:**  
 04 à 06/03 ACRILA (8 às 17h)  
 12 à 17/03 Escola Técnica Municipal de Química (9 às 21h)  
 19 à 23/03 Escola Municipal Roberto Brayn (9 às 21h)  
 24 à 31/03 Escola Estadual Arthur Pires (9 às 21h)  
 02 à 07/04 EMES Profa. Zilda (9 às 17h)  
 09 à 14/04 EMEI (9 às 17h)  
 16 à 20/04 Departamento de Educação (9 às 17h)  
 25 à 29/04 VCP (9 às 17h)

**Realização:**

**Apoio:**





Associação de Convivência e Recreação dos Idosos de Luis Antônio  
ACRILA

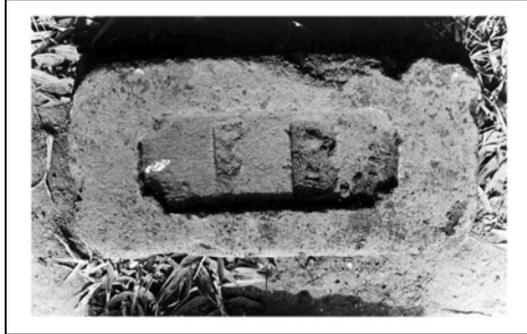
VCP



Fonte: Arquivo da Associação Ambiental Amigos do Jataí – Aja, 2005.

### Figura 9. Paine 1 - Museu Itinerante do Jatahy

➤ Século XIX. Fazenda Jatahy pertencia à Frederico Branco



Frederico Branco, 2001



Antiga sede, 2001



Antigo terreirão  
de café, 2001



Dioguinho, 2001

### Figura 10. Paine 2 – Museu Itinerante do Jatahy

➤ Século XX. Fazenda Jatahy pertencia ao Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle (1925-1945)



Fazenda Jatahy, 2001



Conde Joaquim A.  
Ribeiro do Valle, 2004



Condessa Genoveva  
Junqueira, 2004



Família Ribeiro do Valle, 2004

**Figura 11. Painel 3 – Museu Itinerante do Jatahy**

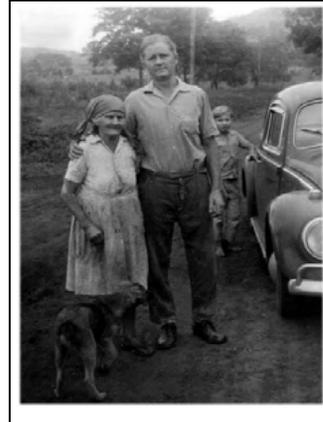
➤ Século XX. Fazenda Jatahy pertencia ao Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle (1925-1945)



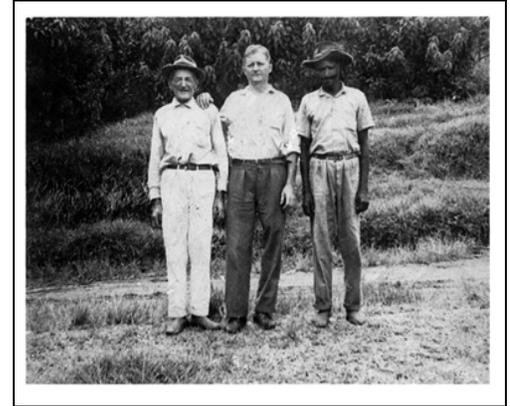
**D. Marianinha**  
Filha do Conde, 2004



Família Penha (administrador), 1960



Colonos, 1960



Colonos, 1960

**Figura 12. Painel 4 – Museu Itinerante do Jatahy**

➤ Século XX. Fazenda Jatahy pertencia à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1945-1959)



Companhia Mogiana, 2001



Retireiro Geraldo André, 1960



Colonos. Colônia da Reforma, 1960



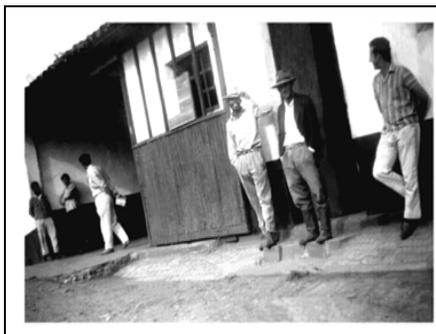
Terreirão de café (da época do Conde), 1970

### Figura 13. Painel 5 – Museu Itinerante do Jatahy

➤ Século XX. Fazenda Jatahy foi transformada em Estação Experimental (1959-1982)



Viveiro de pinos, 1960



Escritório.  
Ao centro, administrador, 1960



Desnatadeira, 1960



Colônia da Reforma.  
Escadaria da Sede, 1960

### Figura 14. Painel 6 – Museu Itinerante do Jatahy



Escola.  
Colônia da Reforma, 1960



Primeira Comunhão, 1960



Colônia da Reforma, 1970

**Figura 15. Painel 7 – Museu Itinerante do Jatahy**



**Colônia da reforma.  
Mulheres no eito, 1970**



**Campeonato de futebol  
Colônia da Reforma, 1970**

**Figura 16. Painel 8 – Museu Itinerante do Jatahy**



**Campeonato de futebol  
Colônia da Reforma, 1970**



**Madrinhas do futebol  
Colônia da Reforma, 1970**

### Figura 17. Painel 9 – Museu Itinerante do Jatahy

- Século XX. Parte da antiga Fazenda Jatahy foi transformada em estação ecológica (1982 - atual)



Lobo-Guará, 2001



Foto aérea. Lagoa do Diogo, 1999



Antigo tanque.  
Colônia do Mato, 2004

### Figura 18. Painel 10 – Museu Itinerante do Jatahy



Colônias da rua de Cima e da Rua de Baixo (antiga Colônia da Reforma), 2001



Colônia da Rua de Cima  
(antiga Colônia da Reforma), 2004



Igreja.  
Colônia da Rua de Cima, 2004

Em cada local de exposição, lembranças floresceram, graças a essas “muletas da memória”, bem como emoções transpareceram. Alguns choraram, outros se aglutinaram em “rodinhas”, compartilhando a memória revivida. Dessa forma, novas lembranças foram descortinadas. Vizinhos, amigos, colegas de trabalho, patrão, momentos de festas, de religiosidade, de tristezas e espaços de sociabilidade tomavam conta do ambiente e mais emoções vinham à tona, grande parte aquelas atreladas às lembranças de alguns familiares, como os pais.

Nas escolas, as crianças, muitas delas, netas ou bisnetas das antigas trabalhadoras e trabalhadores, desconheciam a história da Fazenda Jatahy. Limitavam-se à história do bandoleiro Dioguinho e ao “meu avô/avó morou aí”. Os professores, principalmente aqueles cujos pais e avós também viveram na fazenda, realizaram atividades de “contar a história da fazenda”. Tal trabalho igualmente se praticou por um dos narradores deste estudo – seu José – que permaneceu durante todos os dias das exposições ao lado dos painéis, explicando cada foto para as crianças, reconstruindo, assim, a todo momento, sua memória. Seu José também compartilhou o trabalho de lembrar nos outros lugares da exposição, passando a limpo sua memória e se constituindo no guardião da memória, na medida em que os visitantes solucionavam suas dúvidas em relação ao local, período ou integrantes das fotografias, bem como faziam questão de relatar suas lembranças a ele.

**Foto 10.** Museu Itinerante do Jatahy. Seu José relatando aos alunos as histórias da Fazenda Jatahy.

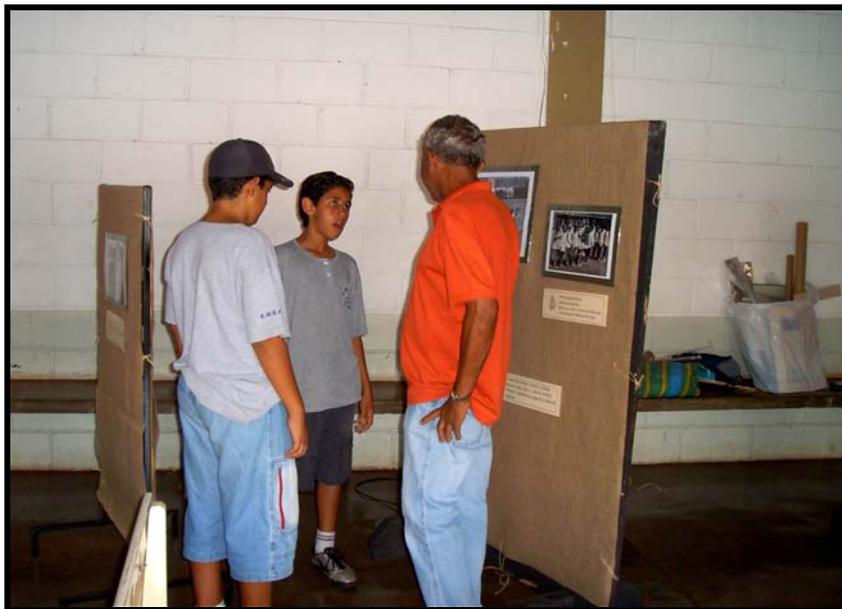


Foto de Maria Villarino Perez<sup>46</sup>, 2005.

**Foto 11.** Museu Itinerante do Jatahy.



Foto de Maria Villarino Perez, 2005.

---

<sup>46</sup> Engenheira agrônômica, que veio como voluntária, pelo Programa Juventud. Servicio Voluntario Europeu, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha/União Europeia, trabalhar no projeto do Museu Itinerante do Jatay, financiado por este mesmo programa.

O *Museu Itinerante do Jatahy* constituiu-se, por conseguinte, num trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1992, p. 206-207), de manutenção, unidade, continuidade e de organização da memória, a partir do qual as identidades dos diferentes grupos constituintes de antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy foram reconstruídas e reforçadas. Por meio do *Museu Itinerante do Jatahy*, num diálogo entre as pesquisas produzidas pela Ecologia e as produzidas pelas Ciências Sociais, os saberes acadêmicos decorrentes de tais pesquisas foram traduzidos à sociedade, edificados em uma práxis-conhecimento e política.

## Considerações Finais

A dissertação intitulada “Nas entrelinhas da história, memória e gênero. Lembranças da antiga Fazenda Jatahy (1925-1959)” visou à reconstrução da memória coletiva dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da Fazenda Jatahy, considerando o trabalho como a essência determinante da sociabilidade, que outrora existira. Para tal reconstrução, a metodologia da história oral – histórias de vida, relatos orais e diálogos – foi imprescindível. Retirou de trás das cortinas histórias, que trouxeram novos elementos e que (re) significaram a história dessa fazenda cafeeira. Construiu, com a utilização de diversas técnicas de pesquisa, um diálogo com as demais fontes – os documentos, as fotografias e os mapas afetivos, reconstruindo a memória coletiva, muitas vezes a subterrânea, daqueles trabalhadores e trabalhadoras.

Analisando documentos, a Ação Possessória de 1924 e a Ação de Divisão do Imóvel Cafundó de 1928, apresentada no Capítulo I, foi evidenciada a transformação da terra em mercadoria, manifesta tanto nas transações de compra, venda, permuta, herança, dação, quanto na sua constituição como “*enjeu*” nos conflitos entre os grandes fazendeiros e, também, entre eles e os posseiros, fato que ocasionou muitas mortes, a mando de coronéis, realizadas por bandoleiros como, por exemplo, o Dioguinho que, na sombra deste processo de transformação da terra em mercadoria, apareceu como o “desarranjador” da ordem, muito embora, na realidade, mantinha a ordem estabelecida pelo poder desses grandes coronéis.

Do mesmo modo, os documentos evidenciaram o processo de concentração da terra relacionada à fragmentação das propriedades com as vendas, dações dos lotes de herdeiros e, também, com a crise da cafeicultura após a grande geada de 1918, como foi resumido no

fluxograma. Neste, foi possível verificar que, de acordo com as datas mencionadas, a concentração das terras realizou-se em um período de 38 anos, isto é, levando-se em consideração a baixa expectativa de vida à época, efetivou-se em menos de uma geração. Em outras palavras, a estrutura agrária daquela região praticamente já nasceu concentrada. Ademais, as melhores terras, as de primeira categoria, concentraram-se nas mãos dos mais poderosos, que, devido ao poderio econômico que possuíam, elucidado na contratação de advogados, peritos, engenheiros e demarcadores, tinham a lei a seu serviço – a “*res publica*” era definida e ratificada no espaço privado, em suas propriedades.

A relação entre a história registrada nos documentos e as memórias relatadas, tanto as memórias subterrâneas, das colonas e colonos, quanto a memória oficial, relatada pelo neto do Conde Joaquim Augusto, mostrou que, muito embora a memória oficial registrada nos documentos e relatada pelo neto do Conde Joaquim Augusto e as subterrâneas, reconstruídas pelos antigos trabalhadores e trabalhadoras, se mostrarem distintas, evidenciaram-se suas interdependências.

Nas memórias coletivas dos antigos colonos e colonas – a memória subterrânea – inúmeras histórias, com imagens diferentes apresentadas sobre o Conde Joaquim Augusto e acontecimentos afluíram e, sobretudo, desabrocharam memórias coletivas de outros grupos aos quais esses colonos e colonas pertenceram, diferentemente da história apresentada pelos documentos, que elucidou uma única memória, a dos grandes cafeicultores, ressaltando seu poderio econômico e político, com seus períodos muito bem delimitados. Entretanto, essas memórias coletivas dos vários grupos que se descortinaram (re) elaboraram a história dos grandes cafeicultores, essa contada nos documentos, oferecendo-lhe outros elementos e novos significados, construindo, assim, outra história.

Ademais, tais memórias subterrâneas foram importantes para trazer à tona as identidades desses grupos, conseqüentemente, reforçando suas memórias.

Tomando-se fontes iconográficas e sua interação com as histórias de vida, relatos orais e diálogos apresentadas no Capítulo II, reconstruiu-se a memória coletiva das antigas trabalhadoras da Fazenda Jatahy, compreendendo seus trabalhos, como experiências nos espaços público e privado, o que possibilitou verificar a complementaridade entre vida e trabalho dessas trabalhadoras. Tal complementaridade foi construída pelo conjunto de relações vivenciadas, definidas pelos papéis e atributos sociais estruturados/(re)estruturados naquele período. Compreender o trabalho desta maneira trouxe as marcas desses atributos, conseqüências das suas experiências como trabalhadoras rurais, descendentes de imigrantes italianos.

De acordo, ainda, com a forma anteriormente concebida de trabalho, pôde-se observar que, por mais que as mulheres realizassem mais tarefas do que os homens, elas não tinham a mesma igualdade social, no sentido dos gêneros e, mais especificamente, do patriarcado. No entanto, o trabalho não foi a causa dessa diferenciação, pois ele era apenas seu reflexo, mas sim todo um conjunto de símbolos, que estavam/estão imbuídos e emaranhados no tecido social, não somente em relação ao patriarcado, mas também nas relações entre os gêneros, regida pela lei do pai. Por conseguinte, havia/há uma universalização/naturalização dessa diferenciação.

Neste contexto, é importante salientar que as relações de gênero sob o patriarcado não são relações que dizem respeito apenas à esfera particular, privada, doméstica. Tão-somente são relações atreladas a uma ideologia presente nas idéias de alguns sujeitos. Ao contrário, são relações que perpassam todas as esferas sociais e são impregnadas de elementos concebidos e reais, que refletem, assim como determinam, a realidade. Reitera-

se, portanto, a importância dos estudos sobre o patriarcado e sobre gênero para desmistificar essa universalização/naturalização de tais diferenças culturalmente construídas e convertidas em desigualdades.

Trazer à cena o caso concreto da história de trabalhadoras rurais, tirando o véu encobridor de seus trabalhos, tecendo suas transitoriedades entre o espaço público e o espaço privado, apresentando o tempo preenchido, revelando o enfrentamento sob a forma da fuga, do uso da calça comprida, do batom ou do olhar que remete à ação, exibindo a resistência e o contra-poder empodera essas trabalhadoras. Sem esquecer da historicização de seus trabalhos, publiciza-se o patriarcado e se desmistifica seu caráter a-histórico, eterno, invisível e imutável, na medida em que se elencam sua construção e suas reconstruções, de acordo com os interesses momentâneos e elucidam os contra-poderes dessas antigas trabalhadoras rurais.

No que tange às relações étnico/raciais, os diálogos entre os membros do casal que vivenciaram os traumas advindos da não-aceitação do casamento interétnico, que fizeram passar a limpo todo esse sofrimento vivido, e que estimularam revivificar outras relações de preconceito étnico/racial, foram importantes na medida em que descortinaram o *nó* constituído pelas subestruturas/antagonismos gênero, classe social e raça/etnia. Logo, trouxeram à cena o caráter relacional, multifacetado e contraditório da construção do sujeito, embora não-fragmentado, mostrando a importância de não se homogeneizar o sujeito.

Finalmente, tomando-se os diálogos entre os *lugares da memória*, espaços das antigas colônias, do armazém, dos mapas afetivos, e as histórias de vida, relatos orais e as (re) significações do *lugar da natureza*, edificou-se a reconstrução da memória dos antigos trabalhadores e trabalhadoras. Para tanto, a memória sensitiva, como um alfinete espetando

as imagens, os sons, os cheiros e os sabores de outrora, possibilitou revificar a sociabilidade, que existiu nas antigas colônias, muitas vezes trazendo as marcas pessoais da memória.

Este diálogo possibilitou revificar, ainda, a história do bandoleiro Dioguinho, elucidando o alto grau de identificação que há com essa personagem, fazendo alguns acreditarem que vivenciaram as “misérias” deste bandoleiro. Outros, no entanto, desconfiarem de sua morte, afirmando que Dioguinho não faleceu, mostrando que atrás do pano encobridor “facínora”, há a imagem do destemido, que sobrevive a tudo, imagem próxima a de um herói, o que fez com que este bandoleiro se transformasse em mito incorporado à memória.

O diálogo (re)significou, sobretudo, o atual *lugar da natureza*, que em uma relação dialética, constituiu-se também no *lugar da memória*. Após o descortino das memórias desses antigos trabalhadores e trabalhadoras e da reconstrução de sua memória coletiva, sem a aceitação da dissociação trabalho-natureza por acreditar que são irreduzíveis, não existindo um sem o outro, houve, graças ao trabalho de enquadramento da memória, do *Museu Itinerante do Jatahy*, a unificação, o reforço e o estímulo à continuidade da identidade dessas antigas trabalhadoras e trabalhadores, mostrando que, muito embora a mercantilização da natureza, as singularidades, a história e a cultura dos colonos e colonas da antiga Fazenda Jatahy devem ser considerados.

Este trabalho de enquadramento da memória edificado no *Museu Itinerante do Jatahy* constituiu-se, sobretudo, em uma forma de traduzir as pesquisas acadêmicas, realizadas pela Ecologia e pelas Ciências Sociais, em um diálogo entre essas áreas do saber, para a sociedade como práxis-conhecimento e política.

## GLOSSÁRIO

<b>Balanceiro:</b>	indivíduo que pesa mercadorias, gêneros ou similares em armazém, alfândega
<b>Campeiro:</b>	tocador de campa ou sino
<b>Candeeiro de boi:</b>	indivíduo, geralmente de pouca idade, que segue à frente do carro de bois guiando os animais
<b>Carroceiro:</b>	aquele que conduz carroça ou indivíduo que faz fretes com carroça
<b>Corote:</b>	barrilete para transportar água
<b>Creolina:</b>	nome comercial de um preparado antisséptico que contém sabão de resina e creosoto
<b>Embornal:</b>	saca em que se dá cevada ou milho às bestas e que se lhes prende em volta da boca; cevadeira. O mesmo que bornal. Usado também para levar a merenda aos trabalhadores/as na roça. Tecido grosso.
<b>Feitor:</b>	diz-se ou administrador de bens alheios; gestor ou diz de capataz, supervisor de trabalhadores
<b>Jirau:</b>	armação de madeira semelhante a estrado ou palanque, que pode ser usado como cama, depósito de utensílios domésticos, secador de frutas ou, quando posta em cima de um fogão, como fumeiro de carne, toucinho, peixe etc.
<b>Mateiro:</b>	indivíduo que, por sua grande vivência em matas cerradas, trabalha como guia para outras pessoas
<b>Porqueiro:</b>	indivíduo que trata de porcos; porcariço
<b>Retireiro:</b>	encarregado de um retiro; parceiro pecuário; indivíduo que faz ordenha

## DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

BRASIL. Ação Possessória. Cel. Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e mulher, requerentes, e Cel. Virgílio Venâncio Martins e mulher, requeridos. In: **Juízo de direito da Comarca de São Simão**, 2º officio, Estado de São Paulo, 1924.

BRASIL. Ação de Divisão do Imóvel Cafundó. Manoel Augusto Fernandes Nogueira e sua mulher, requerentes, e Cel. Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e sócios, requeridos. In: **Juízo de direito da Comarca de São Simão**, 2º officio, Estado de São Paulo, 1928.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. (org.). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, AGO/2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024: Numeração progressiva das seções de um documento**. Rio de Janeiro, AGO, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027: Sumário**. Rio de Janeiro, AGO, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação**. Rio de Janeiro, AGO, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, AGO, 2002.

ALVES, Branca M.M. **Vivências. História, sexualidade e imagens femininas**. BRUSCHINI, M.A. & ROSEMBERG, F. (org.). Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, F.Carlos Chagas, Vol. 1, 1980.

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava Gente! Os Italianos em São Paulo 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AMADO, J. O Grande Mentiroso: a tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, 14, p. 125-136, São Paulo, Ed. Unesp, 1995.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas: FAPESP/NEPAM, Unicamp, ano II, n.5. p 79-92, 2º semestre, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: **BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.)**. Na

**Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BARBATANA, Oswaldo. **Villa Jatahy: elementos para a história de Luiz Antônio.** Mimeografado, 338p. 2000

BASSANEZI, Maria. Silvia. C. Beozzo. Nascimento, vida e morte na fazenda. Alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus descendentes. In: **BONI, Luís. A. de (Org).A Presença Italiana no Brasil.** Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni, Vol. II, p. 337-356. 1990.

\_\_\_\_\_. Sposarsi nel Brasile. Alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. In: **BONI, Luís. A. de Presença Italiana no Brasil.** Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni, Vol. III, p.267-280, 1996.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Vol. 1, s/d.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: observações acerca da obra de Nicolau Lescov. In: **BENJAMIN, Walter. (Coleção Os Pensadores, vol. XLVIII).** São Paulo: Abril, 1975.

\_\_\_\_\_. Experiência e Pobreza. In: **BENJAMIN, Walter. Magia e técnica. Obras Escolhidas.** 3ª ed. São Paulo, v. 1, p. 114 – 119, 1987.

BETTELHEIM, C. **Remarques théoriques in Arghiri E., L'Echange inégal. Essai sur les Antagonismes dans les Rapports Economiques Internationaux.** Edition François Maspero, Paris, 1969.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** São Paulo: Ed. T. A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

BRASIL. Decreto-lei n. 9985, de 18 de julho de 2000. Instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/snuc>>. Acesso em 15 maio 2002.

BRIOSCHI, Lucila Reis. Fazendas de criar. In: **BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARVALHO, Selma Siqueira. Dioguinho (1863-1897). Estudo de caso de um bandido paulista. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, SP, 1988.

CASTELUCCI, Simone. **Um estudo etnobotânico sobre plantas medicinais levantadas junto aos moradores da Estação Ecológica de Jataí**. Monografia de conclusão de graduação, Departamento de Hidrobiologia, Universidade Federal de São Carlos, SP, 1995.

CONSEMA. **Áreas Naturais do Estado de São Paulo. Conselho Estadual do Meio Ambiente**, SP, 16p, 1985

COVEZZI, Marinete. **Lembranças do Porto: um estudo sobre o trabalho e os trabalhadores do porto de Cuiabá (1940-1970)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Araraquara, SP, 2000.

DEAN, Warren. **Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIEGUES, Antonio. **O mito moderno da natureza intocada**. S. Paulo: Hucitec, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 3<sup>a</sup> ed. Revista, São Paulo: Globo, caps. XIII-XVI, 2001.

FONT, Mauricio A. **Coffee, contention, and change in the making of modern Brazil**. Cambridge, Massachusetts; Cowley Road, Oxford: Basil Blackwell, 1990.

FUNDAÇÃO CULTURAL SIMONENSE. **Museu Histórico Simonense “Alaur da Matta”**. São Simão – SP, 2005.

GODOY, M.P. **Impacto antrópico nas comunidades de peixes nas bacias hidrográficas brasileiras: o caso da bacia do rio Mogi Guassu**. Mimeografado, 26 p., 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. **Immigrants on the land: coffee and society in São Paulo, 1886-1934**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

HOUAISS, Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. 1.0, dez. 2001.

JESUS, Terezinha P. **Caracterização perspectiva da Estação Ecológica de Jataí (Luís Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação**. Tese de Doutorado. PPG - Ecologia e Recursos Naturais/UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, 1993

LEFF, Enrique. A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: Economização do Mundo, Racionalidade Ambiental e Reapropriação Social da Natureza. **MARTINS, R.C & VALENCIO, N. F. L. S. (orgs.). Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais.** São Carlos: Rima, p. 3-19, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed., Campinas: Unicamp, SP, 2003.

LEITE, M. L. M. & von SIMSON, O. R. M. Imagem e linguagem: reflexões de pesquisa. *In: LANG, A. B. S. G.(org). Reflexões sobre a pesquisa sociológica.* Textos CERU, série 2, n. 3. São Paulo, p. 117-140, 1992.

LERNER, Gerda. **La Creación del Patriarcado.** Barcelona: Editorial Crítica, Traducción castellana de Mônica Tusell, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Lembranças de velhas colônias italianas: trabalho, família e educação. *In: Educação e Realidade,* Porto Alegre, nº16, 2º semestre, p. 33-43, jul/dez.,1990.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliano, 1995.

MAROTI, Paulo Sérgio. **Percepção e Educação Ambiental voltadas a uma Unidade Natural de Conservação (Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio,SP).** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, 1997.

MAROTI, Paulo Sérgio; SANTOS, José Eduardo.; PIRES, José Salatiel Rodrigues Caracterização perceptiva de uma área natural de conservação por docentes do ensino fundamental. **Revista Univille.** Vol. 3, n.2, p-55-66, 1998.

MAROTI, Paulo Sérgio ; SANTOS, José Eduardo Narrativas Oraís como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma unidade de conservação. *In: SANTOS, José Eduardo ; SATO, Michèle (Org.) “A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora.”* São Carlos, SP: Rima,p.197-224, 2001.

MAROTI, Paulo Sérgio. **Educação e interpretação ambiental junto à comunidade do entorno de uma unidade de conservação.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Regina Helena Oliveira. **Imagens de Família. Elementos de um repertório cultural sobre a família entre descendentes de italianos.** Dissertação de Mestrado.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, SP, 1996.

MARTINS, Rodrigo Constante & VALÊNCIO, Norma F. L. S. *A Concretude da Moderna Crise Sócio-ambiental*. MARTINS, R.C & VALENCIO, N. F. L. S. (orgs.). **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos, Rima, p. 21-34, 2003.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. **Marx. Coleção Os pensadores**. 5<sup>a</sup>. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Pontes, 1990, 178 p.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.

MONSMA, Karl. Conflito simbólico e violência interétnica: europeus e negros no oeste paulista, 1888-1914. **VII Encontro Estadual de História**. Pelotas, RS, julho de 2004.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; VILLAS BÔAS, Silvia Keller. Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu, MG, 2004

NORA, Pierre. Entre memória e história. a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n° 10, p. 7-28, dez. 1993.

PERROT, M. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, parte II – Mulheres, p.167-231, 1988.

PIRES, Adriana; SANTOS, José Eduardo; PIRES, José Salatiel Rodrigues. Zoneamento ambiental e plano de manejo para uma unidade da paisagem. Estudo de caso: Estação Ecológica de Jataí e Estação Experimental de Luiz Antônio. In: **SANTOS, José Eduardo & PIRES, José Salatiel (Org.) Estudos Integrados em Ecossistemas: Estação Ecológica de Jataí**. São Carlos, SP: Ed. Rima, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. RJ, vol. 2, n° 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. RJ, vol. 5, n° 10, p. 200-212, 1992.

PROUST, Marcel. O tempo redescoberto. In: **PROUST. Em busca do tempo perdido**. São Paulo: Globo, Vol. 7, cap. 3, p. 137-292, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **VON SIMSON, Olga R. de Moraes (Org. ). Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 14-43, 1988.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Diferença ou Indiferença: Gênero, Raça/Etnia, Classe Social. In: **ADORNO, S. (org.). A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. Primórdios do conceito de gênero. In: **Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas, nº 12, p.157-163, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. (coleção Brasil Urgente). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras...Redesenhando as grotas e veredas. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, nº 16, p. 75-104, fev., 1998.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. De colona a bóia-fria. In: **MARY DEL PRIORE (Org). História das Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, p. 554-577, 2000.

\_\_\_\_\_. Das mãos à memória. In: **MARTINS, J.S.; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais**. São Paulo: EDUSC, 2005.

SIMÕES, Gisélia F.M. **Natureza das Interações de Grupos Humanos com a Estação Ecológica de Jataí (Luís Antônio, SP): Ênfase nos pescadores recreativos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, 1998.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986

THÉ, Ana Paula G. **Sabedoria dos pescadores recreacional: estratégias de pesca e comportamentos dos peixes**. Monografia de graduação. Departamento de Hidrobiologia, Universidade Federal de São Carlos, SP, 1995.

THOMPSON, Edward P. O Termo Ausente: Experiência. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. (Uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.180-201.

TRUZZI, O. **Café e Indústria. São Carlos:1850-1950.** 2<sup>a</sup> ed. São Carlos: UFSCar, 2000.

VARALDA, Paulo J. C. **O saber popular no uso das plantas medicinais. O caso dos moradores da Estação Experimental de Luiz Antônio –SP.** Monografia de graduação. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Conservar para quem? Conflitos sociais originários do uso de recursos naturais em unidades de conservação. Estudo de caso: Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio, SP.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, SP 2004.

WOORTMANN, K; WOORTMANN, E.F. Fuga a três vozes. **Anuário Antropológico/91.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 89-137, 1993.

# APÊNDICE I

## Catálogo dos Documentos

### Temas: Referentes a dez caixas abertas do arquivo

1. Ação decendiária
2. Criminal
3. Habilitação profissional
4. Apelação civil
5. Pedido de licença
6. Fiança provisória
7. Herança
8. Compra/venda de terra
9. Impetração de licença
10. Acidente de trabalho
11. Concessão
12. Licitação pública
13. Falência
14. Registro civil
15. Transferência e movimentação de título de propriedade
16. Cobrança de dívida
17. Rescisão de contrato
18. Inventário
19. Prestação de fiança
20. Licença definitiva
21. Tutela
22. Habilitação de crédito
23. Segurança pública
24. Arrecadação de bens
25. Casamento/fuga
26. Prestação de contas

**Tema: 1**

---

N. da caixa: 1  
Ano: 1897  
Envolvidos: Futunato Medea e Dezibério A Medea

N. da caixa: 1  
Ano: 1898  
Envolvidos: Josiam Augusto Gomes e Frederico V<sup>a</sup> Guihem

**Tema: 2**

---

N. da caixa: 2  
Ano: 1926  
Envolvidos: Cleicio O'Efiro e os menores Almiro e Amaury

N. da caixa: 2  
Ano: 1925  
Envolvidos: Domingos Moreira de Souza e Zeferino Augusto Rego

N. da caixa: 2  
Ano: 1897  
Envolvidos: Leonardo Talonei

N. da caixa: 2  
Ano: 1897  
Envolvidos: Isso Fernandes Ribeiro

N. da caixa: 2  
Ano: 1897  
Envolvidos: Miguel Dorial

N. da caixa: 2  
Ano: 1918  
Envolvidos: José Delphino Vieira

N. da caixa: 2  
Ano: 1929  
Envolvidos: Francisco Alfredo da Silva e Waldomiro Lecuf

N. da caixa: 2  
Ano: 1918  
Envolvidos: Francisco Leite de Assis e Manoel Ferreira de Brito

N. da caixa: 2

Ano: 1918

Envolvidos: Antônio Juvenal de Oliveira e José Gonçalves Barbosa

N. da caixa: 2

Ano: 1918

Envolvidos: Joaquim Pereira da Silva

### **Tema: 3**

---

N. da caixa: 3

Ano: 1897

Envolvidos: Simão Soares

N. da caixa: 3

Ano: 1898

Envolvidos: Glycerio de Sant'ana

N. da caixa: 3

Ano: 1917

Envolvidos: Licínio Rodrigues Costa

N. da caixa: 3

Ano: 1917

Envolvidos: Simão Augusto Nogueira

N. da caixa: 3

Ano: 1917

Envolvidos: João de Almeida Massaro

N. da caixa: 3

Ano: 1915

Envolvidos: José Candido Nogueira

N. da caixa: 3

Ano: 1922

Envolvidos: Antônio Juvenal de Oliverira

N. da caixa: 3

Ano: 1923

Envolvidos: Renato Pedroso

N. da caixa: 3

Ano: 1928

Envolvidos: Antônio Amaral

N. da caixa: 3

Ano: 1931

Envolvidos: Organização Eleitoral – Designação de Membros para servir como secretário nas eleições

---

**Tema: 4**

N. da caixa: 4

Ano: 1903

Envolvidos: Prudente José Nogueira; Cornélio Procópio de Araújo Carvalho

---

**Tema: 5**

N. da caixa: 5

Ano: 1921

Envolvidos: Antonio Siqueira de Abreu

---

**Tema: 6**

N. da caixa: 6

Ano: 1918

Envolvidos: Atihrio e Terso Lordi

---

**Tema: 7**

N. da caixa: 7

Ano: 1914

Envolvidos: Normando Bueno

---

**Tema: 8**

N. da caixa: 8

Ano: 1897

Envolvidos: Major Francisco da Cunha Bueno Jr.; Julio Ribeiro Salgado

---

**Tema: 9**

N. da caixa: 9

Ano: 1906

Envolvidos: Placidina de Nascimento e Euphrasia do Nascimento

N. da caixa: 9

Ano: 1906

Envolvidos: Ignácio Jasim (interpetrante) Maria e José Jeroyno de Oliveira

N. da caixa: 9

Ano: 1911

Envolvidos: Jacintha Cândida de Carvalho

N. da caixa: 9

Ano: 1913

Envolvidos: Helena Vancoski e Leacadia Hanszecer

N. da caixa: 9

Ano: 1914

Envolvidos: Alberto Lourecço Terodio e Marcial e Adriana (filhos)

N. da caixa: 9

Ano: 1931

Envolvidos: José da Silveira Basseto e Ivo da Silveira Basseto

N. da caixa: 9

Ano: 1931

Envolvidos: Judith Castillo Alves de Souza

---

**Tema: 10**

N. da caixa: 10

Ano: 1928

Envolvidos: João Nogueira e Cia Mogiana de Estradas de Ferro

N. da caixa: 10

Ano: 1928

Envolvidos: Francisco Barreto

N. da caixa: 10

Ano: 1928

Envolvidos: José Faustino e Cia Mogiana de Estradas de Ferro

N. da caixa: 10

Ano: 1929

Envolvidos: Hermenegildo Dondo e Cia Mogiana de F. Ferro

---

**Tema:11**

N. da caixa: 11

Ano: 1898

Envolvidos: Dr. Henrique Dumont

N. da caixa: 11

Ano: 1898

Envolvidos: Companhia Mercantil Industrial de São Paulo e Antônio da Costa Aguiar

**Tema: 12**

---

N. da caixa: 12

Ano: 1917

Envolvidos: Domingos Salvagno e Julio Dornella Giacomo Buffa

**Tema: 13**

---

N. da caixa: 13

Ano: 1894

Envolvidos: Manoel Gomes de Araújo

N. da caixa: 13

Ano: 1894

Envolvidos: José ACA e Antônio H. Pereira

N. da caixa: 13

Ano: 1906

Envolvidos: Taryale A e Abignel Demetrio Farahmim

N. da caixa: 13

Ano: 1906

Envolvidos: Abignel Demetrio Farahmim e Manoel Fehronio da Fonseca

N. da caixa: 13

Ano: 1924

Envolvidos: José Vieira da Fonseca e Pedro Stringuette

N. da caixa: 13

Ano: 1918

Envolvidos: Companhia de Calçados “Flora”, Sociedade Anonyma; Geraigire & Irmãos

N. da caixa: 13

Ano: 1925

Envolvidos: Ragazzi e Alexandre Kara, João Ragazzi e Eduardo Bó

N. da caixa: 13

Ano: 1925

Envolvidos: Ayuub Aidar Jamra & Cia

N. da caixa: 13

Ano: 1928

Envolvidos: Jacyetho Braguetto e outros

N. da caixa: 14

Ano: 1928

Envolvidos: Roselicce Braguetto

N. da caixa: 14  
Ano: 1931  
Envolvidos: Barros & Companhia, Syndicos e Anastácio Najjar

N. da caixa: 14  
Ano: 1931  
Envolvidos: Barros Companhia e Anastácio Najjar

N. da caixa: 14  
Ano: 1931  
Envolvidos: E. Spiller Junior e Anastácio Najjar

**Tema: 14**

---

N. da caixa: 15  
Ano: 1924  
Envolvidos: José Onório Correa

N. da caixa: 15  
Ano: 1928  
Envolvidos: José Carneiro de Mesquita

N. da caixa: 15  
Ano: 1929  
Envolvidos: Zerbetti Marcello

N. da caixa: 15  
Ano: 1931  
Envolvidos: Ranzani Francisco Elias

N. da caixa: 15  
Ano: 1931  
Envolvidos: José Joaquim da Costa e José da Costa Filho

**Tema: 15**

---

N. da caixa: 16  
Ano: 1898  
Envolvidos: Dirceu Carcciato Giuseppe e Catti Júlio

N. da caixa: 16  
Ano: 1918  
Envolvidos: Domingos Spatuzzi

N. da caixa: 16

Ano: 1903

Envolvidos: Prudente José Nogueira e Cornélio Procópio de Araújo Carvalho

N. da caixa: 16

Ano: 1914

Envolvidos: João Degrande

N. da caixa: 16

Ano: 1914

Envolvidos: José Silveira da Silva

N. da caixa: 16

Ano: 1915

Envolvidos: Joaquim Procópio de Araújo e Gustavo Mahlow

N. da caixa: 16

Ano: 1916

Envolvidos: César Festa e Achilles Guimarães

N. da caixa: 16

Ano: 1915

Envolvidos: Caetano de Sanfis

N. da caixa: 16

Ano: 1916

Envolvidos: D. Hauriana Theodora da Silva Oliveira e Alfredo Soares de Oliveira

N. da caixa: 16

Ano: 1918

Envolvidos: Galdino Aguiar Villela

N. da caixa: 16

Ano: 1918

Envolvidos: Francisco Lourenço de Castro

N. da caixa: 16

Ano: 1924

Envolvidos: Luccas Peres

N. da caixa: 16

Ano: 1931

Envolvidos: José de Laura Freire e Jeremias Teixeira Filho

N. da caixa: 16

Ano: 1928

Envolvidos: Coronel Joaquim Augusto Ribeiro do Valle

N. da caixa: 16

Ano: 1931

Envolvidos: Modesto Henrique de Mattos e Domingos Malkioni

**Tema: 16**

---

N. da caixa: 17

Ano: 1881

Envolvidos: (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1884

Envolvidos: (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1888

Envolvidos: (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1888

Envolvidos: (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1894

Envolvidos: Manoel Joaquim Ribeiro e José Alacrima Ramiro de Abreu

N. da caixa: 17

Ano: 1896

Envolvidos: Desidério Rizzo e José F. Gomes

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Desiderio Rizzo e José Ferreira Gomes

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Antonio José dos Santos

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Duarte Barbosa e Manoel Pacheco de Medeiros

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Fortunato Médici e A Luchesi; J. Cardini & Companhia

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: João dos Santos e Francisco Talhares Terra

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Sampaio Dias e Companhia Francisco Vilella dos Reis

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Nicolau Crisci e Raimundo Barreto

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Miguel Said e José Cassiano Nogueira

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Nicolau Crisci e José Balarini

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Jorge Cozimbra Fairbanks e Companhia Mechanica e Importadora São Paulo

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Desidério Rizzo e José Ferreira Gomes

N. da caixa: 17

Ano: 1897

Envolvidos: Moraes Van Erven & Companhia Joaquim Leite de Assis

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Nicolau de Luccha e Frederico Augusto Vieira e A Pinheiro

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: João Batista da Silva Pinto e Antonio Gomes de Souza

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Intendente Municipal Moyses N. Martins

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Manoel Caetano Villas Boas e Antonio Venâncio Villas Boas

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Domingos Martinelli e Herdeiros ausentes de (ilegível)

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Joviano Augusto Gomes e Amâncio Pinheiro e Frederico Augusto Vieira

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: José da Matta e Manoel da Silva

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Bacci & Canguerini e João Pedro Pimenta

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Candido Braga & Companhia José Marques Perdigão

N. da caixa: 17

Ano: 1898

Envolvidos: Joviano Augusto Gomes e Amâncio Pinheiro

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Cia Industrial de São Paulo e Antonio da Costa Aguiar

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Antonio Andréas de Sillos e Tancredo Jardim

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Domiciano José Correa e Manoel Barbosa de Souza

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Francisco Martinelli e Ângelo Azzoni

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Pedro José de Paulo e Marcelino José de Paulo

N. da caixa: 18

Ano: 1914

Envolvidos: Fabrica do Patrimônio da Capela de Serra Azul e João Borges

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Leandro Pitta Almeida e Augusto Muriz Barreto

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Sampaio Dias & Cia

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Joviano Augusto Gomes e Loyolla & Torazzi

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: R. Olita & Cia e Alejandro Bellizzi

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: José Fernando & Cia

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: João Francisco de Morais

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: R. Olita & Cia e Alejandro Bellizzi

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Queiroz Teixeira & Fernandes e José Randolphi

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: Major João Bento de Almeida e Paulino Pereira da Costa

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: João Coelho de Oliveira e Pedro Celestino & Companhia

N. da caixa: 18

Ano: 1898

Envolvidos: João Jorge Figueiredo & Cia e João Brandi

N. da caixa: 19

Ano: 1900

Envolvidos: Alexandre Bellizzi e José Mainiere

N. da caixa: 19

Ano: 1900

Envolvidos: João de Araújo Pinto

N. da caixa: 19

Ano: 1900

Envolvidos: Antônio Carramainho de Carvalho e Marcolino Antônio de Andrade

N. da caixa: 19

Ano: 1901

Envolvidos: Joaquim Custódio Ribeiro

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Antônio de Azevedo de Souza e Saturnino Leite da Silva

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Lúcio Branco da Cunha

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Cyrimem Vaz Ferreira

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Antônio Botoni

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Antônio Botoni

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Antônio Benerieto Ferreira

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Demétrio Azevedo e Alberto Lourenço Serôdio

N. da caixa: 19

Ano: 1906

Envolvidos: Maria Cândida do Espírito Santo

N. da caixa: 20

Ano: 1911

Envolvidos: Miguel Santi

N. da caixa: 20

Ano: 1911

Envolvidos: “Fagôa”

N. da caixa: 20

Ano: 1912

Envolvidos: José Martins da Silva

N. da caixa: 20

Ano: 1914

Envolvidos: João Assad Naliymi e Elias João Naliymi

N. da caixa: 20

Ano: 1914

Envolvidos: Cia Cardozo de Mello e Victor Manuel Nogueira de Carvalho

N. da caixa: 20

Ano: 1911

Envolvidos: Miguel Santi

N. da caixa: 20

Ano: 1912

Envolvidos: José Martins da Silva

N. da caixa: 20

Ano: 1914

Envolvidos: João ASSad Naliymi e Elias João Naliymi

N. da caixa: 20

Ano: 1914

Envolvidos: Cia Cardozo de Mello e Victor Manoel Nogueira de Carvalho

N. da caixa: 20

Ano: 1914

Envolvidos: Nicolau Rosati

N. da caixa: 20

Ano: 1917

Envolvidos: Gustavo Gomes Jardins

N. da caixa: 20

Ano: 1917

Envolvidos: Luis Brazilino da Fonseca

N. da caixa: 20

Ano: 1917

Envolvidos: Capitão Henrique Martins de Almeida e Alizio Bento de Almeida

N. da caixa: 20

Ano: 1917

Envolvidos: Lindolpho de Faria Nogueira e Getúlio Nogueira

N. da caixa: 20

Ano: 1917

Envolvidos: D. Laurindo Fiori

N. da caixa: 20

Ano: 1917

Envolvidos: Dr. Francisco Xavier de Carvalho e Martin Grassniami

N. da caixa: 20

Ano: 1917

Envolvidos: Izabel Cândida Nogueira e Antônio Ferreira da Rosa

N. da caixa: 20

Ano: 1918

Envolvidos: Dona Arlinda Godoy Sodré

N. da caixa: 21

Ano: 1922

Envolvidos: F. Cuoco e Miguel de Santi

N. da caixa: 21

Ano: 1919

Envolvidos: José Pereira Lemi e José Nogueira Bellun

N. da caixa: 21

Ano: 1923

Envolvidos: F. Cuoco Maria e Miguel de Santi

N. da caixa: 21

Ano: 1925

Envolvidos: Candido Cynicco de Oliveira

N. da caixa: 21

Ano: 1927

Envolvidos: Sebastião Pereira Leite e Leonildas Arantes Barreto

N. da caixa: 21  
Ano: 1928  
Envolvidos: José Vieira da Fonseca e Josephia de Fal Lairer

N. da caixa: 21  
Ano: 1929  
Envolvidos: Mario Nery de Souza e outros

N. da caixa: 22  
Ano: 1931  
Envolvidos: Guilherme Guinle

N. da caixa: 22  
Ano: 1931  
Envolvidos: Caetano Zanardi e Bicente Biagi

N. da caixa: 22  
Ano: 1957  
Envolvidos: Abrão Assed & Cia e Benedito Carlino

**Tema :17**

---

N. da caixa: 23  
Ano: 1931  
Envolvidos: Ângelo Zanella e Miguel Gileno e Outras

**Tema: 18**

---

N. da caixa: 24  
Ano: 1898  
Envolvidos: Francisco Pereira da Conceição e Domiciano Pereira Leite

N. da caixa: 24  
Ano: 1913  
Envolvidos: Joaquim Francisco da Silva e Antonio Rodrigues da Silva Sobrinho  
N. da caixa: 24  
Ano: 1915  
Envolvidos: José Luis Carmo e João Siriassi

N. da caixa: 24  
Ano: 1915  
Envolvidos: José Labuco e João Siriassi e Antonia Sechi

N. da caixa: 24  
Ano: 1941

Envolvidos: José Rozelini e Antonio Ribeiro

**Tema: 19**

---

N. da caixa: 25

Ano: 1921

Envolvidos: Christovam Tirado e Francisco Tirado e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1921

Envolvidos: Horácio de Arruda e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1921

Envolvidos: Henrique Alonso Capilla e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1921

Envolvidos: Segefredo Ribeiro da Fonseca e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1921

Envolvidos: José Candido de Souza e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1921

Envolvidos: Segefredo Ribeiro da Fonseca e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1922

Envolvidos: Augusto Locarini e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1922

Envolvidos: Jorge Lecaf e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1923

Envolvidos: Francisco Carlos Negrão e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1923

Envolvidos: Marcos Domingos e Juízo de Direito

N. da caixa: 25

Ano: 1923

Envolvidos: João Bernardes e Juízo de Direito

**Tema: 20**

---

N. da caixa: 26  
Ano: 1921  
Envolvidos: Victor Stringhetti

**Tema: 21**

---

N. da caixa: 27  
Ano: 1898  
Envolvidos: José Christiano Nogueira

N. da caixa: 27  
Ano: 1906  
Envolvidos: Coronel Antonio Garcia Duarte; menores Mario, Maria e Jesuína (filhos de Vicente de Paula Ribeiro)

N. da caixa: 27  
Ano: 1912  
Envolvidos: Dr. Henrique dos Santos Dumond; Pálida Salvador (filha de José Salvador)

N. da caixa: 27  
Ano: 1924  
Envolvidos: José Dias da Costa Barros e Sebastiana Neves Pedrosa

N. da caixa: 27  
Ano: 1914  
Envolvidos: Ruy Barbosa D'Avila; Euclydea e Eulina Theodora Fernandes

N. da caixa: 27  
Ano: 1924  
Envolvidos: Francisca Dias de Moraes; Simão Fernandes da Silva

N. da caixa: 27  
Ano: 1924  
Envolvidos: José Martiniano de Azevedo; Leopoldina; Maximiniano Januário Ferreira; Maria Vicença do Amaral

N. da caixa: 27  
Ano: 1925  
Envolvidos: Benedito Costa e João D'Almeida Massano

N. da caixa: 27  
Ano: 1925  
Envolvidos: Durvalina Leite; Lasano Leite e Benedita Leite

N. da caixa: 27

Ano: 1928

Envolvidos: Zulmira Alves; Othilia Garcia Duarte Brasil

N. da caixa: 27

Ano: 1929

Envolvidos: Izabel; Francisco Gochi Sanche; Maria Rumene

---

**Tema: 22**

N. da caixa: 28

Ano: 1931

Envolvidos: Fazenda Nacional e “massa falida de Anastácio Najjar”

---

**Tema: 23**

N. da caixa: 29

Ano: 1922

Envolvidos: Gregório Braguetti; Cezare Del-Bone

---

**Tema: 24**

N. da caixa: 30

Ano: 1928

Envolvidos: Tancredo Marani; Manoel Francisco Rodello

---

**Tema: 25**

N. da caixa: 31

Ano: 1928

Envolvidos: Norberto Henrique de Mattos

---

**Tema: 26**

N. da caixa: 32

Ano: 1906

Envolvidos: José Martiniano de Azevedo

N. da caixa: 32

Ano: 1906

Envolvidos: Oscar de Mello; Gustavo Gomes Jardim; João de Paulo Medeiros; Caridade Mello

P.S. Total de 187 documentos catalogados

## APÊNDICE II

### Tabela de Espécies de Árvores

<i>Nome popular</i>	<i>Nome científico</i>	<i>Familia</i>	<i>Características de Ocorrência</i>	<i>Inflorescência e Frutificação</i>	<i>Características da madeira e usos</i>
<b>Angico-preto</b>	<i>Anandenanthera macrocarpa</i>	Leguminosae-Mimosoideae (Mimosaceae)	Ocorrem no Maranhão e Nordeste do país até São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. É uma planta com características das capoeiras e florestas secundárias situadas em terrenos arenosos e cascalhentos. É comum também no interior da mata primária densa, tanto em solos argilosos e férteis como em afloramentos basálticos. Frequentemente encontrados nos chamados cerradões e matas galerias de todo o Brasil Central	Inflorescência: setembro-novembro, neste período, ficando quase sem folhas. Frutificação: em formato de vagens, amadurecem em agosto-setembro.	Madeira compacta, não elástica, rija, de grande durabilidade sob condições naturais. Utilizada na construção civil para vigas e dormentes. A casca, rica em tanino, é utilizada em cortumes.
<b>Angico-do-campo</b>	<i>Anandenanthera falcata</i>	Leguminosae-Mimosoideae (Mimosaceae)	Ocorrem no Maranhão e Nordeste do país até São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. É uma planta com características das capoeiras e florestas secundárias situadas em terrenos arenosos e cascalhentos. É comum também no interior da mata primária densa, tanto em solos argilosos e	Inflorescência: setembro a outubro Frutificação: em formato de vagens, amadurecem em agosto-setembro.	Madeira compacta, não elástica, rija, de grande durabilidade sob condições naturais. Utilizada na construção civil para vigas e dormentes. A casca, rica em tanino, é utilizada em cortume

			férteis como em afloramentos basálticos. Frequentemente encontrados nos chamados cerradões e matas galerias de todo o Brasil Central		
<b>Aroeira</b>	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Anacardiaceae	Ocorrem no cerrado e caatinga e também em solos mais férteis	Inflorescência: ocorrem entre os meses de junho e julho e são de cor amarelada. Neste período a planta fica totalmente despida de sua folhagem. Frutificação: setembro, prolongando-se até outubro.	Por constituir-se de madeira de grande resistência mecânica e praticamente ser imputrescível foram muito utilizadas como moirões de cerca, esteios, dormentes e vigas
<b>Candeia ou também Cambará</b>	<i>Gochnatia polymorpha</i>	Compositae (Asteraceae)	Freqüentemente encontradas em cerrados sobre terra arenosa	Inflorescência: outubro-dezembro Frutificação: A maturação dos frutos se dá nos meses de dezembro-fevereiro	Madeira compacta, rija, de poros finos, de grande duração sob condições adversas) que lhe conferiam a justificativa de uso para a construção civil (esteios e pontes), para moirões, confecção de cabos de ferramentas, esquadrias e curvas para a construção naval
<b>Canela Preta ou Canela cheirosa</b>	<i>Nectandra megapotammica</i>	Lauraceae	Ocorrem sem preferência definida por tipo de solo	Inflorescência: Sua floração ocorre a partir de junho, prolongando-se até setembro. Frutificação: os frutos amadurecem nos meses de novembro-janeiro, sendo muito procurados por inúmeras espécies de pássaros	Sua madeira é considerada de média durabilidade em condições naturais, mas vem sendo utilizada para a construção civil, esquadrias e tabuado em geral. Possui cheiro desagradável quando fresca
<b>Coqueiro</b>	<i>Cocos nucifera</i>	Palmae (Arecaceae)	É largamente cultivado em todo	Inflorescência: Floresce quase o	Sua madeira é utilizada para fins

			país	ano inteiro, porém com maior intensidade em janeiro-abril. Frutificação: A necessidade de sódio para seu metabolismo é tão patente que dificilmente produz frutos em abundância quando cultivado fora da restinga (praias). Os frutos amadurecem em julho-fevereiro.	artesanal e pequenos móveis	
<b>Faveiro</b>	<i>Dimorphandra mollis</i>	Leguminosae-Caesalpinoideae (Caesalpinoideae).	Possui ampla adaptação a terrenos secos e pobres (cerrado).	Floresce a partir do final de outubro, prolongando-se até janeiro. A maturação dos frutos ocorre de agosto-setembro.	Sua madeira é macia para o corte e pouco compacta e de média resistência. Utilizada para tabuado, confecção de caixas, forros e lenha de carvão. Sua casca é rica em tanino e durante tempo foi utilizada para curtir couro.	
<b>Ipê-amarelo</b>	1) <i>Tabebuia alba</i> 2) <i>Tabebuia chrysotricha</i> 3) <i>Tabebuia ochracea</i> 4) <i>Tabebuia serratifolia</i>	Bignoniaceae	Espécies típicas do cerrado brasileiro	Inflorescência: julho-setembro Frutificação: setembro-outubro	Madeira de longa durabilidade, utilizada portanto para dormentes, pontes, moirões, vigas, eixo de rodas de carroças, rolos de moendas, tacos e tábuas para assoalho, confecção de tonéis e carroças	
	<b>Ipê-roxo</b>	1) <i>Tabebuia avellanadae</i> 2) <i>Tabebuia heptaphylla</i>		Bignoniaceae		Inflorescência: maio-agosto Frutificação: setembro-outubro
	<b>Ipê-branco</b>	<i>Tabebuia róseo-alba</i>		Bignoniaceae		Inflorescência: agosto-setembro Frutificação: à partir de outubro
<b>Pau de Bálamo ou cabreúva-</b>	<i>Myroxylon peruiferum</i>	Leguminosae-Papilionoideae (Fabaceae)	Áreas de cerrado e caatinga.	Inflorescência: julho-setembro. Frutificação:	Sua madeira é dura, de média resistência	

vermelha, bálsamo				outubro-novembro.	mecânica e de alta resistência ao apodrecimento. Utilizada para mobiliário, revestimentos decorativos, para construção civil (portas, janelas, tacos, taboas, caibros e ripas) e também para obras externas como moirões, postes, dormentes, vigas para pontes, carrocerias, rodas de carroça
<b>Pau de Batalha</b> (espécie não encontrada)					
<b>Pereira pau-pereira</b> ou <b>Peroba</b> ou	<i>Platycyamus regnellii</i>	Leguminosae-Papilionoideae (Fabaceae)	Planta encontrada sob terrenos acidentados e pedregosos	Inflorescência: fevereiro-abril Frutificação: iniciam a maturação em agosto com a planta totalmente destituída de folhagem, prolongando-se até o final de setembro	Sua madeira é resistente e de boa durabilidade mesmo sob condições adversas; utilizada para vigas, assoalhos, carrocerias, postes, esteios, dormentes
<b>Guatambu</b>	<i>Aspidosperma macrocarpon</i>	Apocynaceae	São características de terrenos secos em áreas de cerrado	Inflorescência: setembro-outubro Frutificação: agosto-setembro	Sua madeira é compacta, de fibras entrecruzadas e com ótima resistência ao apodrecimentos, por isso usadas para a construção civil e naval, para dormentes
<b>Pindaíba</b>	<i>Xylopia sericea</i>	Annonaceae	Árvore característica de topos de morros	Inflorescência: outubro-	Sua madeira é leve, mole, porém bastante elástica,

			em terrenos arenosos	novembro. A disseminação natural é efetuada por aves que ingerem o arilo que envolve parcialmente as sementes  Frutificação: setembro-outubro	moderadamente durável, quando em ambiente seco. Utilizada para a construção de carroças. A casca fornece fibra para cordoaria.
--	--	--	----------------------	---	--

## Anexo

## "Ficha Pessoal e Fé de Ofício"

- Ficha frente

6. F. 72)

5 10 15 20 25 30 35

**Cia. Mogiana — Departamento Florestal** Matricula D. F. \_\_\_\_\_

Ficha de pessoal e fé de ofício

1) Nome **GERALDO ANDRÉ DA SILVA**

2) Nascimento **17 / 10 / 1921** 3) Local **Casa Branca** 4) Estado **São Paulo**

5) País **Brasil** 6) Nacionalidade **Brasileira**

7) Fotografia **3 x 4**

8) Cor **Preta** 9) Est. Civil **Casado** 10) N.º de filhos **X**

11) Sabe ler? **Sim** 12) Sabe escrever? **Sim**

13) Matrícula na CAP \_\_\_\_\_ 14) Matrícula ABSO \_\_\_\_\_ 15) Mat. Sind. \_\_\_\_\_

16) FILIAÇÃO { Pai **José Amare da Silva** Nacionalidade **Brasileira**  
Mãe **Altina Cândida Silva** Nacionalidade **Idem**

**SENDO EXTRANGEIRO**

17) Casado e/ brasileira? \_\_\_\_\_ 18) N.º de filhos brasileiros \_\_\_\_\_

19) Data de chegada ao Brasil \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ 20) Porto de desembarque \_\_\_\_\_

21) Passaporte \_\_\_\_\_ 22) Cert. permanência \_\_\_\_\_

23) Equiparado a brasileiro? \_\_\_\_\_ 24) Naturalizado? \_\_\_\_\_

25) Tempo de serviço em outras Estradas (x) \_\_\_\_\_

26) Tempo de serviço na Cia Mogiana (xx) \_\_\_\_\_

**CARTEIRAS**

27) Reservista	classe	categoria	Data de expedição	/	/	/
28) Saúde	n.º	Local	>	>	>	/ / /
29) Profissional	n.º	Série	>	>	>	/ / /
30) Férias	n.º	Divisão	>	>	>	/ / /
31) Nomeação	n.º	Divisão	>	>	>	/ / /
32) Identidade	n.º	Divisão	>	>	>	/ / /
33) Ficha do D.E.T. (n. 41)	n.º		>	>	>	/ / /
34) Naturalidade	n.º		>	>	>	/ / /
35) Atestado de vacina	Local da expedição		>	>	>	/ / /

36) Fotografar da mão direita

**DOCUMENTOS APRESENTADOS** — (impresso de candidato a emprego (n. 23), atestados de vacina, de pessoas da família, atestado de boa conduta policial, 3 cartas de referência, certidão de nascimento ou de casamento.

37) Admissão e Readmissão (xx), Remoções e Demissões

Data	Movimento	Cargo	LOCAL	Forma de pagamento	Salário	Demissão Data	Observações
3-9-1939	Admissão	aj. Campeiro	Faz. Jataí	Mensal	190,00		
1-5-1944	Promoção	"	"	"	210,00		DF 11/8. 24.5-244
1-10-1944	"	"	"	"	230,00		DF 11/10. 24.5-244
1-3-1945	"	"	"	"	280,00		DF 11/11. 24.5-244
1-11-1945	"	"	"	"	300,00		SF.FJ.3/77.13/11/45
1-2-1946	"	"	"	"	12,00		SF.FJ.2/70.14/2/46
1-11-1946	Aumt. Vent.	"	"	"	15,00		
1-10-1948	"	"	"	"	17,00		16-8-1949
8-11-53	Readm.	Campeiro	"	"	30,00		
1-9-1954	Aumento	"	"	"	40,00		
1-1-1957	"	"	"	"	70,00		
1-1-1959	"	"	"	"	80,00		

38) Penalidades (Data, referência e resumo)

**Pessoas que trabalham em s/título:**

s/filha Lourdes... cr\$30,00 em 1.1.1957 - cr\$40,00 em 1.1.59

s/ esposa... \* 50,00 p/ fia. -

s/ filha Maria... \* 20,00 p/ fia. - em 1-6-1958. -30,00 em 1.1.59

- Ficha verso